

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CLEIDIANE DE CARVALHO PEREIRA

**O ENSINO PRIMÁRIO NOTURNO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PIAUÍ
(1871-1933)**

**TERESINA – PI
2016**

CLEIDIANE DE CARVALHO PEREIRA

**O ENSINO PRIMÁRIO NOTURNO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PIAUÍ
(1871-1933)**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, na linha de Pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof^º. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

TERESINA-PI

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

P436e Pereira, Cleidiane de Carvalho
O Ensino primário noturno nas reformas educacionais no
Piauí (1871-1933) / Cleidiane de Carvalho Pereira. – 2016.
151 f.

Cópia de computador (printout).
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes.

1. Educação – História – Piauí. 2. Ensino Primário.
3. Reforma Educacional. I. Título.

CDD: 370.981 22

CLEIDIANE DE CARVALHO PEREIRA

**O ENSINO PRIMÁRIO NOTURNO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PIAUÍ
(1871-1933)**

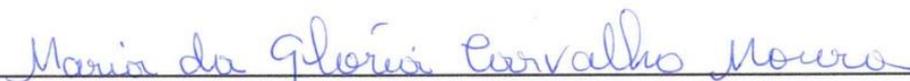
Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, na linha de Pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof^ª. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

Teresina, 06\12\2016

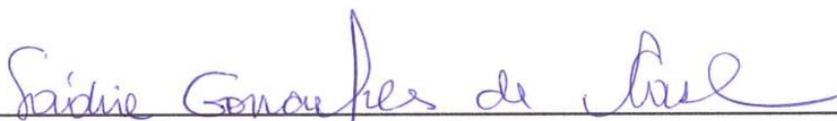
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^ª. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes
(Orientador- UFPI-CCE-PPGED)



Prof.^ª Dr.^ª Maria da Glória Carvalho Moura
Examinadora interna (UFPI/CCE\PPGED)



Prof.^º. Dr. Sádias Gonçalves de Castro
Examinador Externo (IFPI)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por guiar meu caminho durante esta trajetória acadêmica. À minha mãe Socorro e irmã Leidiane, dois pilares em minha vida, pois acredito que todas as conquistas que já obtive até hoje e as que virão futuramente são frutos da dedicação, força e garra da minha guerreira e da persistência e dos conselhos da minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter dado força, perseverança e acreditar sempre que as dificuldades e os obstáculos que enfrentaria e que enfrentei durante este percurso acadêmico seriam vitórias alcançadas.

À minha mãe Socorro, exemplo de guerreira e base na minha vida, pois mesmo com as dificuldades pelas quais enfrentamos juntas incentivou desde o início a importância em estudar e de lutar e nunca desistir dos sonhos por mais que eles sejam difíceis, se for com fé e da vontade de Deus, eles serão alcançados. Hoje posso dizer a você, obrigada por tudo e finalmente você tem a primeira filha mestre da família Carvalho.

À minha irmã Leidiane, pelos conselhos dados todos os dias. Por dizer sempre que “sou a inteligente e o orgulho da família”. Só nós sabemos o quanto foi difícil chegar até aqui, mas o quanto foi prazeroso estar aqui. Hoje agradeço por ser essa irmã alegre, inteligente, linda e dizer que tudo o que faço na minha vida é para agradar e satisfazer você e mamãe, pois são os dois pilares mais fortes em minha vida.

Aos meus amigos e amigas da graduação e amigas da Pós- graduação, em especial a Mariane, pelo qual vivemos angústias, alegrias, sofrimentos e choros juntos, e hoje a considero como a segunda irmã, que só tenho a agradecer.

À Amanda, mesmo que não tenhamos estudado na mesma turma tornou-se uma amiga. Obrigada por todos os conselhos acadêmicos e pessoais.

Ao NESC, pelas contribuições teóricas e práticas que trouxeram à minha formação. Quero agradecer a todos e, em especial, à Juliana (eterna amiga de todas as horas, nas angústias, nas alegrias e que juntamente com Mariane formaram um trio perfeito). Grata também à Rozenilda, Jane Bezerra e Ana Maria por compartilhamos muitas alegrias juntas.

Ao meu orientador Antônio de Pádua, pelos “puxões de orelha”, pelos questionamentos e indagações que fizeram refletir durante a minha escrita e pela convivência de mais de sete anos, mostrando o sabor e o prazer em estudar História da Educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me atribuir incentivos e recursos para que essa pesquisa pudesse ser

realmente concretizada. Aos professores do Programa, pelas contribuições importantes nas disciplinas e na pesquisa.

A 23^a e 24^a turma de Mestrado pela amizade e alegrias que compartilhamos durante esses dois anos.

Enfim, digo que a trajetória até aqui não foi fácil. A vida mostrou que devemos sempre buscar objetivos, mesmo que eles sejam difíceis de serem almeçados no primeiro momento. Nada é fácil e nunca foi fácil. Sofri, pensei em desistir, mas Deus, a família e os verdadeiros amigos foram importantes para que eu pudesse acreditar naquele objetivo pensado anteriormente. Nunca pensei que diria isso, mas hoje posso falar: “Eu venci a primeira batalha”. E quem venha mais!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o ensino primário noturno nas reformas educacionais no Piauí no período de 1871 a 1933. A escolha deste recorte deveu-se a compreensão de que em 1871 ocorreram as primeiras iniciativas do governo da Província Piauiense em instalar escolas noturnas, finalizando com a reforma de 1933, decorrente do Decreto nº 1.438 que trouxe mudanças no ensino primário do Estado e, conseqüentemente, no ensino primário noturno. Com base no objetivo, o estudo foi desenvolvido a partir das seguintes questões norteadoras: Qual o espaço do ensino noturno na política educacional do período analisado? Essas escolas se diferenciavam das diurnas? O público que estas escolas atendiam se alterou ao longo do período analisado? Quem frequentava a escola noturna? Por ser noturna, a escola sempre abrigou adultos? O estudo tem embasamento em Beisiegel (1974), Paiva (1987), Bastos (1870), Freitas (1988), Nogueira (2012), Paiva (2010), dentre outros. Quanto à metodologia, foi utilizada a pesquisa documental. As fontes utilizadas na pesquisa foram os Relatórios Provinciais, Mensagens Governamentais, as Legislações Educacionais; Os documentos da Direção da Instrução Pública, os documentos do Centro Proletário e Escola 14 de julho. Também foram utilizados os jornais de época, como A imprensa 1880, Diário do Piauí 1913, O Piauí 1871, Correio de Oeiras 1910 e o Diário Oficial de 1932. Os resultados da pesquisa demonstram que a implantação de escolas primárias noturnas no Piauí foi se constituindo a partir do ano de 1871, tendo entre os anos de 1871 a 1873 um expressivo número de escolas primárias noturnas. No entanto, em 1873 ocorreu o fechamento destas escolas, sendo abertas novamente em anos posteriores, mas como ações de particulares ou associações operárias. Além disso, a partir da mudança de regime político uma das principais alterações que o ensino primário noturno passou foi a mudança da idade escolar para ingressar nas escolas noturnas, sendo que nas primeiras décadas da República o critério era que os alunos fossem trabalhadores e não apenas jovens e adultos como na implantação dessas escolas. Os indícios apontam que os programas de ensino não eram específicos para as escolas noturnas. Além disso, os professores recebiam uma gratificação pelo exercício da profissão em horário contrário do seu trabalho, mas eram responsáveis por despesas básicas para manter a escola funcionando. Consideramos este estudo não como um trabalho definitivo, mas como uma janela que se abre para o diálogo com outras leituras e interpretações esperando que esse trabalho abra um leque de novas interpretações.

Palavras-chave: Ensino Primário Noturno. História da Educação. Reformas Educacionais no Piauí.

ABSTRACT

This study has the general objective to analyze the nocturnal primary education in educational reforms in Piauí in the period from 1871 to 1933. The choice of this cut was due to the realization that occurred in 1871 to the first government initiatives Piauíense Province installing evening schools, concluding with the reform of 1933, due to the Decree No. 1438 which brought changes in primary state and consequently the night primary education. Based on the objective, the study was developed from the following guiding questions: What is the space of night courses in educational policy of the reporting period? These schools differed from the daytime? The public that attended these schools has changed over the reporting period? Who attended night school? Being nocturnal, the school always harbored adults? The study has background in Beisiegel (1974), Paiva (1987), Bastos (1870), Freitas (1988), Nogueira (2012), Paiva (2010), among others. As for methodology, documentary research was used. The sources used in the research were the Provincial Reports, Government posts, educational legislation; the documents of the Directorate of Public Instruction, the documents of the Proletarian Center and School on July 14. Also we used the newspaper time, as the press in 1880, Journal of Piauí 1913 The Piauí 1871, Oeiras 1910 and the Official Gazette of 1932. The results show that the implementation of nocturnal primary schools in Piauí was constituted from the the year 1871, and between the years 1871-1873 a significant number of night primary schools, however, in 1873 it was the closure of these schools being opened again in later years, but as of particular actions or workers' associations. Moreover, from the change of political regime, one of the main changes that the evening primary education has been the change of school age to join in night schools, and in the first decades of the Republic criterion would be that the students were workers and not only young adults as the implementation of these schools. The indications are that educational programs were not specific for the evening schools, in addition, teachers received a bonus for the exercise of the profession otherwise time of their work, however, were responsible for basic expenses to keep the school running. We consider this study not as a definitive work, but rather as a window that opens to dialogue with other readings and interpretations waiting for this debate open a range of new interpretations.

Keywords: Primary Education Night. History of Education. Educational Reforms in Piauí.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01-	O Ensino noturno no Nordeste no período de 1870.....	80
QUADRO 2:	Escolas noturnas e seus respectivos professores.....	120
QUADRO 3:	Escolas primárias diurnas e seus professores-1872.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Demonstrativo das escolas públicas do ensino primário do sexo masculino da província do Piauí-1874.....	32
TABELA 2: Demonstrativo das escolas públicas do sexo feminino da província do piauí em 1874.....	34
TABELA 3: Mapa demonstrativo das aulas de instrução primárias da província do piauí em 1870.....	41
TABELA 4: Escolas públicas primárias no Piauí (1871, 1872, 1873, 1874, 1878,1885).....	47
TABELA 5: Escolas particulares no Piauí 1871-1889.....	51
TABELA 6: Matrículas das escolas primárias do Estado do Piauí (1871-1889).....	52
TABELA 7: Frequência das escolas públicas primárias do Estado do Piauí.....	52
TABELA 8: Matrículas das escolas primárias do Estado do Piauí (1929-1933).....	54
TABELA 9: Escolas noturnas no Piauí- 1902-1911.....	57
TABELA 10: Escolas primárias no Piauí 1909.....	58
TABELA 11: Taxas de analfabetismo no Brasil entre as pessoas.....	70
TABELA 12: Índices de analfabetismo da sociedade brasileira-1890-1920.....	71
TABELA 13: Número de escolas primárias no Piauí-1870-1872.....	78
TABELA 14: Escolas primárias noturnas no Piauí-1872.....	108
TABELA 15: Escolas primárias diurnas-1872.....	109
TABELA 16: Relação das idades dos alunos matriculados no curso noturno masculino da capital- 1880.....	110
TABELA 17: Frequência dos alunos da escola 14 de julho em 1907.....	116

TABELA 18: Iniciativas de professores para a criação de escolas primárias noturnas no Piauí (1880-1910).....	128
TABELA 19: Escolas primárias noturnas no Piauí 1871-1922.....	133

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Provimento dos professores da escola primária masculina 1874.....	36
GRÁFICO 2: Provimento dos professores da escola primária feminina 1874	36
GRÁFICO 3 : Escolas primárias do império no Brasil no ano de 1872.....	47
GRÁFICO 4: Frequência da escola primária piauiense por sexo- 1878-1882.....	53
GRÁFICO 5: Frequência da escola primária piauiense feminina 1878-1882.....	54
GRÁFICO 6: Distribuição do número de pessoas não alfabetizadas entre a população de 15 anos a mais, segundo os censos. Brasil, 1872 a 1920.....	69
GRÁFICO 7: Profissões dos alunos da escola primária noturna de Teresina 1880.....	111
GRÁFICO 8: Naturalidade dos alunos.....	113
GRÁFICO 9: Faixa etária e a quantidade de alunos da escola noturna 14 de julho-1907.....	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CRIAR ESCOLAS: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA PIAUIENSE (1871-1933).....	21
2.1 A escolarização primária no Piauí: obrigatoriedade escolar no final do século XIX e início do século XX.....	24
2.2 Profissão docente no ensino primário piauiense.....	28
2.3 Organização do ensino Primário Piauiense: a oferta escolar.....	39
3 O ENSINO PRIMÁRIO NOTURNO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS PIAUIENSES.....	63
3.1 O analfabetismo no Brasil no final do século XIX e início do século XX.....	66
3.2 As reformas educacionais e o ensino primário noturno no final do período Imperial.....	73
3.3 As reformas educacionais e suas implicações no ensino primário noturno nas primeiras décadas da República	87
4 A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NOTURNAS NO PIAUÍ: CURRÍCULO, TEMPO ESCOLAR, MATERIAL DIDÁTICO E SUJEITOS.....	93
4.1 Os programas de ensino aplicados nas escolas primárias noturnas conforme as reformas educacionais do Estado.....	94
4.2 Organização do tempo escolar no ensino primário do Piauí: Conteúdos e material didático aplicado nas escolas noturnas.....	101
4.3. Os sujeitos das escolas primárias noturnas: alunos e professores.....	107
4.4- Escolas primárias noturnas no Piauí.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a história do ensino primário noturno no Piauí e, como qualquer investigação que estuda o passado, tem uma orientação conduzida por questões que se instituíram no tempo presente. Essas inquietações foram surgindo a partir das leituras sobre a temática, ao longo de nossa trajetória acadêmica. O contato com os discursos sobre o ensino noturno aconteceu após a graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí, quando, na tentativa de ingressar no Mestrado em Educação, elaboramos um pré-projeto de pesquisa direcionado a este tema. Neste período, constatamos, por meio de levantamento bibliográfico, que esta temática foi pouco estudada na história da educação.¹

Desse modo, os poucos estudos sobre o ensino primário noturno piauiense no final do século XIX e início do século XX, nos fez definir o seguinte problema: Como o ensino primário noturno aparecia nas reformas educacionais no Piauí no período de 1871 a 1933?

Além disso, a reflexão sobre as bases do processo de escolarização do ensino primário noturno e sobre os sujeitos para os quais as escolas primárias noturnas se destinavam no início de sua institucionalização nos fez levantar outros questionamentos. Afinal, quem frequentava a escola noturna? Por ser noturna, a escola sempre abrigou adultos? Qual é o espaço do ensino noturno na política educacional do período analisado? Essas escolas se diferenciavam das diurnas? O público que estas escolas atendiam se alterou ao longo do período analisado?

Em relação à delimitação espacial, a pesquisa situou-se no âmbito do Estado do Piauí. À escolha do quadro teórico fundamenta-se na necessidade de dialogar com a produção historiográfica sobre o tema da pesquisa, de forma a deixar claro os motivos da escolha do referido quadro e avançar em relação à análise do objeto de estudo, contribuindo assim com a história educacional do Piauí.

¹- NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A Escola Primaria Noturna em Minas Gerais. (1891-1924)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.
FILHO,ARMANDO TERRIBILI ; NERY, ANA CLARA BORTOLETO. *Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas*, 2009.
COHN,MariaAparecida Figueiredo. *O Surgimento de uma Escola Noturna Pública em Juiz de Fora – MG : O Grupo Escolar Estevam de Oliveira*, 2007.
PAIVA, Bruna Maria Morais de. *Escolarização na Primeira República: organização e funcionamento do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916-1930)*. 2010.

Nas pesquisas existentes sobre o ensino noturno merece destaque as dissertações de Paiva (2010) “Escolarização na Primeira República: organização e funcionamento do ensino noturno na Parayba do Norte (1916-1931)”, Costa (2007) “À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)”, que traz como contribuição a tese de doutorado de Nogueira (2009) “A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924”, além de outros trabalhos nesta temática, como o de Anjos (2010) “A instrução primária de trabalhadores na cidade da lapa, província do Paraná, em 1882, Ananias (2000) “Propostas de educação popular em Campinas: As aulas noturnas”, Peres (2002) “Templo de luz”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pública pelotense (1875 - 1915).

No Piauí, os estudos que abordam esta temática estão voltados para discussões mais gerais, não sendo estudos específicos sobre o ensino noturno, dentre os quais destacamos: Queiroz (2008), Ferro (1996), Pereira da Costa (1974), Freitas (1988), Nunes (2007). Nesse sentido, justifica-se a necessidade e a importância desse trabalho para a historiografia da educação.

Nesse estudo, procuramos analisar nesse o modo como a educação primária noturna foi se delineando no Piauí, a partir dos anos finais do século XIX, e se consolidando ao longo das três primeiras décadas da República, por meio de iniciativas pública e particular. A iniciativa pública diz respeito à ação do Estado e das municipalidades; já a particular referem-se às ações dos professores e estabelecimentos escolares particulares, associações profissionais e das elites piauienses.

Do ponto de vista do seu público-alvo, buscamos identificar a faixa etária, o segmento social e o gênero visado pelo Ensino Primário Noturno Piauiense, e que interesses o Estado tinha com a criação deste ensino. O ensino noturno aqui estudado fazia parte do Ensino Primário, motivo pelo qual a proposta curricular deste ensino foi analisada, bem como procuramos identificar as instalações e o corpo docente que nele atuava.

Quanto à metodologia, focamos na pesquisa documental, pois é “uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação” (ABREU, 2015, p. 535). Além disso, o documento acrescenta aspectos não só do tempo, mas também a compreensão do social. Por

isso, o documento se constitui como uma fonte de extrema importância para qualquer pesquisador que se dedica ao estudo da História da Educação.

Entretanto, é evidente que o pesquisador que opta por trabalhar com documentos deve “superar obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material” (CELLARD, 2010, p. 296).

No que diz respeito, por exemplo, as estatísticas, a “interpretação das estatísticas não depende apenas da observação atenta dos números, mas também do bom conhecimento acerca dos modos como estes foram obtidos, calculados, fundidos, confrontados” (GIL, 2010, p. 214). Por isso, é preciso submeter “as estatísticas a um exame crítico do modo como foram produzidas e da adequação desses elementos nos discursos educacionais de uma pesquisa”. (GIL, 2010, p. 214).

Uma pesquisa documental segundo Cellard (2010) deve seguir algumas etapas. A primeira etapa é a análise preliminar, ou seja, o exame crítico do documento. Além disso, o pesquisador deve levar em consideração o contexto social global no qual foi produzido o documento, e a quem foi destinado. Não se pode pensar em analisar um texto, sem verificar a identidade da pessoa que escreveu e os motivos que levaram a determinada publicação. A autenticidade e a confiabilidade do texto tornam-se importante neste tipo de pesquisa, além da verificação da natureza do texto. Só depois de realizar toda essa análise preliminar é que o pesquisador irá verificar o documento conforme seu objeto de estudo.

Por isto, na fase inicial buscamos a seleção da legislação que aborda e trate do objeto de estudo. Esse processo é um trabalho de “garimpagem que tanto pode levar à resposta de uma questão já colocada, como pode, pela sua interpretação, colocar outras indagações ao pesquisador” (MIGUEL, 2005, p. 02). Esta etapa depende não só do pesquisador, mas também de outros fatores, tais como a existência de arquivos e a disponibilidade e conservação do acervo para a consulta.

Neste trabalho, as principais fontes utilizadas foram os documentos oficiais: Relatórios da Província do Piauí, Mensagens Governamentais, Leis e Decretos, além de jornais de circulação no período. A documentação analisada encontra-se preservada no Arquivo Público do Estado do Piauí: “Casa Anísio Brito”, Biblioteca Estadual “Des. Cromwell de Carvalho” e Arquivo Digital da Biblioteca Nacional. É nessa documentação que se encontram as determinações referentes à organização

do ensino: condições de matrícula, idade escolar, organização e divisão dos tempos, critérios para admissão dos docentes, os programas, dentre outras.

Para a realização desta pesquisa, coube recorrer à legislação, pois é uma forma de “apropriar-se da realidade política por meio das regras declaradas, tornadas públicas, que regem a convivência social de modo a suscitar o sentimento e a ação da cidadania” (CURY, 2014, p. 10).

Além disso, a “consulta aos relatórios dos Inspectores de Ensino sejam eles paroquiais ou inspetores gerais, possibilita a verificação do modo como tais leis encontraram viabilidade na realidade, bem como as impossibilidades de sua aplicação” (MIGUEL, 2005 p. 05).

Diante disso, o estudo da legislação torna-se um trabalho interessante, pois sua análise não ocorrerá de forma isolada, pois permite que se realize um trabalho de cruzamento das fontes. Por isso, a busca pelos Relatórios provinciais e as Mensagens Governamentais ao longo da pesquisa.

Nos relatórios documentais, as Mensagens Governamentais realizam um “balanço administrativo da parte do Poder Executivo sobre os andamentos administrativos de responsabilidade de seu governo, e geralmente constitui como relatório da atividade governativa” (ARAÚJO, SOUZA, PINTO, 2013, p. 107). Do ponto de vista educacional, as Mensagens trazem “ideias políticas, educacionais, pedagógicas e mesmo didático”. Portanto, levando-se em consideração o interesse desta investigação, as leis da educação e as outras fontes que são cruzadas na pesquisa documental expressam projetos políticos e de civilização que apresentam desejos e sonhos, carregados de interesses políticos e privados, ou seja, trazem em si contradições presentes na sociedade.

Com relação aos jornais, detemos especialmente nos jornais O Piauí², A Imprensa de 1880³, O Correio 1901⁴, O Nortista 1901, O Artista 1902⁵, O Artista

² Jornal que era publicado uma vez por semana, e suas assinaturas variavam em três tipos: anualmente, sendo o valor de 10\$000, semestralmente, com o valor de 5\$000, trimestralmente, com o valor de 3\$000 e número avulso de 320 reis. As publicações pedidas deveriam ser legalmente responsabilizadas. Era um jornal do órgão do partido conservador e geralmente composta por quatro páginas.

³ Jornal que era publicado semanalmente e, suas assinaturas variavam em dois tipos: por ano, sendo o valor de 10\$000 e semestralmente, com o valor de 5\$000 reis. As publicações eram de interesse particular, conforme o ajuste, devendo vir com os autógrafos dos responsabilizados. Era um jornal composto na sua maioria por quatro páginas.

⁴ O Correio nº 1 Teresina 01 de novembro de 1901- Diretor Benedito Lemos.

1920⁶ , Correio de Oeiras 1910⁷ e o Diário Oficial de 1932. Além desses, foram analisados Resoluções e Decretos de criação e extinção de escolas noturnas, Relatórios e Atas de diretores e professores responsáveis por essas escolas, além do Programa de Ensino Primário de 1922 e Instrução no Centro Proletário de 1909 (Regulamento para as escolas de instrução primária do Centro Proletário).

Após a localização e catalogação dos dados para a pesquisa visando reconstruir uma história do ensino primário noturno, foi realizada a análise dos documentos pelo cruzamento das fontes entre si e do diálogo proveniente das informações com as discussões historiográficas, considerando o contexto social, econômico, político e histórico do objeto estudado. Contudo, cabe destacar que tivemos dificuldade em encontrar fontes específicas sobre a temática, o que nos fez buscar nos documentos encontrados as marcas dessa escolarização para melhor embasar a pesquisa.

Segundo Beisiegel (1974) o ensino noturno no Brasil teria surgido na época Imperial, por volta de 1860, como forma de permitir uma escolarização aos trabalhadores analfabetos que não puderam frequentar a escola na idade delimitada como apropriada atualmente. Em 1871, o diretor da Instrução da Província do Piauí afirmava:

Um das necessidades mais urgentes em relação à instrução primária, segundo a minha opinião, é a criação de escolas noturnas nos maiores centros de população da província, onde possam aqueles que são obrigados a trabalhar durante o dia, por não terem recurso, e que desprezaram a instrução, enquanto jovens, ir beber os primeiros rudimentos de instrução elementar. (PIAUHY, 1871, p. 43).

Considerando esse dado, foi que propusemos estudar a História desse ensino entre os períodos de 1871 a 1933. O recorte temporal inicial considera a Resolução nº 753, publicada em 29 de agosto de 1871, que, no artigo 15, estabeleceu a “autorização ao governo da província piauiense a criar uma escola

⁵ Jornal o Artista- Therezina 04 de maio de 1902- fundador. Manoel Borges- Mestre Costa- Gerente, p. 01- Jornal do Comercio , lavoura, indústria e dos interesses públicos. Redação, sala de leitura e tipografia- Rua da Glória nº 24p- Redator chefe. R. lemos

⁶ Jornal o Artista- 1920- 01 de janeiro número 04- Ano I- Órgão Oficial da Sociedade “ União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba”. Redator chefe- A. L. Pessoa. Diretor: Francisco Ayres. Gerente: J. Mascarenhas.

⁷ Jornal de interesses gerais. Ano II. Número 2. Red e Oficina. L. do Comércio. Editor- João Soares. Gerente- Orlando Barbosa de Carvalho, Piauí, Oeiras, 28 de dezembro de 1910. Valores do jornal: Anno.8\$000, semestre- 5\$000. O pagamento deveria ser adiantado.

noturna para as pessoas adultas nos lugares que entender conveniente” e o recorte final do período estudado correspondem à reforma de 1933, decorrente do Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933, que trouxe mudanças no ensino primário do Estado e conseqüentemente no ensino primário noturno.

No final do Império e primeiras décadas da República, várias reformas foram sendo implantadas no ensino público no Piauí. Assim, a Resolução Provincial nº 753 publicada em 29 de agosto de 1871 autorizava o governo da província piauiense a criar uma escola noturna. A Lei nº 548 e o decreto nº 434 de 1910 determinou uma nova estrutura legal para o ensino público, reformulando o ensino primário e o ensino noturno. A reforma de 1931- Decreto nº 1301 de 14 de setembro de 1931 também traz menção ao ensino noturno, porém sem nenhuma alteração da reforma de 1910. E a reforma de 1933, decorrente do Decreto nº 1.438 promoveu algumas mudanças no ensino primário e secundário piauiense, atribuindo ao ensino primário o preparo eficiente do educando, capacitando-o para participar da vida social, além de trazer algumas alterações no ensino primário noturno.

Pretendemos mostrar que, para além da preocupação discursiva, a instrução primária de jovens e adultos foi se materializando a partir das últimas décadas do período imperial, por meio de uma série de iniciativas de caráter público e particular. Nesse caso, consideramos que no Piauí, a partir da implantação do regime republicano, tenha se desenvolvido uma política educacional que incorporou pessoas jovens e adultas, sobretudo via instrução primária noturna, que contava não apenas com a participação do Estado, mas com a participação de particulares também.

No final do século XIX e início do século XX os debates em torno da educação apontavam para a necessidade do Estado Republicano investir em educação para responder a demanda da grande massa de analfabetos brasileiros. A educação do povo foi uma das propostas para a efetivação da participação política, já que os analfabetos não poderiam votar, o que excluía boa parte da população brasileira. (SOUZA, 2008).

Por isso, a escola primária aparece como aquela capaz de resolver os “problemas” da nação brasileira e, conseqüentemente, atingir os objetivos pretendidos pelos republicanos, de construir os preceitos do patriotismo, da cidadania e do civismo, ideias partilhadas pelos positivistas. Com isso, era necessário ampliar e promover avanços no sistema educacional, aumentando o

número de vagas, bem como melhorando o ensino. Explanadas as evidências encontradas e formuladas as respostas à problemática em estudo, sem, contudo, querer esgotar o assunto, o resultado desta pesquisa se encontra apresentado em três capítulos, a saber:

No capítulo intitulado “Criar escolas: a organização escolar primária piauiense (1871-1933)”, analisamos o ensino primário no Piauí de 1871 a 1933, com o intuito de discutir como o ensino noturno tornou-se parte integrante do ensino primário, analisando a questão da obrigatoriedade escolar como um dos princípios abordados nas reformas, mas que não contemplava a faixa etária correspondente ao público das escolas primárias noturnas. Analisando a profissão docente e os recursos destinados à instrução primária e por fim, a organização do ensino primário conforme as legislações do período analisado.

No capítulo “O ensino primário noturno nas reformas educacionais piauienses”, analisamos as reformas educacionais do ensino noturno, objetivando os discursos dos agentes do Estado, buscando compreender o sentido das reformas e o lugar ocupado pelo ensino noturno no interior destes debates. Enfatizamos o analfabetismo brasileiro e as soluções encontradas pelos governantes para intervir no que consideravam um problema, bem como sua relação com o ensino primário noturno.

Por fim, o capítulo que finaliza esta dissertação traz à cena os sujeitos do processo educativo (alunos, professores), além de um olhar sobre o funcionamento destas escolas a partir da análise do interior delas e dos indícios em torno do currículo adotado por este ensino.

Com esta pesquisa esperamos ter colaborado para o conhecimento da história da educação no Piauí e almejamos que em outras oportunidades a temática seja retomada.

2 CRIAR ESCOLAS: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA PIAUIENSE (1871-1933)

Neste capítulo debatemos a organização do ensino primário entre os anos de 1871 e 1933. Para efeito da análise pretendida, a pesquisa privilegiou os discursos presentes nos Relatórios dos Presidentes da Província, governadores e na legislação, buscando nestes alguns elementos que marcaram a trajetória da instrução primária no Estado do Piauí. Isso é importante para entender o lugar do ensino primário noturno na organização escolar.

Assim, voltamos 47 anos na história, percurso importante para a compreensão das trajetórias histórica do ensino noturno no Estado do Piauí. Após a proclamação da Independência do Brasil em 1822, Dom Pedro outorgou a constituição de 1824, que estabelecia o princípio da gratuidade do ensino e a universalidade da instrução pública. Contudo, “a educação escolar primária sequer conseguiu avocar para si, ou melhor, reinscrever o princípio da gratuidade, tal como rezava a Constituição Imperial de 1824”. (CURY; HORTA; FÁVERO, 1996, p. 6).

É importante lembrar que a Constituição outorgada de 1824, em se tratando de educação, se limitava a dois parágrafos do artigo 179:

A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do Império pela maneira seguinte:
 - a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos;
 - colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes.
 (SUCUPIRA, 1996, p. 57)

Atendendo aos preceitos da lei, as províncias brasileiras criaram escolas. No Piauí, por exemplo, o Presidente João José Guimarães e Silva (15/02/1829 a 17/02/1831), determinou a criação de escolas na província. Com a Lei de 15 de outubro de 1827 “foram criadas escolas não apenas na capital da província, mas também em outras localidades, fazendo com que o ensino público começasse a tomar corpo.” (REIS, 2006, p. 86). Em 15 de julho de 1829, foi baixada uma portaria, pelo qual criavam em Oeiras, duas escolas de ensino mútuo, e em Jaicós, São Gonçalo, Poti, Campo Maior, Barras, Jerumenha, Valença e Parnaguá, escolas pelo método simples. Três dias depois, criou uma cadeira de Latim em Oeiras, bem como

nas vilas de Parnaíba e Campo Maior, além de escolas de primeiras letras, em Parnaíba, Piracuruca, Marvão⁸ e Piranhas (COSTA, 1974, v.2, p.375).

Assim, a Constituição de 1824 firmou pelo menos um princípio, o da gratuidade da instrução primária. Em junho de 1827 começavam a ser lançados novos projetos que eram encaminhados para a Comissão da Instrução Pública em prol da criação de escolas de primeiras letras. O projeto, com algumas emendas, foi transformado em lei, a 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em cidades, vilas e lugarejos mais populosos, sendo que a quantidade de escolas seria determinada pelo presidente da província.

Ao que tudo indica, a lei de 1827 falhou por alguns motivos, dentre eles: “a falta de professorado qualificado, o descontentamento dos mestres devido a sua recompensa pecuniária, a deficiência dos métodos, a precariedade das escolas”. (SUCUPIRA, 1996, p. 59).

Para o ano de 1832, as estatísticas da Instrução Pública mostravam existir em todo o Império apenas “162 escolas para meninos e 18 para meninas, destas últimas, somente 10 providas-estabelecidas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso, Goiás, São Pedro do Rio Grande do Sul e Piauí” (SOUSA NETO, 2009, p. 159).

Como se pode observar, “o sistema de ensino brasileiro nasceu limitado. O Estado encarregava-se apenas do ensino primário” (COSTA FILHO, 2006, p. 80). Neste caso, o objetivo era o ensino da leitura e da escrita destinado aos cidadãos livres.

Foi no Período Regencial, com a intenção de dar maior autonomia às províncias que a Constituição Imperial foi alterada pelo Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, substituindo os Conselhos de Governo pelas Assembleias Legislativas Provinciais e dando aos presidentes das Províncias maior poder, inclusive a responsabilidade pelo ensino primário e secundário. Às províncias competiam “cuidar do ensino primário e secundário, e ao poder geral ou central competia cuidar do ensino superior e do ensino da Corte em qualquer nível”. (COSTA FILHO, 1996, p. 80).

O Ato Adicional de 1834 “pôs fim ao modelo implantado com as Aulas Régias, substituídas por outro sistema de ensino, caracterizado pela

⁸ Atualmente Marvão é a cidade de Castelo do Piauí

descentralização” (SOUSA NETO, 2009, p. 160). Assim, tanto o ensino de primeiras letras, quanto o ensino secundário ficou a cargo das Assembleias Legislativas Provinciais. A descentralização conferia maiores poderes a s Províncias, permitindo assim o gerenciamento dos seus próprios sistemas de ensino.

Entre os anos de 1840 e 1889 várias reformas do ensino foram propostas e aprovadas. Dentre elas, destacamos a Reforma Couto Ferraz 1854, a Paulino de Souza de 1870 e a de Leôncio de Carvalho, de 1879. Nesse mesmo período, vários debates foram sendo firmados, tendo como maior anseio a propagação do ensino primário, tendo em vista o papel da instrução para a elevação do nível intelectual e moral da nação. Assim, o ideário e a valorização da cultura escrita e de uma nova visão de trabalho estavam presentes nesse novo modelo de civilidade. (CARVALHO, 2011).

No que se refere à educação a República buscou em suas propostas “o sentido de modernizador a partir de suas ações, investimentos em reformas estaduais, implementadas ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX” (GOUVEA ; SCHUELER, 2012, p. 333).

Contudo, o projeto de universalização da instrução primária aplicado no Brasil foi muito precário devido às desigualdades de acesso e permanência da população brasileira na escola. No que se refere ao Piauí, à realidade educacional se assemelhava à brasileira, pois nos relatórios provinciais e mensagens governamentais, quando se remetia a questão educacional, eram comuns relatos sobre as condições precárias da rede escolar piauiense.

Na leitura dos Relatórios ao Legislativo⁹, produzidas pelos Presidentes da Província, é possível verificar, no que diz respeito à instrução, discursos indicando a compreensão dos administradores provinciais em torno da escolarização da população, com vistas à modernização dos serviços prestados pelo Estado. Assim é que se nota a presença, nesses documentos, de diversos temas como: ensino livre, gratuidade, obrigatoriedade do ensino, formação e salário de professores, aliados à crescente necessidade de mais investimentos para os serviços de educação, relacionados ao que os governantes consideravam a melhor forma de organizar a educação escolar.

⁹ Relatório Da província do Piauí 1871

Nas duas últimas décadas do império, tanto em âmbito nacional quanto piauiense, observou-se um debate em torno da necessidade de organização do sistema de ensino sob a responsabilidade do Estado. Por isso, várias reformas e projetos de reforma da educação pública foram apresentados tendo como objetivo a criação de um ensino primário destinado às classes populares. Desse modo, um dos pontos que a legislação piauiense tratava era a obrigatoriedade escolar, como sendo um dos meios para expandir o ensino primário em todo o Estado. Porém, esse discurso sobre a obrigatoriedade não remete ao final do século XIX, essa ação já vinha sendo debatida há algumas décadas atrás.

2.1 A escolarização primária no Piauí: obrigatoriedade escolar no final do século XIX e início do século XX

Para a análise do ensino noturno é importante compreender o processo de construção da obrigatoriedade escolar no final do século XIX e início do século XX, analisando os discursos sobre a oferta de escola, a faixa etária abrangida pela obrigatoriedade e o papel do Estado nessa oferta.

As discussões em torno da expansão da escolarização da população, assim como a relação apresentada e veiculada em vários discursos em torno da sociedade piauiense, mostrou a relação entre família, Estado e escolarização dos filhos a partir da implantação da obrigatoriedade escolar nas províncias brasileiras. As reivindicações em torno da expansão de escolas primárias por todo o país gerava debates em torno da liberdade do ensino em todos os graus. Segundo Beisiegel (1974, p. 55) “reivindicava-se a liberdade do ensino em todos os graus. Mas, com esta liberdade do ensino não se entendia como uma liberdade de omissão, as teses seriam de ensino livre e de ensino obrigatório”.

Por meio desses debates, diversas foram as soluções apontadas, porém a implantação da obrigatoriedade escolar foi uma das mais debatidas. Segundo Valle e Silva (2013, p. 24) “desde o primeiro quartel do século XIX, tem sido expressa a intenção de possibilitar (promover) a escolarização de todos os brasileiros”.

No Piauí, a proposta de obrigatoriedade escolar apareceu, em 1845 “como proposta do então Presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos (1845-1847), baseado no direito que o Estado teria de constranger os pais a enviar seus filhos à escola”. (LOPES, 2013, p. 233).

A reforma educacional realizada pelo presidente da província foi consolidada na lei nº 198, promulgada no dia 06 de outubro de 1845, que, no artigo 43 a 45, prescreveu a obrigatoriedade escolar nestes termos:

Art 43- Todos os pais de família são obrigados a darem aos seus filhos a instrução primária estabelecida nesta lei. Esta obrigação começa aos 7 anos de idade e se estende aos 10 anos nas fêmeas e aos 14 nos varões.

Art 44- Os que não mandarem seus filhos a escolas públicas ou de lá os retirarem antes de aprovados em exames sofrerão anualmente por cada um que estiver dentro da referida idade a multa de dez mil reis que será imposta pelo Diretor e arrecada pelo Procurador da Comarca respectiva a cujos cofres pertence. (PIAUHY, 1845, p. 20).

Na lei ficava determinada a obrigatoriedade da instrução primária, variando de acordo com o gênero da criança: para as meninas, seria de sete a dez anos e de sete aos quatorze anos para os meninos. Desse modo, os meninos teriam quatro anos a mais de escolarização obrigatória em relação às meninas. A obrigatoriedade escolar tentava solucionar os problemas de matrículas e frequência nas escolas públicas, que neste período eram consideradas irrisórias. Porém, uma vez implantada a obrigatoriedade escolar, o estado deveria ter recursos financeiros e humanos para oferecer condições para manter uma rede escolar capaz de atender a população nas faixas etárias mencionadas. Além disso, a boa frequência também era outro fator levantado nesta lei, pois as escolas de primeiras letras passariam “a funcionar obrigatoriamente com no mínimo 15 alunos matriculados, no caso das escolas masculinas, ou 10 alunas, no caso das escolas femininas”. (SOUSA NETO, 2009, p. 188).

Ao longo dos anos, contudo, o número de matrículas em relação à população piauiense continuou baixo, sendo atribuído conforme presidente da província em 1873, Gervásio Cícero de Albuquerque Melo, ao que denominava “desleixo dos pais”, e propondo para a resolução deste problema a “aplicação mais efetiva do ensino obrigatório”. (PIAUHY, 1873, p.20).

Em 1874, o presidente Adolfo Lamenha Lins promoveu diversas medidas visando melhorar a instrução pública, destacando que a instrução primária obrigatória deveria ser mais proveitosa. Dentre as medidas apontadas ficou definida a obrigatoriedade da instrução primária, contanto que “somente é obrigatório o ensino primário de 1 grau, e facultativo o do 2 grau”(PIAUHY, 1874, p. 77). Assim, o ensino obrigatório presente no ensino primário não implicou no aumento da quantidade de alunos.

Em 1877, o Presidente Graciliano de Paula Baptista defendeu a ideia do ensino obrigatório, todavia, a faixa etária aplicada, a qualidade da escola ofertada, a delimitação espacial, eram limites para a escolarização das crianças piauienses.

Diante das necessidades apontadas pelos presidentes da província do Estado, a obrigatoriedade gerava a “necessidade da superação das limitações para a frequência à escola, que vão desde a oferta de escola, distribuição de material e fardamento, instalações escolares e material didático até o professor e sua prática” (LOPES, 2013, p. 239).

As propostas dos presidentes da província prevaleciam à faixa etária correspondente dos sete aos quatorze anos. As implementações realizadas pelas reformas educacionais e pela Resolução nº 13 de 31 de julho de 1890 insistiam na obrigatoriedade do ensino primário.

Com a mudança do sistema político e os novos debates educacionais, mantinham-se as multas aos pais que não matriculassem seus filhos nas escolas. Assim, a lei nº 267 de 20 de julho de 1901, decretava a obrigatoriedade do ensino primário, estabelecendo punição, multa e prisão de 4 dias para os pais, tutores e curadores que deixassem de matricular nas escolas públicas e particulares as crianças menores de 9 anos.

Continuando com essa análise da matrícula obrigatória, em 1910, o decreto nº 434 definiu que as escolas tinham que ter uma quantidade de alunos, ou seja, uma frequência mínima para funcionar, sendo “nas vilas 15, nas cidades, 20, na capital, 30 e 10 alunos nos povoados”, podendo o ensino ser suspenso caso a escola não atingisse o número mínimo de alunos. Mas, quando ocorresse o fechamento de uma escola, o diretor da instrução deveria abrir um inquérito para investigar as causas que o motivaram. Assim, a estipulação de quantidades de alunos para a abertura de uma escola era motivada pela localização das respectivas escolas, ou seja, quanto mais perto da cidade, mais alunos deveriam frequentar as escolas.

A relação obrigatoriedade escolar e reformas educacionais se estendiam ao longo da primeira república no Estado. As reformas de 1921 e 1931 contemplavam as mesmas ideias apontadas pelo decreto nº 434\1910, sendo que em 1933 o ensino obrigatório era definido novamente pelo decreto nº 1.438. Deste modo, o artigo 81 define em que nível e quais escolas contemplariam esse princípio.

O ensino público primário no Estado do Piauí é obrigatório, leigo e gratuito, nas escolas singulares, nas agrupadas, nos grupos escolares, na Escola Modelo “Arthur Pedreira”, na “Escola de adaptação e nos estabelecimentos de ensino profissional, que o governo custeia mantém e administra”. (PIAUHY, 1933, p. 24).

Assim, em 1933 o ensino primário seria obrigatório e custeado pelo Estado, sendo que seriam obrigadas a matricular nas escolas primárias as crianças com faixa etária entre “sete anos completos e quatorze incompletos, num círculo de raio de dois quilômetros de cada escola pública”. Entretanto, havia as isenções na obrigatoriedade:

- a) As crianças física e mentalmente incapazes, bem assim as que sofreram moléstia contagiosa ou repulsiva;
- b) As que receberam instrução em casa, e em escolas particulares, sujeitas à fiscalização técnica da Diretoria Geral;
- c) As que já tiverem instrução equivalente à ministrada nas escolas públicas primárias.

§1: - São ainda motivos para isenção da obrigatoriedade contida no art. 82:

- a) Falta de escola pública num círculo de raio de dois quilômetros, para as crianças do sexo feminino, e de três, para as do masculino;
- b) A indigência, provada por atestado de autoridade competente, enquanto não promover o Estado os meios de assistência à infância, com a organização de “caixas escolares”.

§ 2- Os pais, cujos filhos receberem instrução em suas próprias casa, deverão declara-lo, para os efeitos de verificação da obrigatoriedade, recenseamento e estatística. (PIAUI, 1933, p. 24).

As multas seriam para os responsáveis que não matriculassem as crianças dentro do prazo das matrículas. Para observar a obrigatoriedade deveria ser realizado um recenseamento escolar de três em três anos, sendo que este “recenseamento seria de responsabilidade do Diretor de Instrução, mas efetuado pelos Inspectores técnicos, pelo Escriturário da 3º secção ou por delegados especialmente comissionados” (PIAUI, 1933, p. 24).

Com isso, foi possível perceber que no final do século XIX e início do século XX a obrigatoriedade do ensino primário priorizava a necessidade de instruir somente a infância. O adulto ou jovem mesmo comprovada à necessidade da instrução acabava não sendo incluído. Portanto, mesmo com a obrigatoriedade legal considerada como sendo um dos pilares educacionais do final do século XIX e início do século XX, um grande contingente populacional ficava fora da escola. Com isso, a expansão da faixa etária dessa matrícula obrigatória vai se dando de forma gradativa.

2.2 A profissão docente no ensino primário piauiense

Nas falas e nas Mensagens dos Presidentes de Província e governadores piauienses, os discursos em torno da necessidade de educação eram presentes, apontando sua melhoria como o caminho para o progresso da nação. Contudo, por mais que eles declarassem que estavam investindo no ensino, reconheciam que estavam atrasados se comparados a outros países e até mesmo a outras províncias brasileiras.

Com o Ato Adicional de 1834, as províncias brasileiras tiveram que assumir a responsabilidade de organizar e implantar o ensino primário e secundário, sendo que o Governo Imperial concentrava-se no planejamento e no preparo do ensino superior e no controle de outras iniciativas de ensino. Por meio desta determinação, diversas ações foram sendo efetivadas para a formação inicial de professores primários, uma vez que se acreditava que o desenvolvimento dos cidadãos estava relacionado com o desenvolvimento da instrução e, conseqüentemente, com o progresso da província.

Desse modo, formar professores para as escolas primárias era um dos principais objetivos da formação docente no final do século XIX. Além disso, a organização da instrução pública piauiense através das reformas apresentava em seus debates, discussões sobre os docentes e suas atribuições no exercício da profissão. Em 1869, com a nova reforma da Instrução Pública no Piauí, a profissão docente era um dos capítulos presentes na Resolução nº 655 de dezembro de 1869. A atuação e a habilitação dos professores eram pontos discutidos na resolução. Assim, os “professores de primeiro grau não poderiam reger as de segundo grau, sem que se mostrem competente nas matérias que acrescerem aquelas que foram aprovadas” (PIAUHY, 1869, p. 01).

Para exercer a profissão docente, a resolução nº 655\1869 determinava que os candidatos à vaga provassem ao diretor geral os seguintes pontos: maioria legal (apresentando certidão ou justificação da idade), moralidade (seriam os lugares em que o candidato havia habilitado há três anos) e não sofresse enfermidade incompatível com o exercício da profissão. Se os candidatos à vaga de professores fossem do sexo feminino seria necessário apresentar a certidão de casamento se fossem casadas, e, sendo viúvas, a certidão de óbito, e, separadas deveria apresentar a sentença jurídica.

Para desempenhar a profissão de professor, além das exigências apresentadas acima, os mesmos deveriam passar por um concurso que durariam três meses, organizados da seguinte forma: a inscrição, processo de habilitação e exames dos concorrentes. O exame constava de prova oral e escrita. Na parte oral, o próprio diretor ficaria encarregado de nomear, entre os professores primários e do Lyceu, três pessoas para participar da banca examinadora. No caso de bancas para professoras, os trabalhos de agulha da candidata seriam avaliados por uma professora, nomeados para este fim.

Entretanto, a experiência profissional como professor em escolas seria uma das “diferenças” na hora de escolher os professores para a instrução pública. No ensino primário, por exemplo, a preferência era para aqueles que já haviam lecionado em escolas de 1º e 2º grau por cerca de três anos. Após a aprovação no exame as exigências continuavam e as obrigações destes professores também. A vestimenta, a disciplina, a ordem, o culto à igreja seriam ações avaliadas pelo diretor da instrução durante a carreira do docente no magistério.

Assim, enfatizando o processo de análise de conduta, a província não dava suporte técnico e material para o exercício da profissão. O Relatório do Presidente da Província do Piauí de 1870 era taxativo na avaliação do ensino ministrado, afirmando que este estava “muito longe do desenvolvimento e perfeição que fora para desejar não só aqui como em todo o país” (1870, p. 32). O diretor geral da Instrução primária relatou que mesmo com algumas mudanças presentes na reforma nº 655 de 04 de dezembro de 1869, em que dava algumas gratificações aos professores que conseguissem um bom resultado para difundir a instrução primária, eram necessários “marcar uma gratificação anual de 200\$000 reis a todo professor que tiver a sua aula frequentada por mais de 60 discípulos”. Os relatos sobre as ações dos professores apontavam um desânimo pela profissão, e declaravam a necessidade de inspeção, reconhecendo, contudo que por mais que o Estado contratasse inspetores para “controlar e organizar” a educação, ainda não era o suficiente para o melhoramento do ensino público (PIAUI, 1874, p. 12). Embora na legislação educacional do Estado a educação aparecesse como ação prioritária, os professores não estavam satisfeitos com as condições de trabalho e os governantes acabavam culpando os professores pelas falhas no ensino, afirmando que a ausência de alunos nas escolas do Estado estava correlacionada com a falta de habilidade, compromisso e dedicação à profissão docente.

A carreira docente seguiria no Piauí com dificuldades, no entanto, as exigências para exercer a profissão não sofriam muitas alterações. A alteração presente na regulamentação de 1874 referia-se a diminuição no número de exames para o professor. Assinalava o presidente Gervásio Cícero Albuquerque Mello que:

Assim, por exemplo, o candidato ao magistério depois de ter-se sujeitoado à prova do exame de concurso perante uma comissão de três membros, e obtido a escolha do presidente, podia, segundo o velho regulamento, ainda assim ser contemplado ao quadro de professores efectivos, porque seu diploma de capacidade só vigorava durante um ano, findo o qual devia sujeitar-se novo exame sobre a mesma matéria a fim de dar um título definitivo. Prestado este segundo exame e obtida a aprovação, o candidato, já então o professor, deveria esperar quatro anos, e no fim deles submeter – se a um terceiro exame sobre as mesmas matérias, mediante o mesmo processo, se queria ser colocado na sua cadeira.

Assim, só após cinco anos é que o professor poderia finalmente repousar com segurança em seu emprego. Esse novo regulamento seria mais previdente e menos rigoroso, pois o professor só seria capaz de realizar duas provas unicamente, isto é, a primeira, o exame prévio de habilitação, e ao exame feito em concurso, sendo que o primeiro dispensava o segundo quando não se apresentava outros concorrentes. (PIAUHY, 1874, p. 75).

Além desses pontos levantados pelo presidente da província em 1874, a vitaliciedade de um professor era algo almejado. No entanto, isso só acontecia após cinco anos de prática do magistério. Desse modo, é importante compreender a classificação dos professores, ou seja, a diversidade de categorias de docentes no magistério piauiense. O próprio presidente Gervásio Cícero de Albuquerque Mello descreveu que o sistema antigo de ensino havia professores interinos, suplentes, efetivos e vitalícios. Ele chama a atenção para os seguintes aspectos de cada um destes tipos de professores:

Segundo o sistema antigo havia professores interinos, suplentes, efetivos e vitalícios: interinos eram aqueles que, independente de exame, substituíam aos efetivos e vitalícios em seus impedimentos temporários- suplentes àqueles que, havendo exibido provas de capacidade profissional em concurso, não tinham, contudo um ano de exercício- efetivos aqueles que, nas mesmas condições, contavam o ano de pratica- vitalícios aqueles que, além do dito ano, tinham mais quatros de magistério. (PIAUHY 1874, p.76).

Contudo, com a regulamentação educacional de 1874, as duas ordens de professores, interinos e suplentes foram agrupadas numa só classe, denominada “professor provisório”. O motivo alegado seria que enquanto os professores não obtivessem um título definitivo ou vitalício iriam servir provisoriamente, sem distinção entre interinos e suplentes com menos de um ano de exercício, para as cadeiras e

vagas criadas. Assim, o governante considerava que a classificação seria menos “embaraçosa” e mais equitativa.

Ao tempo que se ia constituindo a rede escolar, debatia-se a quantidade de escolas primárias e o número de professores atuantes em cada localidade da província. As tabelas 1 e 2 apresentam as escolas públicas primárias do sexo masculino e feminino segundo seus graus, o nome dos professores e a quantidade de alunos que as frequentavam, segundo consta no Relatório da Província do Piauí de 1874. Este relatório apresenta a diferenciação entre escolas do sexo masculino e do sexo feminino apresentados nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Demonstrativo das escolas públicas do ensino primário do sexo masculino da Província do Piauí-1874.

ESCOLAS				PROFESSORES		
Nº	Comarcas	Sede	Graus	Nomes		NÚMEROS DOS ALUNOS MATRICULADOS
1	Teresina	1º distrito da capital	2º	Aprigio Teixeira	Lopes	43
2	-----	2º _____	2º	Juvencio Sarmiento e Silva	Tavares	39
3	-----	3º _____	2º	Sabino Leopoldo De Sant'Ana		30
4	-----	Capela Humildes dos	1º	Nercio Saraiva	Antônio	20
5	S. Gonçalo	Amarante	2º	Fontanelle Bularmaque	Cesar	58
6	-----	Jeromenha	1º	João Sousa	Raimundo de Guimarães	28
7	-----	Manga	1º	Francisco Freitas	Emydio de	20
8	-----	N.S. Aparecida	1º	Polydoro da Silva	Massilon Monteiro	20
9	Oeiras	Oeiras	2º	Leonel de Souza	Bernardino	55
10	Parnaíba	Parnaíba	2º	Luiz do Rego Lima		66
11	-----	Buriti dos Lopes	1º	Leocadio Pinheiro	José	30
12	-----	Frecheiras	1º	João Miguel	Jarrinha	7
13	Barras	Barras	2º	João José	Pinheiro	46
14	-----	Batalha	1º	João Pedro	Sanches	43
15	-----	Retiro de Boa Esperança	1º	José Neves	Fernandes	30
16	Campo Maior	Campo Maior	1º	José Britto	Ribeiro de	20
17	-----	União	2º	Padre João de Almeida	Manoel	38
18	-----	Capela do Livramento	1º	Jesuino Barbosa	Alves	44
19	Piracuruca	Piracuruca	1º	José Felix	Pereira	62
20	-----	Pedro Segundo	1º	Domingos Mourão	da Silva	45
21	-----	Piripiri	1º	Manoel Souza Bem	Pedro de	43
22	Príncipe Imperial	Príncipe Imperial	1º	Firmino	José Rosa	29
23	-----	Independência	1º	Raimundo Tavares	Francisco	16
24	Valência	Valência	1º	Henrique Barboza	José	24
25	-----	Marvão	1º	Antônio Alvarenga Junior	da Costa	20
26	-----	Missão dos Arozés	1º	Candido da Costa	Rodrigues	18
27	Jaicós	Jaicós	1º	Coriolano de Carvalho	Mendes	28
28	-----	Picos	1º	Francisco Gil de Almeida	Justiniano	23

29	São R. Nonato	São R. Nonato	1º	Raimundo da Costa Muniz	28
30	-----	São João do Piauí	1º	Rodrigo Ferreira de Carvalho	22
31	Parnaguá	Parnaguá	1º	João de Salles Falcão	21
32	-----	Bom Jesus	1º	Antônio Nunes de Carvalho	37
33	-----	Corrente	1º	José Messias Cavalcante	22
34	-----	Santa Filomena	1º	José Rodrigues	22

Fonte: Piauhys, 1874, p. 84

Tabela 2: Demonstrativo das escolas públicas do sexo feminino da Província do Piauí em 1874

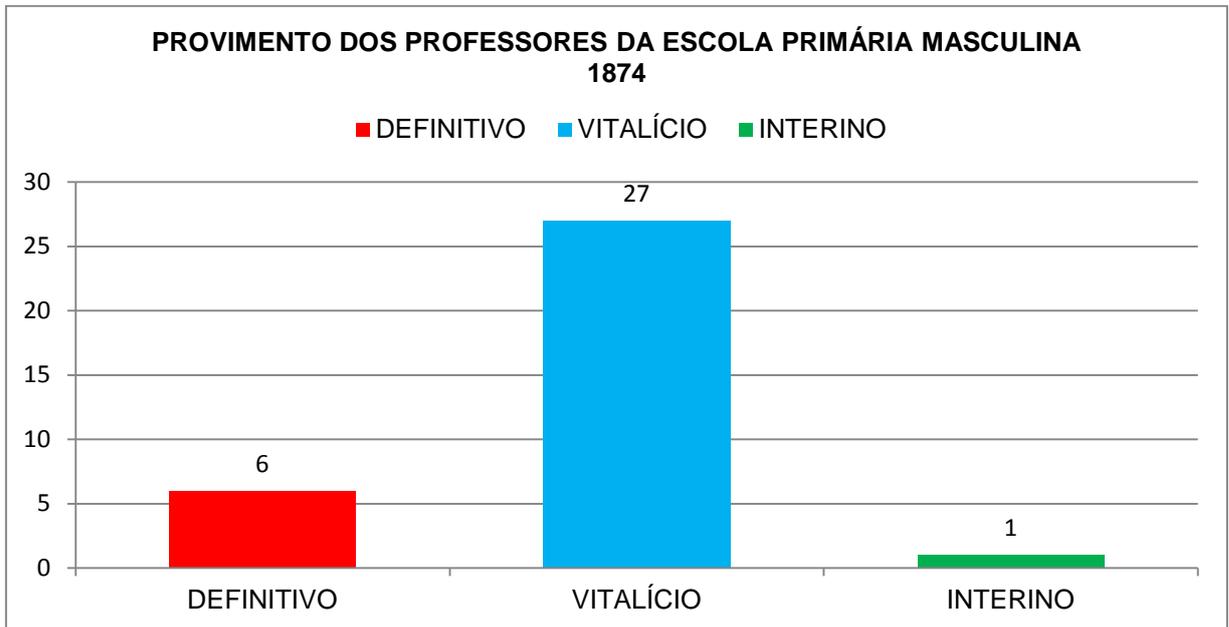
ESCOLAS				PROFESSORES	
Nº	Comarcas	Sede	Graus	Nomes	NÚMEROS DOS ALUNOS MATRICULADOS
1	Teresina	1º distrito da capital	2º	D. Rosalina Amélia Gonçalves da Silva	38
2	-----	2º _____	—	D. Rosina Augusta da Silva Conrado	52
3	-----	3º _____	—	D. Aurora Hygina da Silva Melo	19
4	S. Gonçalo	Amarante	—	D. Zelinda Rosa de Carvalho e Silva	32
5	-----	Jeromenha	1º	D. Veronica Juliana Rocha Carvalho	8
6	-----	Manga	—	D. Umbelima Rosa de Carvalho	11
7	Oeiras	Oeiras	2º	D. Lilia de Sousa Louro Vieira	37
8	Parnaíba	Parnaíba	1º	D. Silvia Estevita de Mendonça	Não remeteram mapa
9	Barras	Barras	—	D. Mariana Joaquina de Almeida Brito	16
10	-----	Batalha	—	D. Maria Magdalena de Castro Miranda	15
11	Campo Maior	Campo Maior	—	D. Feliciano Florinda da Silva	32
12	-----	União	2º	D. Rita Ribeiro Soares	17
13	Piracuruca	Piracuruca	—	D. Maria Magdalena Josefina Bittencourt	13
14	-----	Pedro Segundo	—	D. Theresa Maria de Jesus	22
15	Príncipe Imperial	Príncipe Imperial	—	D. Cordolina de Queiroz Verdeixas	11
16	-----	Independência	—	D. Maria Rosaria das Dores Belém	11
17	Valência	Valência	—	D. Alexandrina Perpetua da Silva	11
18	-----	Marvão	—	D. Maria de Assunção Lavor Carneiro	14
19	Jaicós	Jaicós	—	D. Antônia Rosa Dias de Freitas	19
20	-----	Picos	—	D. Antônia Maria da Soledade Alvarenga	13
21	S. Raimundo Nonato	S. João do Piauí	—	D. Josefina Elisa Camara	14
22	Parnaguá	Parnaguá	—	D. Josefa de Cunha Lustosa Elvas	22
23	-----	Bom Jesus	—	D. Luisa Carlota Romeiro d'Alencar	13

Fonte: PIAUHY, 1874, P. 85.

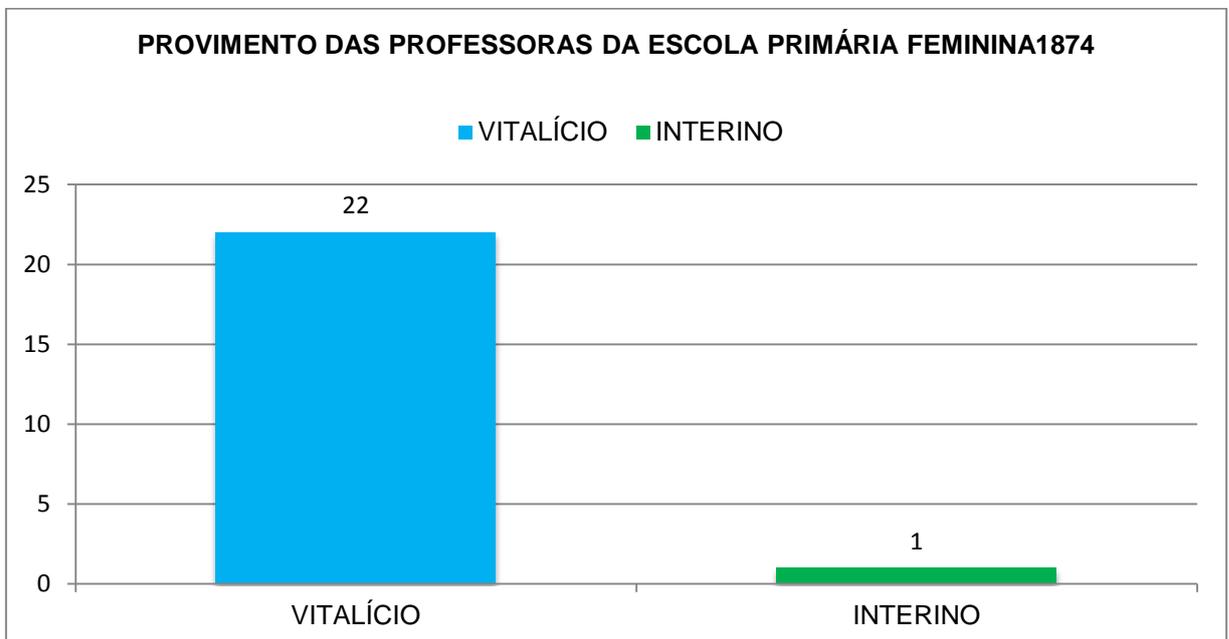
Os dados apresentados mostram um panorama do ensino primário em 1874. As tabelas 1 e 2 foram divididas por gênero, sendo que em anos anteriores os mapas das escolas seguiam numa mesma página contendo escolas masculinas e femininas. Assim, as escolas primárias masculinas continuavam tendo o maior número de alunos matriculados (1097) e conseqüentemente a maior expressão quantitativa de escolas em relação às escolas femininas. Na capital, ocorre a divisão de três sedes de escolas para ambos os sexos, o que mostra a concentração de mais alunos matriculados no setor urbano do Estado. Parnaíba, no interior do Estado, aparece como a cidade com maior número de alunos matriculados em escolas masculinas. Prevalecem em ambas as escolas o ensino de 1º grau, o que revela a preferência da província pelo ensino de primeiras letras, ou seja, ministrava a leitura, a escrita e noções de primeiros cálculos.

Com relação aos professores, verificaram-se algumas semelhanças entre as escolas. Ou seja, nas masculinas a maioria dos professores eram Vitalícios (aqueles que além do ano tinham ainda mais quatro anos de magistério), no entanto, notava-se que alguns professores eram definitivos e interinos. Já nas escolas femininas, todos os professores eram vitalícios, com exceção de Parnaguá, que tinha professora interina. Convém mencionar que em 1874, ainda “não havia na rede pública experiência de escolas mistas ou de professoras com docência em escolas masculinas”. (LOPES, 1999, p. 97).

Vejamos o gráfico 1 e 2 que representam essa divisão dos provimentos dos professores em ambas as escolas em 1874.

Gráfico 1: Provimento dos professores da escola primária masculina 1874

Fonte: PIAUHY, 1874, p. 8

Gráfico 2: Provimento dos professores da escola primária feminina 1874

Fonte: PIAUHY, 1874, p. 85

No gráfico 1, dos 34 professores que atuavam na escola primária masculina, 27 professores eram vitalícios e os demais docentes estavam divididos em definitivo (6 professores) ou interino (1 professor). Já no gráfico 2 o número de escolas

femininas(23) é bem menor que as masculinas, sendo que das 23 professoras que atuavam nestas escolas, 22 eram vitalícias e apenas uma era interina.

Além destes dados visíveis para leitura, notamos que por mais que tenha visto este movimento das escolas primárias no Piauí, a manutenção destes dados era um dos fatores de que mais os governantes reclamavam nos relatórios do final do século XIX, pois muitos professores acabavam não enviando os mapas de suas escolas, o que dificultava o acompanhamento e a análise da situação educacional da província.

Outro fator de destaque nos relatórios provinciais era a economia de gastos feita pelos presidentes nas escolas primárias do Estado. Em 1880, o presidente Sinval Odorico de Moura descreve que a província era “pobre e pouca populosa” e manter um professor ou uma professora para escolas com frequência de apenas 10 a 15 alunos era oneroso. Para o Estado era melhor “criar nestas localidades, escolas mistas, e de acordo com as necessidades, serem frequentadas por 30 a 40 alunos de ambos os sexos, tornando assim uma economia para a província e lucrando com a educação”. (PIAUHY, 1880, p. 24). Indicava a necessidade de expandir a instrução primária, porém racionando os gastos. E se as escolas primárias diurnas tinham essa dificuldade, as escolas noturnas também lidavam com todos estes problemas enfrentados pelas diurnas em se tratando de quantidade de alunos e de todas as necessidades que uma escola primária possuía.

Com o advento da República e os novos debates na instrução pública piauiense, a discussão em torno do docente continuava presente, porém como uma nova visão. A mudança do Império para a República aconteceu sem preparação. Assim:

Após a proclamação da República é possível percebemos a situação caótica em que se encontrava a instrução pública do estado. O governador registra que o ensino primário carecia de uma reforma radical em que houvesse aperfeiçoamentos, portanto a necessidade de um curso normal que não fosse tão aparatoso. (SOUSA, 2015, p. 53).

Desse modo, o Estado iniciou um novo delineamento da estrutura do ensino oficial a partir de 1910. Essa estrutura adveio da Reforma de Ensino de 1910, que afirmava que as aulas públicas primárias deveriam ser ministradas, preferencialmente, por professoras, e cada grupo escolar teria um professor por classe e um diretor que possuía as funções de superintendência administrativa e técnica e um porteiro.

O cargo de diretor era assumido por um professor do grupo, que recebia uma gratificação pelo exercício do cargo. O professor de cada turma de 1º ano nos grupos escolares deveria acompanhar seus alunos até o 4º ano, voltando depois a assumir novas turmas no ano seguinte. Os castigos físicos estavam terminantemente proibidos, ficando sujeitos a pena de suspensão os professores que utilizassem.

Pela legislação de 1910, os professores primários seriam divididos em: efetivos, interinos, adjuntos e substitutos. Eram considerados efetivos os professores titulados pela Escola Normal do Estado ou os que obtiveram esse status por nomeação. Eram interinos os normalistas nomeados para regerem interinamente cadeiras vagas, ou os cidadãos não titulados, no mesmo caso. Eram classificados como adjuntos os professores normalistas ou não, nomeados para auxiliarem no ensino das escolas públicas. E eram substitutos os que substituíssem os professores adjuntos nos seus impedimentos.

Aos professores primários, em 1910, competia às funções de: reger a classe, ensinar todas as matérias do programa, manter sempre a disciplina, chegar 15 minutos antes do horário de início da aula. Nas escolas reunidas e nos grupos escolares deveriam assinar o livro de ponto, realizar a chamada duas vezes ao dia, realizar o ensino coletivo, evitando o individual (PIAUÍ, 1910, p.15).

Ainda sobre a profissão docente nas reformas educacionais, na primeira república piauiense a legislação vigente nos anos de 1921 e 1931 não trouxe grandes alterações na reforma de 1910.

Em decorrência disso, em 1933 os professores primários foram distribuídos conforme a sede das escolas por eles ocupada, pela forma do provimento, ou seja, efetivo, interino, adjuntas-estagiárias e substitutos.

Art. 243- São efetivos os professores diplomados que houverem obtido o seu provimento na forma prescrita por este Regulamento, e os que já forem, em virtude de leis anteriores.

Art. 244- São interinos os normalistas nomeados para reger, enquanto não ocupados efetivamente, cadeiras vagas, ou os leigos, no mesmo caso.

Art. 245- São adjuntas –estagiárias, as normalistas nomeadas para auxiliar O ensino das escolas públicas, por tempo determinado.

Art. 246- São substitutos os que, em impedimentos ocasionais forem nomeadas ou designadas para as cadeiras vagas por licenças, afastamento, ou ausência de qualquer natureza, dos respectivos professores ou adjuntas-estagiárias.

Art. 247- Toda vez em que julgue conveniente, a Diretoria Geral da Instrução poderá, nas localidades em que houver mais de um estabelecimento primário, fazer o rodízio dos respectivos professores, para

o que fica autorizada a baixar instruções especiais a respeito. (PIAUÍ, 1933,p. 50).

Com as reformas de 1910 e 1933, o estado procurou reorganizar a ação dos professores nas escolas primárias do Estado. As reclamações de ambos os lados (Estado e Professores) sobre a prática e qualidade do exercício praticado pelos professores e a contribuição do Estado nas reivindicações e nas condições de exercício da profissão docente nas escolas eram frequentes nos relatórios provinciais do Estado. Além disso, o debate incorporava a necessidade de expansão do ensino primário em vários discursos ao longo do século XIX e início do século XX e a participação dos professores nessa expansão.

2.3 Organização do Ensino Primário Piauiense: a oferta escolar

No Piauí várias reformas educacionais normatizaram o ensino primário, dentre elas a reforma na instrução primária de setembro de 1850, por meio da Resolução nº 485. Em 1864, outra reforma foi baixada pelo regulamento nº 53 de 21 de novembro de 1864. Em 1869 com a Resolução nº 655 de 01 de dezembro se estabeleceu uma nova estrutura para a instrução pública, continuando a instrução primária constituída de aulas de leitura, escrita e cálculo.

O ensino primário passou a ser constituído de dois graus: 1º e 2º. As escolas de 1º grau ministravam leitura e escrita, elementos de gramática portuguesa; as quatro operações; noções de pesos e medidas, além de trabalhos de agulha para o sexo feminino. As escolas de 2º grau incluíam em seu currículo: elementos de história e geografia, especialmente do Brasil: contabilidade e sistema métrico decimal. (PIAUHY, 1869, p. 15).

Na Resolução nº 655\1869, o ensino primário passou a ser dividido em dois graus, sendo que as escolas de 1º grau estavam direcionadas ao ensino mais elementar, enquanto a de 2º grau a resolução estabelecia um currículo mais elaborado, pois enfatizava matérias de história e geografia brasileira e um aprofundamento na matemática (PIAUHY, 1869, p. 16).

Em alguns relatórios provinciais a presença de mapas da instrução pública era uma forma de apresentar o panorama do ensino no Estado. Entretanto, estes mapas eram remetidos em um ano, e só no ano seguinte eram divulgados. Assim, na tabela 3, será apresentado um mapa das aulas de instrução primária de 1869, publicado no relatório provincial de março de 1870 pela Diretoria de Instrução

Pública do Estado. Neste mapa é destacado o número de escolas primárias, as localidades em que havia este tipo de ensino, o grau de ensino ofertado, o gênero, nome dos professores, dentre outros aspectos. Verifica-se que o mapa apresenta o número de alunos matriculados em cada escola primária do Estado, sendo que na capital, destacava-se 3 escolas públicas masculinas, sendo uma delas a escola noturna (Juvêncio Tavares Sarmento e Silva) e 2 escolas femininas na capital. Um dos problemas apresentado pelo diretor da instrução pública era que os professores não remetiam os mapas para a direção, o que acarretava na dificuldade de conhecer a quantidade de alunos que frequentavam as escolas primárias, sendo que esse “problema” persistia ao longo dos anos (TABELA 3).

Tabela 3: Mapa demonstrativo das aulas de Instrução Pública Primárias da Província do Piauí em 1870

Nº	Localidades	Ensino	Sexo	Nomes dos professores	Número de alunos matriculados	Provimentos	Observações
1	Teresina	Primeiras Letras	Masculino	Cândido Alves de Noronha	66	Vitalício	
2	-----	-----	-----	Juvêncio Sarmiento e Silva	74	-----	
3	-----	-----	-----	José Vilarinho Gonçalves	60	Efetivo	
4	Oeiras	-----	-----	Benedito Brito de Sousa	51	Vitalício	
5	Parnaíba	-----	-----	Casimiro Tavares da Silva	38	-----	
6	Buriti dos Lopes	-----	-----	Leocadio José Pinheiro	21	-----	
7	Piracuruca	-----	-----	José Felix Pereira	83	-----	
8	Pedro Segundo	-----	-----	Domingos da Silva Mourão	39	-----	
9	Batalha	-----	-----	Padre Joaquim Mariano da Silva Guimarães	29	-----	
10	Barras	-----	-----	João José Pinheiro	45	-----	
11	União	-----	-----	Padre João Manoel de Almendra	43	-----	
12	Campo Maior	-----	-----	Silvestre José da Cunha Castelo-branco	39	Suplente	A cadeira acha-se vaga por falecimento do proprietário José Vicente de Nascimento
13	Marvão	-----	-----	Benedito Alves Pacheco	12	Vitalício	
14	Príncipe Imperial	-----	-----	Miguel Antônio de Mello Barreto	28	-----	
15	Independência	-----	-----	João Miguel Jarrinha	14	-----	
16	Valença	-----	-----	João Batista Cunha Meirelles	27	-----	
17	São João do Piauí	-----	-----	João de Souza Lima	10	Suplente	Esta vaga pode ter sido jubilada pelo proprietário
18	Picos	-----	-----	Francisco Justiniano Gil de Almeida	16	Vitalício	

19	Jaicós	-----	-----	Joaquim Manoel de Lima	19	-----	
20	S. Raimundo Nonato	-----	-----	Raimundo da Costa Mauricio	22	-----	
21	S. Gonçalo	-----	-----	Antônio Moreira Ramos Neto	32	Suplente	Vaga Por Jubilação do proprietário
22	Jeromenha	-----	-----	João Raimundo de Souza Guimarães	22	Vitalício	
23	Manga	-----	-----	Francisco Emygdio Freitas	13	-----	
24	Bom Jesus	-----	-----	Marcolino Antônio de Farias Santos	30	-----	
25	Corrente	-----	-----	José Missias de Cavalcante	29	-----	
26	Parnaguá	-----	-----	João de Salles Falcão	15	-----	
27	Santa Filomena	-----	-----	José Rodrigues de Brito	19	-----	
					865		

FEMININAS

1	Teresina	-----	Feminino	Zelinda Rosa Carvalho e Silva	de 35	-----	Exerce atualmente esta cadeira a professora interina D. Rosalina Amelin Gonçalves da Silva, por achar a proprietária em gozo de licença.
2	-----	-----	-----	Rozina Augusta da Silva Conrado	47	-----	
3	Oeiras	-----	-----	Aurora Hygina da Silva Mello	35	-----	
4	Parnaíba	-----	-----	Silvia Estevita de Mendonça	29	-----	
5	Piracuruca	-----	-----	Maria Magdalena Joselina Bittencurt	12	-----	
6	Pedro Segundo	-----	-----	Teresa Maria de Jesus	19	-----	
7	Barras	-----	-----	Marianna Joaquina d'Almeida Brito	14	-----	
8	União	-----	-----	Rita Ribeiro Soares	19	-----	
9	Campo Maior	-----	-----	Feliciana Florinda da Silva	19	-----	
10	Marvão	-----	-----	Maria d'Assunção Lavor Carneiro	12	-----	

11	Príncipe Imperial	-----	-----	Cordelina de Queiroz Verdexa	11	-----	
12	Independência	-----	-----	Maria Rosardia das Dores Belém		-----	Não remeteu mapa
13	Valência	-----	-----	Alexandrina Perpetua da Silva	11	-----	
14	Jaicós	-----	-----	Antônia Rosa Dias de Freitas	9	-----	
15	Picos	-----	-----	Antônia Maria da Solidade Alvarenga	18	-----	Esta professora foi nomeada independentemente do concurso, por portaria de 27 de agosto de 1868, contra o disposto no reg. nº 53 de 21 de novembro de 1864.
16	S. Gonçalo	-----	-----	Lilia Jesuina de Souza Louro	10	-----	
17	Jeromenha	-----	-----	Veronica Juhanes Rocha Carvalho	11	-----	
18	Manga	-----	-----	Umbelina Rosa de Carvalho	11	-----	
19	Parnaguá	-----	-----	Anna Joaquina Lustosa	17	-----	
20	Bom Jesus	-----	-----	Ledovina Maria das Neves	9	-----	

Fonte: PIAUHY, 1870, p. 02.

A tabela 3 apresentou 27 escolas masculinas, sendo que destas, três estavam situadas na capital, e as outras distribuídas nas demais localidades. Os provimentos dos professores variavam entre vitalícios, efetivos e suplentes, sendo que 23 destes docentes eram vitalícios, e o número de alunos matriculados correspondia a 865. Já nas escolas femininas, as professoras eram vitalícias, e o número de alunas matriculadas era de 345, distribuídas nas 20 escolas femininas, sendo que na capital, prevalecia o maior número de alunas matriculadas (82). Os professores das escolas masculinas eram todos homens e das escolas femininas, mulheres.

O relatório de dezembro de 1870 do presidente Manoel do Rego Barros de Sousa Leão apresenta um aumento na quantidade de escolas primárias no estado, passando de 47 para 50 escolas. No entanto, o crescimento de mais três escolas se deu nas escolas masculinas, visto que a feminina permanecia com 21 escolas primárias.

Notadamente, o número de alunos matriculados nas escolas teve uma queda, conforme o mapa apresentado em março de 1870, sendo que neste momento, 727 alunos do sexo masculino estavam frequentando as escolas primárias no Estado. Em março, por exemplo, este número era de 865, tendo uma diminuição de 138 alunos. Já nas escolas femininas, a matrícula foi de 289, ou seja, 56 alunas a menos. Ainda que o ensino primário tenha tido uma queda nas matrículas, a educação primária ainda era vista “Como aquela que não se pode dispensar, por ser de absoluta necessidade, educar o povo, preparando-lhe a inteligência e o coração para que possa preencher os seus destinos, deve a província empenhar-se em melhorá-la, ainda que para isto faça os maiores sacrifícios” (PIAUHY, 1870, p. 11).

A perspectiva apresentada pelo presidente da Província era de que existia uma preocupação em educar o povo nos princípios da civilidade, moralidade, sendo a ideia de instrução popular presente e mencionada através da liberdade de ensino, prezando por uma instrução primária obrigatória. De acordo com Alves e Valdez: “É perceptível notar que, desde o século XIX, foi-se afirmando um discurso do caráter regenerador e civilizador da instrução pública, assim como a importância da mesma para a constituição da nação brasileira” (2013, p. 95).

Em 16 de março de 1870, o governo imperial enviou circular a todos os cidadãos mais importantes da província, em busca de donativos para construir edifícios apropriados para as escolas primárias. Isto é um indício de que o governo não destinava verbas suficientes para expandir o ensino e, mesmo pedindo ajuda às pessoas, suas expectativas não foram correspondidas, pois o presidente da província Manoel do Rego Barros Sousa Leão afirmou que:

Apezar de serem decorridos mais dez meses depois da expedição das circulares, e de haver instado perante as comissões nomeadas pelo resultado de seus esforços, apenas Oeiras, e Pedro II remetterão-me as quantias que poderão agenciar no valor de 1:445\$000 rei, que reunidas a outros donativos, perfazem, apenas o total de 1:951\$128 reis, que acha-se recolhido no tesouro provincial em um caixa especial. (PIAUHY, 1871, p. 30).

Diante disso, o financiamento destinado à educação da província não era suficiente. E mesmo pedindo e enviando circulares para arrecadar mais investimentos, poucos eram aqueles que colaboravam.

Mesmo com a dificuldade financeira para expandir o ensino primário, a província piauiense aparecia em seus relatórios com o aumento na quantidade de escolas. Segundo o presidente da província do Piauí em fevereiro de 1871 o Tenente Coronel José Amaro Machado, as escolas primárias tiveram um acréscimo, passando agora ao número de 56, incluindo o estabelecimento dos educandos para o sexo masculino, surgindo escolas noturnas, no caso seis delas, destinadas ao público adulto. De acordo com o Relatório da Província do Piauí:

A frequência dos alunos do ensino primário foi de 1249 alunos, sendo que, 915 do sexo masculino, inclusive das escolas noturnas de Theresina e Parnahíba, e 334 do feminino, tendo deixado de remetter os mapas 5 professoras e 9 professores, 4 dos quaes das novas escolas há pouco providas e existindo ainda uma cadeira não provida, e mais 4 escolas noturnas ainda não instaladas. (PIAUHY, 1871, p. 26).

No entanto, nos mesmos relatórios provinciais do final do século XIX, que apresentavam a quantidade de escolas, professores e números de alunos matriculados, também eram frequentes as reclamações feitas pela Direção da Instrução Pública sobre a ausência de alguns dados de a matrícula de alunos em determinadas localidades em que havia escolas primárias do estado. Um dos motivos levantados era que os professores responsáveis pelo envio destas informações acabavam não remetendo os mapas, tendo assim, um déficit na parte total de alunos que frequentavam as escolas primárias no Estado. Entretanto, por mais que o estado comemorasse o progresso do ensino primário, o Piauí ainda ocupava os últimos lugares em relação à difusão da instrução pública primária. Porém, o discurso oficial afirmava que o estado estava realizando reformas para amenizar esta situação (PIAUHY, 1871, p. 24).

Com base na fala de Pedro Affonso Ferreira, presidente da província do Piauí em abril de 1872, o Governo Imperial estava se empenhando a desenvolver a instrução popular, conforme o desejo do Imperador do Brasil e mencionava em seu relatório, que:

Era preciso que o Piauhy acompanhasse o movimento civilizador que se opera em todo o paiz. Em vossa sessão do anno passado, já fizeste alguma cousa neste sentido, com a criação de escolas noturnas e outras instrução primária para algumas localidades , onde mais se fazia sentir sua necessidade. (PIAUHY, 1872, p. 10).

Com base nos argumentos anteriormente citados, a instrução primária era vista como a base fundamental de todos os conhecimentos humanos sendo necessários atenção e cuidado. Dentre os argumentos arrolados em defesa da instrução primária, apontava:

Se não fosse a esperança, que com todo fundamento se deve nutrir de que a instrução pública desta província irá progressivamente desenvolvendo-se, em vista das medidas ultimamente decretadas pelo poder competente, e das que ainda se deve esperar de suas luzes e patriotismo, seria por certo lamentável a sorte dos piauienses, em vista do estado de verdadeira apatia em que jazia esta província em relação à instrução primária, que é incontestavelmente o melhor e mais seguro termômetro da civilização e engrandecimento dos povos.

Diversas são as causas do atraso da instrução primária desta província. Algumas delas se acham mais ou menos destruídas com as providencias tomadas na resolução n. 753, de que falei: outras, porém, pela sua natureza só podem ser obviadas com providencias mais fortes e decisivas, que talvez não possam ser de pronto realizadas pelo mau estado das finanças da província.

Em primeiro lugar o pessoal do professorado é em geral (são bem poucas as honrosas exceções) falto das precisas habilitações. (PIAUHY, 1872, p. 40).

Outras providências foram tomadas nesta mesma resolução (Resolução nº 753\1871), sendo aqui mencionada a do artigo 15, “que autorizou a criação de escolas noturnas nos lugares em que o governo achar necessário”. Os efeitos desta resolução para o ensino primário piauiense foi a abertura destas escolas por iniciativa do Estado, já que anteriormente estas ações eram decorrentes de iniciativas de particulares.

Ao longo dos anos o Estado manteve escolas primárias, e, a atuação do Poder Público estava na priorização e expansão do ensino primário, mas o crescimento das matrículas esteve longe de atingir a necessidade da população em idade escolar, apesar da insistência dos presidentes da Província em reafirmarem o compromisso da província com a difusão da escola pública. Vejamos na tabela 4, o número de escolas públicas primárias no Piauí entre o período de 1871 a 1885.

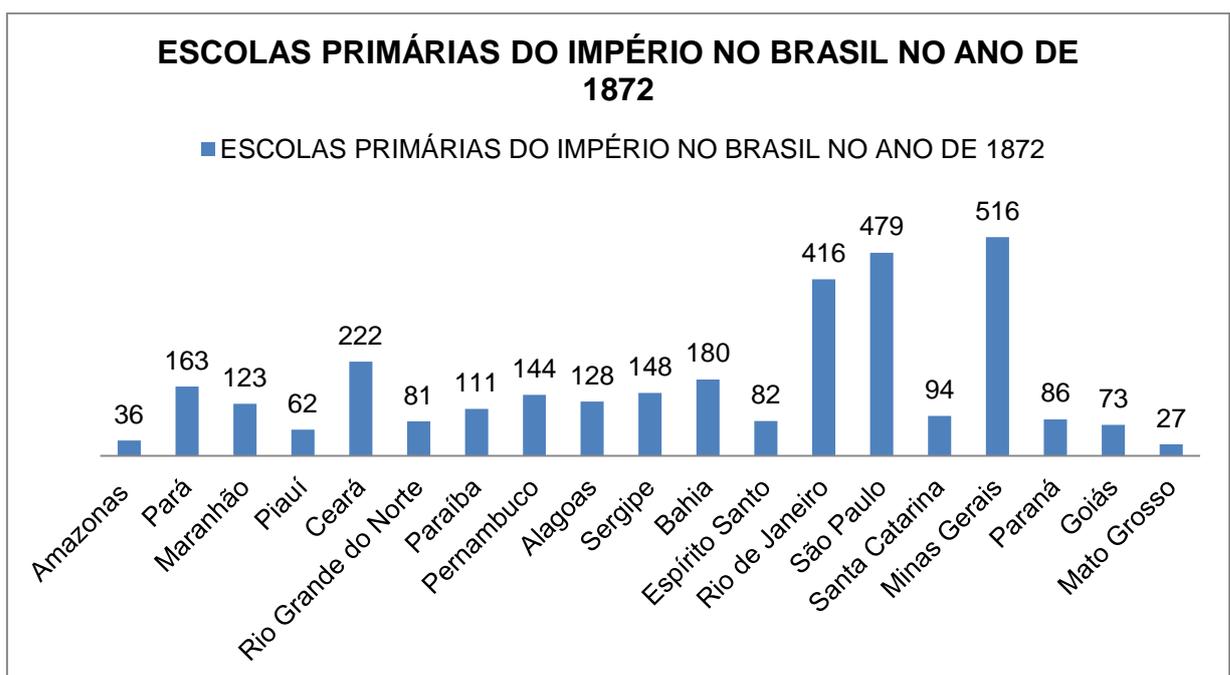
Tabela 4: Escolas públicas primárias no Piauí (1871, 1872, 1873, 1874, 1878, 1885)

Ano	Nº de escolas	Masculino	Feminino
1871	50	29	21
1872	62	40	22
1873	62	40	22
1874	57	34	23
1878	54	31	23
1885	59	33	26

Fonte: PIAUHY. 1871-1885.

Assim, o Estado não apresentava um número considerável de escolas em comparação às outras províncias brasileiras. Se observarmos no gráfico 3, iremos notar que o Piauí ocupava a terceira colocação com o menor número de escolas primárias, o que nos leva a avaliar que o Estado ainda necessitava investir em educação, em especial, expandir o número de escolas e consequentemente oferecer subsídios para aumentar a frequência destes alunos, realizando a equiparação das escolas e investindo na formação e qualificação dos professores.

Gráfico 3 : Escolas primárias do Império no Brasil no ano de 1872



Fonte: Oliveira, A. de Almeida. O Ensino Público, 2003.p.327.

É possível, portanto, verificar que, no ano de 1872, tendo o Piauí 62 escolas primárias públicas, 40 destas eram do sexo masculino e 22 do sexo feminino, sendo que destas 40 escolas masculinas, 6 delas eram noturnas, além de um estabelecimento do educando. Segundo o relatório de junho de 1872:

De julho do ano passado até o presente se matricularam nas aulas públicas primárias da província 1.433 alunos, sendo 1051 do sexo masculino, 382 do sexo feminino, devendo notar-se que 7 professores e 3 professoras deixaram de remetter os mapas dos alumnos que frequentam suas aulas. Ora suppondo-se que cada destas dez aulas fossem frequentada por 20 alumnos , termo médio, teremos que acrescentar duzentos alumnos aos 1,433 acima mencionados, perfazendo um total de 1,633. (PIAUHY, 1872, p. 45).

As prescrições do regulamento de 1872 objetivavam um crescimento na frequência de alunos do ensino primário. No entanto, o número daqueles que frequentavam as escolas em comparação ao número de habitantes livres ainda era muito baixo, ou seja, um número bem considerável da população piauiense não frequentavam as escolas e, segundo o presidente “permanece nas trevas da ignorância, com grande prejuízo para a província, que só poderá prosperar com a difusão da instrução por todas as classes”. (PIAUHY, 1872, p. 10).

Com o Regulamento nº 80 de 20 de outubro de 1873, “fixou-se o limite de dez alunos para o funcionamento de uma escola pública” (PIAUHY, 1873. 10), sendo que se esse número não fosse atingido, o próprio governo deveria promover a matrícula dos candidatos existentes na localidade, sendo comprovadamente pobre, em escolas particulares, por meio de pagamento de subvenção.

Em julho de 1873, momento em que os pressupostos de progresso da instrução pública ganham respaldo político, o relatório de Gervásio Cícero de Albuquerque Melo, reconhecia o baixo número de escolas da província em comparação ao Rio de Janeiro e a países como Alemanha, Suíça, e Bélgica.

Assim, o baixo número de escolas e frequência dos alunos levou o presidente a indagar as causas dessa baixa frequência e elencar alguns motivos:

E quais são as causas de tão insignificante frequência? A falta de escolas? Não: Porque as 62 que há dissemidadas pelos pontos mais importantes da província poderão conter 3100 alunos, dando a cada uma. Termo médio, 50 discípulos, número que, sem dúvida, não é exagerado. Outras, portanto, são as causas dessa diminuta frequência: e, em minha opinião, são as seguintes- desleixo dos pais de família; pouco zelo dos professores no cumprimento de seus deveres; falta de inspeção, porque os inspetores que atualmente há, limitam-se, como disse um dos meus

ilustrados antecessores, a passar atestados de frequência aos professores, para estes poderem receber os seus vencimentos, já que eles o não percebem; falta de rigor nos exames de habilitação; e, a carência de edifícios com os precisos cômodos. (PIAUHY, 1873, p. 49).

Considerando o discurso oficial, os problemas da baixa frequência estavam voltados às condições físicas e a falta de interesse dos pais. Em 1874, o Presidente da Província Adolfo Lamenha Lins (1873-1874), apresentava nos discursos, as condições em que o ensino público se encontrava e reforçava o que muitos comentavam a respeito da educação, ou seja, a busca pelo progresso. De acordo com o panorama educacional do período, verifica-se que no Estado existiam no momento 57 escolas de instrução primária divididas entre os sexos, tendo a prevalência do ensino voltado para o sexo masculino:

Na Comarca da Capital- 4 para o sexo masculino e 3 para o feminino.....	7
Na de Amarante- 4 para o sexo masculino e 3 para o feminino.....	7
Na de Oeiras- uma para cada sexo.....	2
Na da Parnaíba- 3 para o sexo masculino e 1 para o feminino.....	4
Na de Barras- 3 para o sexo masculino e 2 para o feminino.....	5
Na de Campo Maior- 3 para o sexo masculino e 2 para o feminino.....	5
Na de Piracuruca- 3 para o sexo masculino e 2 para o feminino.....	5
Na de Príncipe Imperial- 1 para o sexo masculino e 2 para o feminino.....	4
Na de Valência- 3 para o sexo masculino e 2 para o feminino.....	5
Na de Jaicós- 2 para cada sexo.....	4
Na de S. Raimundo Nonato- 2 para o sexo masculino e 1 para o feminino.....	3
Na de Parnaguá - 4 para o sexo masculino e 2 para o feminino.....	6
	57

(PIAUHY, 1874, p.74)

O relatório de 1874 informa que os prédios que funcionavam as escolas primárias eram todos particulares e alugados pela província. Todavia, nos discursos verificava-se a preocupação em construir ou adaptar prédios públicos para abrigar escolas. Exemplifica isso, a Resolução nº 711 de 30 de agosto de 1870 “converter o teatro de Santa Theresa, que vae à arruinar-se em um excelente prédio com acomodações para duas ou três escolas” (PIAUHY, 1871, p. 14).

No Piauí, segundo os relatórios de 1871 a 1888, a cada ano o número de escolas crescia, porém não como era almejado, pois na capital o número de escolas era mais expressivo. No entanto, para a população existente na época¹⁰, a

¹⁰Segundo dados do IBGE (1958), no Piauí a população que não sabiam ler e escrever em 1872 era 27.776, e em 1890 de 26. 527 pessoas.

quantidade de escolas ficava a desejar, embora se discutisse mais frequência escolar, o próprio diretor de instrução pública discorria nos discursos que “atribue a pouca frequência das escolas á diversas causas que se resumem na falta de gosto nos pais, pela falta de habilitação nos mestres em geral”. (PIAUHY, 1878, p. 24). Assim, o governo encontrava nestas falhas o motivo da baixa frequência das escolas primárias. O debate sobre a importância da instrução pública é marcante na proliferação de leis e reconhecendo-se que a instrução pública do Piauí existe nos “regulamentos, nos mappas, nos orçamentos, mas não na realidade, conquanto seja uma verdade que o vicio está nas leis e regulamentos, que se encontra num bello edificio”. (PIAUHY, 1878, p.16).

Segundo o relatório de 1880, havia no Piauí 56 escolas de ensino primário, sendo 30 para o sexo masculino e 26 para o sexo feminino. Na capital, funcionava 5 aulas particulares, sendo 3 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Dentre elas, destaque-se uma escola noturna, sendo “admitidos alunos de todas as idades, criada e instalada e expensas por Eugênio Marquês de Holanda”. As aulas de instrução primária funcionavam em sua maioria em casas particulares, mas careciam de móveis, utensílios e livros, sendo justificada pelos gestores a insuficiência verba voltada para este fim.

No relatório provincial de 1882, o Estado contava com 7 escolas particulares na capital. Estas escolas forneciam ensino primário e secundário. As escolas privadas que tinham ensino primário no Estado eram em quantidades bem inferiores as públicas, conseqüentemente o seu público também era menor em comparação as escolas públicas. Do ponto de vista educacional, é visível o aumento na frequência das escolas particulares, mostrando que o público estava neste ambiente, porém ainda inferior às escolas públicas.

Conforme os dados levantados nos relatórios provinciais, no ano de 1871, a frequência da Instrução Particular era de 172 alunos. Em 1873, esse número teve um decréscimo de -11%, correspondendo a 154 alunos. No ano seguinte, em 1874, a frequência voltou a crescer chegando a 55%. Isso nos mostra a variação na frequência destas escolas, pois muitos alunos acabavam desistindo da escola particular devido a diversos fatores, dentre eles, a falta de recursos financeiros para manter-se na escola. (PIAUHY, 1871-1874)

O ensino particular era uma educação ofertada no Estado, porém em número menor do que as escolas públicas. Conforme a tabela 5, podemos verificar a expansão desse ensino no Piauí entre os anos de 1871 a 1889.

Tabela 5: Escolas particulares no Piauí- 1871- 1889

ANO	Nº DE ESCOLAS	MASCULINO	FEMININO	OBSERVAÇÕES:
1871	04	-	-	Eram todas masculinas. Sendo que 2 em Oeiras, 1 Valência e 1 Picos
1873	8	130	24	
1874	9	-	-	Não foi destacado a quantidades de alunos nas escolas, apenas a distribuição no número de escolas. Sendo 3 para o sexo feminino e 6 para o sexo masculino.
1885	7	-	-	
1889	16	393	430	

Fonte: PIAUHY. -1871-1889

De acordo com a tabela 5, as escolas particulares nesse período de 1871 a 1889 eram divididas por gênero e por localização, ou seja, não se limitava apenas a capital. Além disso, a quantidade de escolas vai se estendendo ao longo dos anos, sendo que em 1889, este número chega a 16 escolas particulares. A matrícula destes alunos também vai aumentando ao longo do período, sendo que o número de homens ultrapassava a quantidade de mulheres nestas escolas.

A expansão do ensino primário foi acontecendo ao longo dos anos e o número de matrículas também teve um crescimento no final do século XIX. Vejamos a tabela 6:

Tabela 6 : Matrículas das escolas primárias do Estado do Piauí (1871-1889)

Ano	Nº de matrículas	Masculino	Feminino
1871	1016	727	289
1872	1249	915	334
1872	1433	1031	402
1873	1592	1186	406
1874	1540	1085	455
1878	1561	1075	486
1885	2003	1138	865
1886	1957	1228	729
1889	1931	1178	753

Fonte: PIAUHY-1871-1889.

O número de matrículas teve um crescimento considerável, com um avanço nas matrículas das escolas femininas. Percebeu-se que em 1871 o número de mulheres que se matricularam nas escolas primárias públicas eram de apenas 289 e, em 1889, esse número elevou para 753, ou seja, as mulheres estavam ingressando nas escolas, no entanto, com um ensino diferenciado. Seguindo esta mesma linha, podemos verificar a taxa de crescimento das escolas primárias nos anos de 1871-1885.

Tabela 7: Frequência das escolas públicas primárias do estado do Piauí (1871-1874)

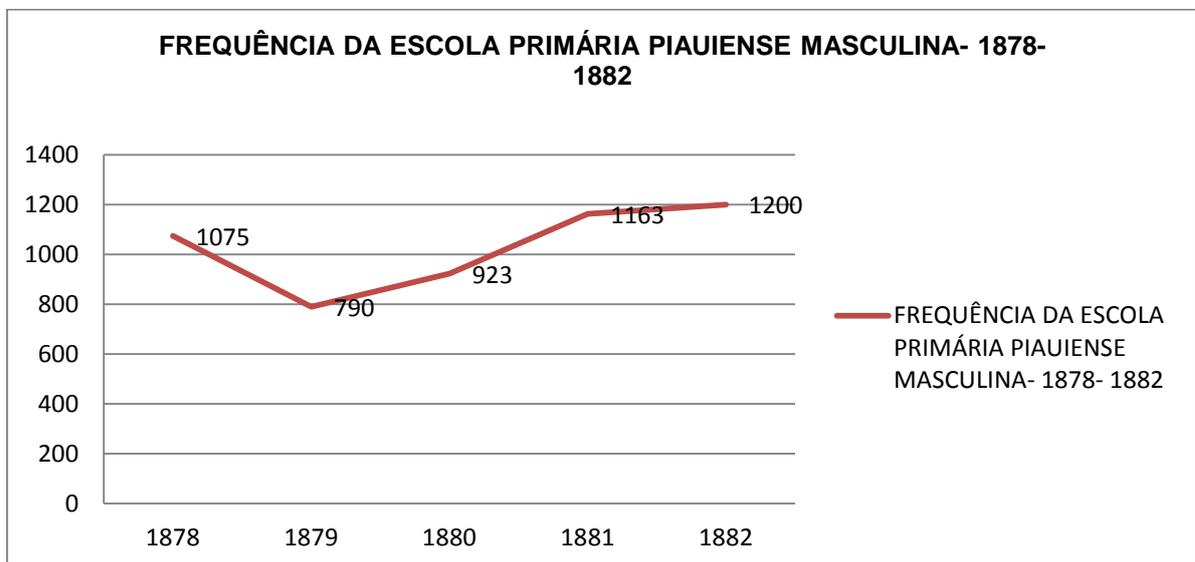
Ano	Frequência	Taxa de crescimento%
1871	1428	18%
1872	1633	14%
1873	1502	- 8%
1874	1540	2,5%

Fonte: PIAUHY. 1871-1874

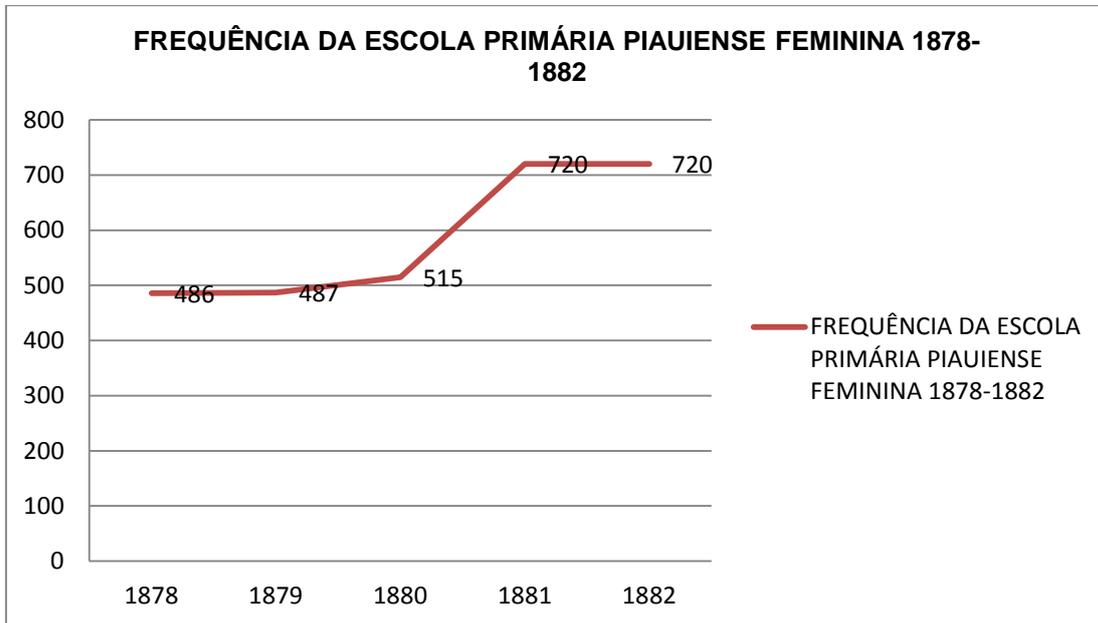
Como se observou na tabela 7, a taxa de crescimento das escolas públicas primárias foi se alterando ao longo dos anos e sua queda ou acréscimo dependia da permanência dos alunos nas escolas, visto que, as reformas que estavam sendo implantadas exigiam a obrigatoriedade do ensino aos alunos das escolas primárias, porém, na prática, essa ação ainda não estava sendo realizada como os idealizadores pensaram. Em 1889, havia uma frequência de 823 alunos, com um crescimento de 244% em relação a 1888. Desse modo, a escola primária ganhava uma atenção no período republicano, conduzida pelas ideias de progresso e modernização do povo brasileiro. Segundo Araújo, “a questão da escolarização ganhará foros significativos com a emergência da política educacional pública dos grupos escolares” (2012, p. 106).

Nos relatórios provinciais piauienses, a frequência das escolas públicas primárias era dividida por gênero dos alunos. Assim, o presidente da província e diretor da instrução pública poderia verificar a partir dos mapas encaminhados pelos professores a situação das escolas no Estado. Diante disso, elaboramos dois gráficos para compreendermos a evolução da frequência das escolas públicas primárias masculinas e femininas no período de 1878 a 1882. Vejamos nos gráficos 4 e 5 essa estruturação.

Gráfico 4: Frequência da escola primária piauiense masculina 1878- 1882



Fonte: PIAUHY 1883, p. 26.

Gráfico 5: Frequência da escola primária piauiense feminina 1878- 1882

Fonte: PIAUHY 1883, p. 26.

Como se pode notar, as escolas primárias do Estado continuavam tendo o maior número de alunos do que de alunas em seu corpo discente. Porém, se percebeu que nos anos de 1879 e 1880 o número de alunos frequentando as escolas masculinas teve um declínio em comparação a anos anteriores, no entanto, os próprios relatórios provinciais não confirmam ou relatam o motivo desta queda da frequência, apenas afirmam que ainda era necessário investir na educação do Estado, em especial, na construção de mais escolas e fazer este público permanecer por mais tempo nelas (PIAUHY, 1880, p. 27).Desse modo, é visível a taxa de crescimento das matrículas nos anos de 1929 a 1931, porém com um decréscimo em 1933.

Tabela 8: Matrículas das escolas primárias do Estado do Piauí (1929-1933)

Ano	Frequência	Taxa de Crescimento
1929	4803	56%
1930	7397	54%
1931	11.101	50%
1932	14.922	34%
1933	16.059	7%

Fonte: PIAUHY -1871-1933

Com o crescimento das escolas primárias entre os anos de 1871 a 1933 a organização do ensino conforme os princípios estabelecidos pelas reformas educacionais eram necessários. Assim, a resolução nº 13 de 31 de julho de 1890, baixada pelo governo do Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, estabeleceu um novo regulamento para a instrução pública, sendo contemplado o ensino primário e secundário. Com o alvorecer do século XX, foi publicado em 15 de janeiro de 1900, o decreto nº 158 que reorganizava o ensino primário, sendo que em 1909 pela lei nº 527 de 06 de julho, o governo do Estado reorganiza e estabelece uma nova reforma na instrução primária e secundária, seguindo alguns princípios:

- Obrigatoriedade da frequência escolar em todo o Estado para crianças maiores de 7 e menores de 14 anos para o sexo masculino, não havendo limite máximo de idade para o sexo feminino.
- Constituição de uma Comissão composta de Juiz de Direito, do Intendente Municipal (prefeito), do Delegado de Polícia e do Professor mais antigo que funcionaria como Secretário. A comissão deveria reunir-se anualmente, no período de 1 a 14 de novembro para ouvir os pais e tutores ou responsáveis por menores em idade de matrícula e realizar o recenseamento dessas crianças em cada município.
- Os municípios, que tivessem pelo menos 4 escolas primárias poderiam requerer ao Governador a criação de um Grupo Escolar. Surge aqui a figura do Grupo Escolar que vigoraria por muitos anos na estrutura do ensino primário. (PIAUI, 1909, p. 15)

Com a Lei nº 548 de 30 de março de 1910, a reforma da instrução pública do Estado organizava os níveis de escolaridade e, no artigo II, indicava o caráter livre, leigo e gratuito da instrução pública: o ensino ministrado pelo Estado será livre, leigo e gratuito, e dividir-se-á em primário, normal e profissional, enquanto não existirem no Estado estabelecimento particulares equipados ao Ginásio Nacional, dispondo de pessoal docente de reconhecida competência e aparelhado com os modernos recursos para o ensino, o Estado do Piauí manterá cursos de instrução secundária, destinados a desenvolver o ensino primário e a preparar candidatos para os cursos superiores da República. (PIAUI, 1910, p. 03). Assim, o ensino primário nesta época era ofertado pelo Estado, mas também pela iniciativa privada. A lei estipulava a necessidade de fiscalização do ensino primário em cada município, sendo para tanto nomeados dois inspetores.

No artigo 5º da lei nº 548\1910, o ensino ministrado seria leigo, livre e gratuito e dividia-se em primário, secundário e profissional. Com relação ao ensino primário, ele poderia ser tanto de responsabilidade particular quanto pública, sendo

ministrado oficialmente pelo estado e pelos municípios. De responsabilidade do Estado, o ensino seria ministrado em “em escolas isoladas e grupos escolares, distribuídos de acordo com as necessidades do ensino, a população escolar e as conveniências do bem público” (PIAUI, 1910 p. 04).

O regulamento geral da instrução pública do Estado do Piauí de 1910 prescreveu que o ensino deveria promover a educação intelectual, moral e física, sendo que o método a ser aplicado pelos professores seguiria quanto possível “o methodo intuitivo e prático e terá por base o systema simultâneo” (PIAUI, 1910, p.102). Assim, para que fosse desenvolvida a educação moral e cívica, os professores deveriam utilizar os livros adotados pelos governos, sendo que os mesmos deveriam ser fiscalizados pelas autoridades. Nessa reforma, também foi determinada a estrutura curricular do ensino primário, e “a implantação da estrutura legal levou a reivindicações pela expansão da física rede de ensino, principalmente dos grupos escolares pelo interior do Estado”. (SOUSA, 2015, p. 54).

O programa de ensino era dividido em matérias, delimitadas para cada um dos anos do curso sendo explicitados os conteúdos de cada uma delas. O curso completo era de 4(quatro) anos nas escolas públicas do Estado, sendo 3(três) de ensino elementar e 1(um) de complementar. As escolas eram regidas preferencialmente por professoras. A organização do tempo escolar era feita da seguinte maneira: as aulas primárias do Estado funcionariam do dia 15 (quinze) de janeiro ao dia 15 (quinze) de novembro, exceto aos domingos e aos feriados.

Na divisão do tempo escolar, a sessão ficaria dividida em quatro horas diárias, sendo que o seu funcionamento ocorreria no período matutino, iniciando às sete horas e terminando às 11 horas da manhã, ou seja, quatro horas de duração. Em se tratando das escolas mistas, a duração reduzia em uma hora e era dividida em duas sessões diárias de três horas. Pela manhã, de sete horas às onze da manhã, o ensino era destinado às alunas, já de uma hora até às quatro da tarde, voltada aos alunos. Cada aula duraria uma hora, devendo ser empregada toda a explicação do programa do dia, entretanto, nenhuma lição poderia exceder a duração de quarenta minutos e os exercícios eram distribuídos de modo variado.

Como o ensino primário ainda não estava bem difundido pela população piauiense, a lei nº 548 \1910 no artigo 13, concedia premiações em dinheiro aos professores particulares e diretores de colégios mantidos por particulares e

associações leigas ou religiosas que apresentassem certo número de alunos preparados para o programa oficial das escolas primárias do Estado.

Em se tratando do ensino noturno, a mesma lei refere-se que seria uma opção do Estado à criação de escolas noturnas no Piauí. Como observa o Decreto nº 434\1910, em seu Art. 12 “O Estado promoverá tanto quanto possível a criação de escolas primárias noturnas para adultos de ambos os sexos, quer diretamente, quer por meio de subvenções e outros auxílios aos particulares, às associações e aos professores públicos primários” (PIAUI, 1910 p. 05).

Segundo o decreto 434\1910, o ensino noturno ainda não era visto da mesma forma que o ensino primário diurno. Observa-se o verbo promoverá utilizado acima pelo decreto nesse artigo, “promoverá tanto, quanto possível à criação de escolas primárias noturnas”, nos mostra que as escolas noturnas em 1910, seriam criadas por escolha, enfrentando ainda a necessidade de matrícula, sendo que não havia divisão de turmas por gênero, mas sim escolas mistas, porém os indícios apontam que na prática, seu público era masculino.

Com relação ao Ensino primário noturno, a quantidade de escolas e matrículas dos alunos eram bem inferiores às escolas primárias diurnas. Freitas (1988, p. 115) destacou o número de alunos matriculados nas escolas noturnas entre os anos de 1902 a 1911 (Tabela 9):

Tabela 9: Escolas Noturnas no Piauí- 1902-1911

Ano	Nº de alunos matriculados
1902	57
1903	57
1904	50
1905	50
1906	51
1907	42
1908	47
1909	74
1910	40
1911	51

Fonte: Freitas, 1988, p. 115.

A quantidade de alunos nestas escolas noturnas variava de 40 alunos em 1910 a 74 alunos em 1909, ou seja, mantinha uma média razoável de público considerando as condições das escolas e do público que a frequentava (PIAUI, 1910, p. 15). Entretanto, mesmo com as reformas induzindo que este ensino era

para ambos os sexos, os indícios apontam que as escolas mantinham um público masculino nelas.

O público e quantidade de escolas primárias no Piauí também se expandiram com a reforma de 1910. Na tabela 10, a quantidade de escolas primárias no Piauí e suas respectivas matrículas:

Tabela 10: Escolas primárias no Piauí-1910

TIPOS DE ESCOLAS	QUANTIDADE DE ESCOLAS	MATRÍCULAS
Escolas masculinas	39	1688
Escolas femininas	39	1502
Escolas mistas	24	-
Total	102	3190

Fonte: PIAUÍ, 1910, p. 28.

Conforme observado na tabela 10, as escolas primárias estavam divididas em três tipos: masculinas, femininas e mistas. As escolas masculinas e femininas tinham a mesma quantidade (39), porém o número de matrículas nas escolas masculinas era maior. Nas escolas mistas, a quantidade era bem expressiva (24), no entanto a matrícula dos alunos não foi encontrada nas fontes pesquisadas.

Com a implantação do decreto nº434 e da lei nº 548 de 1910, a instrução primária começou a ter uma nova organização. O ensino público primário do Estado seria ministrado “em escolas isoladas, grupos escolares e na escola modelo, anexa a escola normal”. Foram instalados na capital prédios próprios, segundo a mensagem governamental de 1911, “confortáveis e adaptadas ao seu destino, três escolas reunidas e quatro escolas isoladas”. Nesse momento a Instrução Pública do Piauí dividia-se: primária¹¹, secundária¹² e profissional¹³. Sendo que a instrução primária seria ministrada em escolas estaduais e em algumas escolas municipais, ou seja, o Estado devia exercer esta função. A escola secundária seria ministrada no Lyceu Piauiense e a profissional na Escola Normal.

¹¹ As escolas primárias seriam aquelas escolas direcionadas para uma formação mais básica do cidadão.

¹² As escolas secundárias seriam aquelas escolas direcionadas para uma formação complementar daquela recebida pelas escolas primárias.

¹³ As escolas profissionais seria aquelas escolas direcionadas para uma formação mais técnica ao cidadão

As escolas isoladas seriam especiais para cada sexo, ou mistas, podendo ser diurnas ou noturnas, conforme o seu funcionamento. Quanto ao ensino, as escolas públicas poderiam ser elementares ou complementares. Nas escolas primárias, a grade curricular compreendia o ensino de leitura e escrita, porém com noções de ciências, história e geografia, além da música, desenho e exercícios militares, mas também com as seguintes matérias:

Art. 79. O ensino das escolas primárias compreenderá as matérias seguintes: leitura, gramática, escrita, caligrafia, aritmética, geometria, geografia geral, geografia do Brasil e cosmografia, história do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, música, desenho, ginástica, exercícios militares e trabalhos manuais.

Parágrafo único. No programa de ensino que for organizado, deverá ficar bem detalhada a divisão das matérias para cada um dos anos do curso e os limites do ensino de cada um deles. (PIAUI, 1910, p. 125).

Segundo o decreto nº 434\1910, a duração do curso seria de quatro anos, sendo três de ensino elementar e um de complementar. A criação de uma escola isolada no Estado ocorria por meio de estatística escolar, sendo exigido que houvesse mais de vinte crianças de cada sexo que pudessem receber instrução primária, para uma ser instalada.

Havia também o ensino particular, no qual poderiam ter tanto o ensino primário, quanto o ensino secundário. Havia, ainda, a Escola de Aprendizes de Artífices, mantida pela União, que funcionava em prédios fornecidos pelo Estado, onde se ministrava ensino profissional.

A pobreza dos recursos financeiros e a carência de recursos humanos tornavam-se obstáculos para a expansão do ensino primário. No período de 1871 a 1933, a matrícula e a frequência das escolas primárias aumentaram e diminuíram ao longo do tempo, dentre os motivos apontados pela Comissão, nomeada para estudar a situação no período, e apresentada ao governador estavam:

- A falta de preparo técnico dos professores;
- O funcionamento irregular de muitas escolas, especialmente no interior do Estado, confundindo-se “odiosas sinecuras” como diz o relatório;
- A falta de instalações físicas e material didático para funcionamento das escolas;
- A intromissão indébita de interesses estranhos á educação na escolha dos elementos por ela responsáveis. (BRITO. 1996, p. 52).

A reforma de 1910 sofreu algumas alterações, mas permaneceu em vigor até 1930, sendo, a frequência dos alunos bastante debatida nas reformas educacionais ao longo do período analisado.

No ano de 1931, o decreto 1301 de 14 de setembro de 1931 trouxe em suas páginas a organização da instrução pública e a regulamentação do ensino público, sendo que a sua organização passou a ser definida do seguinte modo:

- a) Pré-escolar educativo
- b) Primário
- c) Profissional
- d) Normal
- e) Secundário

(REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1931, p. 28)

Porém, a divisão das escolas primárias continuava seguindo a mesma linha da reforma de 1910, isto é, escolas isoladas, escolas reunidas, grupos escolares e a Escola Modelo. A exigência de frequência para se manter uma escola isolada ou reunida no estado era de 30, 35 e 40 alunos. No caso do ensino noturno, o decreto apresenta uma alteração em torno da duração das aulas em relação ao decreto nº 434 de 1910. Neste novo decreto, as escolas funcionariam entre as 18h30min às 21 horas, ou seja, duas horas e meia de duração, no caso de 1910, as escolas noturnas funcionavam entre as 18h até as 21h, ou seja, a reforma diminuiu em meia hora o tempo das aulas nestas escolas, sendo que as escolas diurnas funcionariam no período da manhã e tarde, com duração de quatro horas.

Em 1933, o decreto 1.438 de 31 de janeiro revê alterações no regulamento geral do ensino. Em 1910, o ensino era dividido em três segmentos, pelo novo regulamento, o ensino passa a ter 4 divisões:

Capítulo II

Da organização do ensino

Art. 3- O ensino, ministrado pelo Estado, será:

- a) Pré-escolar educativo
- b) Primário – 1. Fundamental Complementar especial
2. Complementar pré-vocacional
- c) profissional 1. Primário 2. Secundário especial (normal)
- d) secundário

(PIAUÍ, 1933, p. 04).

A organização do ensino no Estado ganhou em 1933 novas alterações e acréscimos. O ensino pré-escolar era apresentado como a primeira educação. O ensino primário com duas divisões e nestas duas divisões uma subdivisão do complementar. O ensino profissional passava agora a ter duas divisões e o secundário continua sem ramificações no seu ensino.

A duração do ensino primário passou de 4 anos em 1910 para 6 anos em 1933, ou seja, houve um acréscimo na duração do ensino base da população. O

ensino continuava ainda sendo leigo, gratuito e obrigatório nas escolas agrupadas, singulares e nos grupos escolares e na Escola Modelo.

Com o novo decreto, o ensino primário passou a ser dividido em: fundamental, complementar, especial e profissional. As escolas primárias seriam divididas em quatro segmentos: Fundamental, que correspondiam as escolas singulares, as escolas agrupadas e aos grupos escolares, anexa a Escola Modelo, nos três primeiros anos do curso. Complementares, correspondia a grupos escolares anexas a Escola Modelo, no ultimo ano do curso. A complementar especial correspondente a escola de Adaptação. E as profissionais, a escola prática de Agricultura.

Segundo o capítulo V da Lei nº 1438\ 1933, as escolas singulares seriam aquelas que ofereciam ensino para cada sexo ou misto, sendo ofertado tanto nos turnos diurno como noturnos, e suas criações ocorriam por meio das estatísticas escolares, e com uma população infantil de 30 crianças para receber instrução primária.

Para os povoados com população escassa, o governo poderia propor a criação de escolas nucleares com a duração de apenas um ano, a fim de executar uma rápida alfabetização, porém sua permanência só acontecia com uma matrícula mínima de 25 alunos. As instalações das escolas só poderiam ocorrer no primeiro semestre letivo, sendo vedada a instalação no segundo semestre.

Com a reforma de 1933 no Piauí, o Decreto nº 1.438 obrigou aos municípios reservarem seus orçamentos, uma cota “nunca inferior de 15% da receita arrecada, para subsidiar as despesas com manutenção, funcionamento e melhoramento das escolas primárias” (PIAUI, 1933, p 24).

A duração das escolas singulares eram de 3 anos, entretanto, nos lugares que fossem instalados os grupos escolares, com número suficiente de classes, as escolas singulares desapareceriam. No que diz respeito a matrícula escolar, a própria lei definia o número mínimo de matrículas para cada tipo de escola, vejamos:

Art. 106- O mínimo de alunos para a matrícula será:

- a) Nas escolas nucleares, 20;
- b) Nas escolas rurais, 30;
- c) Nas escolas distritais, 40;
- d) Nas urbanas, 50.

(PIAUI, 1933, p. 29)

Sendo que a frequência mínima seria respectivamente: nas escolas nucleares-15, as escolas rurais- 20, nas distritais- 30 e nas urbanas-36 alunos. Lembra anda a mesma lei que as aulas das escolas públicas funcionariam, nas escolas diurnas, das sete às onze horas da manhã, e das quatorze as dezessete horas, quando houvesse segundo turno. Já as noturnas, funcionariam das dezoito e trinta á vinte e uma trinta. Neste caso, poderia ter uma interrupção em qualquer dos turnos para um intervalo de 20 minutos para recreio ao ar livre.

A situação das escolas em todo o Estado demonstrava a precariedade do ensino, na maioria das falas dos governantes o problema da educação não estava nas políticas implementadas, mas na falta de compromisso dos professores e dos pais dos alunos. Assim, o avanço educacional acontecia com dificuldade para expandir e para alcançar as metas propostas pelos governantes.

O ensino noturno surgia com o propósito de oferecer educação aqueles que por algum motivo não tinha condições de frequentar a escola no turno diurno, porém, ao longo dos anos, o que se percebeu foi a falta de incentivo para a manutenção destas escolas em terras piauienses, caracterizado pela falta de prédios e materiais mínimos para se oferecer esse ensino. Assim, muitas escolas acabavam fechando. Este ensino surgia mais como uma iniciativa privada de alguns idealizadores do que de ação do governo estadual.

No terceiro capítulo iremos abordar as reformas educacionais que ocorreram no Piauí no período analisado na pesquisa, verificando as iniciativas de escolas primárias noturnas, considerando que o ensino noturno fazia parte do ensino primário piauiense.

3 O ENSINO PRIMÁRIO NOTURNO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS PIAUIENSES

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre o ensino primário noturno nas reformas educacionais piauienses. Para isso, buscamos nos discursos dos legisladores e nas Mensagens Governamentais, o sentido atribuído às reformas bem como as principais deliberações políticas tomadas pelos reformadores em torno do ensino noturno piauiense.

A periodização privilegiou os diferentes momentos de instauração das reformas educacionais nacionais e estaduais em torno do ensino noturno, tendo como marco o recorte de 1871 a 1933. Partimos do pressuposto de que o ensino noturno no Piauí tomou impulso nas últimas décadas do período imperial, a partir da análise da documentação que trata desta temática, que apontou nessa direção.

O sistema educacional ao longo dos anos passou periodicamente por reformas, com permanências e mudanças na organização e na forma de conduzir a educação do país. Sene (2008, p.27) afirma que “uma reforma educacional é um processo ou um movimento social”, ou seja, é um esforço coletivo, contínuo que concentra alguma mudança social. Como se percebe, a ideia de reforma está atrelada ao aspecto de mudança de um sistema, visando sua transformação.

Este capítulo se concentrou na análise das reformas educacionais, ou seja, das leis que organizaram o ensino primário e conseqüentemente o ensino primário noturno, verificando as possíveis mudanças legais no sistema educativo.

Cabe aqui ressaltar que o estudo buscou nos discursos dos legisladores, a compreensão e o significado atribuído às reformas, bem como as principais inquietações que implicaram nas decisões políticas adotadas pelos reformadores. Assim, Carvalho (1996, p. 43) assevera que a elite exerceu de fato poder sobre as decisões políticas da nação, sendo que no período imperial a elite política era composta “pelos conselheiros de Estado, pelos ministros, pelos senadores e deputados e os cargos formais de comando coincidem com a capacidade efetiva de comandar”. Portanto, “o investimento na formação de uma elite política homogeneizada, treinada e educada para os propósitos de defender interesses estatais, teve retorno garantido na medida em que o Império manteve-se coeso”. (CARVALHO, 1996, p. 249).

No final do século XIX, a educação pública surgiu como uma das questões fundamentais para a construção do Estado republicano, impulsionado pelas ideias de progresso e democracia. Deste modo, o que deveria a escola primária ensinar para transformar o povo em cidadão republicano? Segundo (SOUZA, 2008, p.69) “em primeiro lugar, deveria atualizar o ensino aos padrões culturais da época, isto é, adotar disciplinas científicas. Em segundo lugar, incluir disciplinas capazes de moldar o caráter, converter as consciências e moralizar os costumes”.

Tal observação envolve a preocupação predominante da Diretoria Geral da Instrução Pública em atualizar os programas de ensino, de acordo com as ideias em voga da época, ou seja, mesmo com a adoção de uma escola primária alfabetizante, o intuito era de uma escola moderna (SOUZA, 2008, p. 69).

No século XIX, o conceito de progresso e de desenvolvimento atrelado à modernização sustentava a ideia de implantação de uma educação pública e estatal para o povo. Os argumentos eram que a ignorância afastava o país do crescimento e do ingresso no mundo da modernidade. Uma das soluções seria então, o crescimento da educação escolar. No entanto:

No Estado do Piauí, a propagação da educação escolar gratuita para todas as camadas sociais-princípio fecundante de toda a atividade individual e social-passaria, antes de tudo, pelo poder público estatal, criar, manter e fiscalizar o ensino primário disposto pelas modalidades de escola elementar (cadeiras das vilas e povoados para meninos e meninas e cadeiras mistas), de escola superior (cadeiras da capital para meninos e meninas) e de escola complementar (cadeiras das cidades para meninos e meninas). (ARAÚJO, 2013, p. 213).

O século XIX configura-se como um exercício político de natureza liberal, enfatizada pelos discursos e debates políticos. Estando em curso as doutrinas evolucionistas, a educação se afirmava como o mais propício para alterar as condições do brasileiro. Assim, Ananias (2000, p. 5) apresenta que a defesa do progresso estava atrelada com a necessidade de transformar o país numa civilização e isso só aconteceria, “a partir do desenvolvimento material e intelectual do Brasil. Para tanto, a riqueza natural e o esforço individual que garantiria o desenvolvimento social eram vistos como imprescindíveis para realização de tal propósito”. Diante disso, a educação era vista como um dos pilares para o desenvolvimento da população, no qual, “o progresso – e a conseqüente construção da civilização – seria o resultado final de um processo que, segundo alguns, começaria com a riqueza natural” (ANANIAS, 2000, p. 5). No entanto, essa difusão

tornava-se difícil, pois essa missão cabia de forma exclusiva às províncias brasileiras.

O século XIX foi marcado também por inúmeras mudanças na sociedade.

Foi nesse século que a instrução pública se tornou objeto de debates por parte dos políticos e da sociedade civil, propagando-se como imperiosa força social. Tal posição não era apenas brasileira, uma vez que se podem identificar contornos mundiais. A difusão da instrução pública na forma de escolas primárias de ler, escrever e contar, destinadas às classes populares, esteve relacionada com a necessidade de organização de sistemas nacionais de ensino (MACHADO, 2010, p. 154).

A inquietação na propagação da leitura e da escrita fez com que vários intelectuais se envolvessem no debate educacional no Brasil. Assim, verificamos ao longo do final do século XIX, diversas leis direcionadas à educação. A cada lei, poderemos observar vários projetos ou propostas para a necessidade da propagação da instrução, sendo que essa difusão acarretava em políticas educacionais marcadas por várias alterações.

Na segunda metade do século XIX, ocorreu uma ampliação no número de propostas e projetos de reformas na instrução pública, que acompanhava os debates internacionais que defendiam a criação de escolas voltadas para o ensino primário.

No Relatório (Brasil, 1870) apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em maio de 1870, Paulino de Sousa¹⁴ registrou a existência de poucas escolas, a necessidade de ampliar as verbas para a instrução pública, a falta de professores, a precariedade na formação dos poucos que se dedicavam ao magistério, a ausência de prédios públicos destinados às escolas e a falta de salubridade nas casas alugadas pelo governo para esse fim, entre outras questões (MACHADO, 2010, p. 166).

Esse projeto de reforma estabelecia o ensino em todas as províncias e o seu custeio era dado pelo governo central. Com isso, as províncias seriam beneficiadas com este incentivo, e assim, deveriam criar nas mesmas, pelo menos uma escola primária para ambos os sexos. Além disso, deveriam exercer e cumprir a obrigatoriedade do ensino para as crianças. Isso nos fez refletir a respeito desse movimento de implantação de várias reformas do sistema de ensino público no país, voltado especificamente para a educação do povo. Entretanto, estabelecemos alguns questionamentos a respeito da sociedade brasileira, pois neste período prevalecia ainda uma sociedade ruralista, latifundiária e escravocrata e a falta de

¹⁴Ministro do Império Paulino José Soares de Souza, organizou o projeto de reforma para a instrução pública oferecido à Assembleia Geral Legislativa.

escolas, tornava-se um dos motivos da exclusão de boa parte da população brasileira, quando o direito ao voto seria dado á aqueles que sabiam ler e escrever. Nesse contexto, o processo de escolarização e de alfabetização da nação brasileira seria algo acidental ou um projeto das elites brasileiras?

Este questionamento vem permeando o pensamento social brasileiro no que impulsiona na elaboração das políticas educacionais voltadas para a população adulta, desde o final do século XIX.

3.1 O analfabetismo no Brasil no final do século XIX e início do século XX

Nas últimas décadas do século XIX, o Brasil se apresentava como um país agrário, com grandes propriedades rurais. Com o desenvolvimento econômico do café, “os grupos urbanos começaram a protestar por maior participação na vida política do país, pela substituição do sistema eleitoral indireto pelo direto e pelo fim do voto censitário” (COHN, 2007, p.04).

Desde as últimas décadas do século XIX, o termo analfabetismo começava a aparecer no Brasil, porém “essa designação como problema nacional só viria a aparecer com o processo eleitoral” (FERRARO, 2009). Desta forma, foram realizados vários discursos, projetos, reformas e campanhas para tentar resolvê-lo. Esses esforços estavam aliados também ao processo de escolarização e alfabetização do povo. Contudo, é importante destacar que boa parte da população brasileira, tanto no período colonial quanto imperial, não sabia ler e escrever.

Neste sentido, levantamos um questionamento sobre a denominação de ser analfabeto no período analisado, já que este termo, tem sentido mais atual, ou seja, é um termo mais moderno. A questão seria a condição ou o estado da designação do termo analfabetismo, ou seja, o termo analfabetismo se adaptaria as condições de não saber ler e escrever no período imperial?

A resposta irá depender da análise do termo analfabetismo em seu sentido etimológico. Segundo Ferraro (2009, p. 47) “analfabetismo é um estado, uma condição, o modo de proceder daquele que é analfabeto; analfabeto, é aquele que não sabe ler e escrever, privado do alfabeto”. Já no plano histórico, o conceito de alfabetizado, sugere várias interpretações. Magalhães (2001, p.13) define algumas dimensões dado a ela:

a) A autonomia (hegemonia) de decisão que resulta do acesso e controlo directos e imediatos de instrumentos de informação\acção e controlo directos e imediatos de instrumentos de informação\acção com marcas de universidade: leitura, escrita e contabilidade; b) a relevância das capacidades de leitura e escrita como facilitadores\integradores da e á acção: c) a focalização na subjetivação- o sujeito e os processos de formação (pedagogia).

A visão de Magalhães (2001) nos mostra a carga ideológica negativa que os termos incorporaram ao longo da história, ou seja, a generalidade do fenómeno e a sua polissemia tem gerado várias falas sobre o termo alfabetização, assim, a partir do momento em que o saber ler e escrever se torna um problema mais político do que pedagógico, o termo se transforma e passa a ser rotulado de forma negativa.

Um dos desafios no período era a mudança no sistema educacional brasileiro. Mas como mudar a educação, se a condição do país ainda era agrário, latifundiário e resistia ou temia a educação popular? A falta de escolas e a exclusão do direito ao voto de boa parte da sociedade relacionavam-se com o não saber ler e escrever.

A partir do momento que foi implantado o sistema republicano, a educação passou a ter um novo significado, buscando uma educação voltada para regenerar a nação brasileira, que neste momento era marcada por uma cultura centralizadora e aristocrata. Com isso, se propunha a ampliação na oferta de escolas públicas e consequentemente esse aumento interferia nas vagas destinadas as classes populares. Segundo Paiva (2010):

Uma das primeiras ações que o Estado Brasileiro efetivou no sentido de regerar a nação ocorreu com a publicação do decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, no qual foram declarados eleitores todos os brasileiros, no gozo de seus direitos políticos e civis que soubessem ler e escrever . Era o sufrágio universal adotado pelo novo regime, embora restrito ao voto do sexo masculino.

Essa informação parece-nos importante, pois se incorporarmos os ideários positivista e liberal, que estavam em voga naquele momento histórico, poderia inferir que o novo Estado, ao decidir pela ampliação do número de votantes, basicamente alfabetizados, deveria consequentemente, aumentar a oferta de escolas no país.

Nos primeiros anos após a implantação do sistema republicano, a situação da instrução primária em quase todas as unidades da federação não se alterou. Diante desta situação, se observa qual seria o destino do sistema educacional brasileiro frente à nova situação eleitoral que o país iria iniciar e das mudanças no âmbito econômico, com a modernização.

Esse anseio de progresso que adentrou o Brasil colocava a escola como um dos caminhos para o acesso ao conhecimento científico e conseqüentemente levaria ao progresso da nação brasileira. Desse modo, tanto no contexto nacional quanto piauiense, as discussões sobre educação do povo estavam vinculadas agora às ideias de formação do cidadão, a sua participação democrática e na alfabetização dos futuros eleitores.

Com esses fatores levantados, passa a se exigir um projeto que contemplasse essas ideias, buscando a formação do cidadão brasileiro. Assim, a escola passou a ser vista como aquela responsável por esse sentimento de cidadania, necessário para impulsionar o país ao progresso e a consolidação da democracia, conforme os conceitos de outros países considerados como modelo. A educação neste momento aparecia com o propósito de mudanças, pregando-se a necessidade de se difundir a instrução primária em todas as unidades federativas. Além disso, as discussões em torno da reforma eleitoral seria neste caso, um dos pilares para se estabelecer as mudanças no sistema educacional.

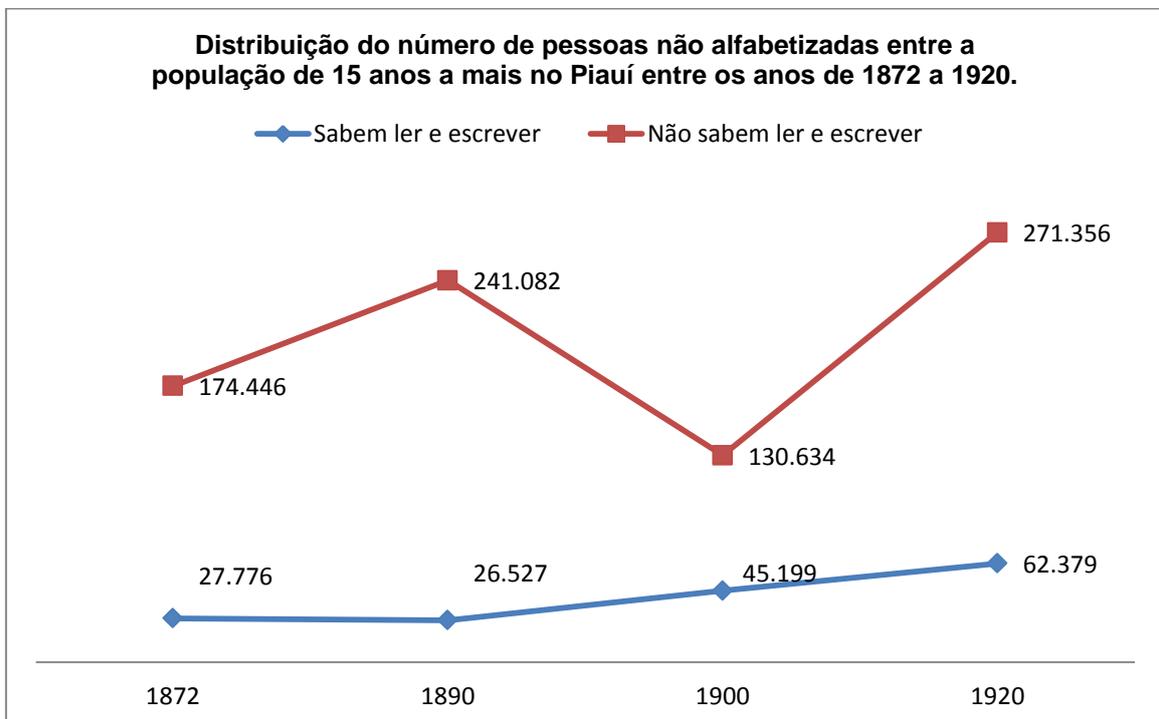
Para melhor entendimento, Ferraro (2009, p. 56) distingue dois momentos desses debates em busca da reforma eleitoral “O primeiro, via reforma constitucional; o segundo via lei ordinária”. Em suma, os resultados destas reformas, leis, projetos e principalmente discursos em torno da questão do analfabetismo e da educação popular, ainda representaria algo de pouca relevância. Os gastos com a educação primária no Brasil, por exemplo, era bastante inferior aos países europeus ou americanos.

Para que o Brasil seguisse tão previdente política, não bastaria, com efeito, a receita das suas vinte províncias, que aliás aplicam ao seu atrasado e lento ensino público a modestíssima quantia de 2.680 contos, inferior a metade do que despede com o mesmo serviço só a cidade de New York. (BASTOS, 1870, p.152).

Em 1872, por exemplo, aconteceu o primeiro recenseamento geral do Brasil. Este fato representou um marco para a história, pois apresentou diferentes dados, dentre eles os relativos à instrução no Brasil. Assim, esses dados se tornaram importantes para obter uma noção a respeito do quantitativo da população que sabiam ler e escrever, e aqueles que eram analfabetos. Além do mais, esse recenseamento apresentava um panorama das províncias brasileiras e suas condições relacionadas ao sistema educacional.

Os dados obtidos pelo IBGE (1958) proporcionaram várias informações a respeito da população brasileira. No Piauí, por exemplo, o levantamento levou em conta as pessoas presentes entre a faixa etária de 15 anos e mais, sendo que esse recenseamento considerou diversos aspectos, como: Instrução Escolar, Estado Conjugal, Nacionalidade, Religião, Cor, Grupo de idades e Sexo. No caso desta pesquisa, consideramos apenas os dados relativos à instrução, direcionados as categorias de saber ou não ler e escrever entre os anos de 1872, 1890, 1900 e 1920. Verificando que neste mesmo recorte temporal, a população piauiense que participou desse recenseamento era respectivamente “202.222 em 1872, 267.609 em 1890, 334.328 em 1900 e 609.003 em 1920” (IBGE, 1958, p. 33). O objetivo foi verificar a influência das reformas em torno destas categorias, verificando a tendência de crescimento da escolarização na faixa etária analisada.

Gráfico 6: Distribuição do número de pessoas não alfabetizadas entre a população de 15 anos a mais no Piauí entre os anos de 1872 a 1920



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1958.

O gráfico 6 apresenta dois aumentos na taxa de analfabetismo nos anos analisados, 1890 e 1920, este aumento não aconteceu apenas no Piauí, mas a explicação para esta informação pode ser diversa. Ferraro (2009) sinaliza que outros

pesquisadores tentaram responder a esta incógnita de dados, no entanto, a resposta para isso seria que nestes anos ocorreram uma distorção de dados, ou seja, inconsistência de dados sobre o analfabetismo, assim, parece que o mais acertado seria não considerar o censo de 1900 (FERRARO, 2009, p. 91).

Se considerarmos o Brasil por completo, podemos evidenciar enormes desigualdades entre as províncias e os estados brasileiros, quanto aos índices de analfabetismo. Vejamos na tabela 11, as taxas de analfabetismo entre as pessoas, no Censo de 1872 e 1920.

Tabela 11: Taxas de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 5 anos ou mais\ nos censos de 1872 e1920.

1872		1920	
<i>Províncias</i>	<i>5 anos +</i>	<i>Estados</i>	<i>5 anos +</i>
SE	60,4	PI	85,9
PR	71,1	PB	84,3
PA	73,2	AL	82,8
RJ	74,2	GO	81,9
RS	74,6	MA	81,7
MA	77,4	SE	80,7
MT	79,5	PE	79,2
BA	79,7	RN	78,9
PI	79,9	BA	78,5
PE	80,4	CE	78,3
RN	80,9	MG	75,4
SP	81,2	ES	71,8
BR	82,3	BR	71,2
SC	83,5	AM	68,8
GO	83,8	PR	66,7
MG	85,6	PA	66,1
AL	85,7	MT	65,7
AM	85,9	AC	65,5
ES	86,9	SC	64,7
CE	87	SP	64,7
PB	87,1	RS	53,8
		RJ	53,4

Fonte: Ferraro,(2009, p. 127-129).

Tais dados mostram uma variação das taxas de analfabetismo nas diferentes províncias do Império e nos estados da República¹⁵. Ao observar a taxa

¹⁵Ferraro elaborou este quadro baseado nos dados do IBGE, no qual a intenção está direcionada ao estudo dos resultados de todas as reformas, discursos, leis, planos e projetos em termos de analfabetismo, alfabetização e escolarização. Assim o livro contará a história do analfabetismo, verificando sua trajetória até os dias atuais, verificando que nessa caminhada, a construção social do

de analfabetismo de Sergipe, cuja taxa é de 60,4%, a mais baixa entre as Províncias do Império em 1872, nos faz repensar em alguma resposta para este fato. Conforme Ferraro, “a taxa sergipana de analfabetismo em 1872 é fortemente subestimada em consequência de sub-recenseamento naquela província” (2009, p. 126). Segundo o Censo Demográfico de 1940, registra em Sergipe, em 1872, “58.400 pessoas de paróquias não recenseadas cuja população foi estimada” (IBGE, Censo Demográfico 1940- Estado de Sergipe). Assim esse número representava 1\4 da população do Estado, portanto esse fato deve ter implicado em subestimação do analfabetismo naquele Estado em 1872.

No Piauí, por exemplo, a proporção de analfabetos em 1872 era de 79,9%, ocupando na tabela 11 a nona posição dentre as 21 províncias brasileiras analisadas. Já em 1920, o Piauí ocupa a primeira posição dentre os 22 estados analisados, apresentando um índice de analfabetismo bastante alto para época, logo porque, outros estados da federação brasileira acabam melhorando sua posição entre o ano de 1872 para 1920.

Do outro lado, o Censo evidenciou enormes desigualdades entre os estados brasileiros, quanto aos índices de analfabetismo. Revelou também a historicidade dessas desigualdades e a regionalização progressiva dessas disparidades seguidas pelas variações ocorridas nas esferas política e econômica, essencialmente.

No caso das especificações a respeito de saber ou não ler e escrever, Ribeiro (2003) elaborou uma tabela pelo qual analisa a situação do país nestas condições, visto que sua análise pontuou os anos de 1890, 1900 e 1920. Verificando esses dados com o índice de analfabetos que ao longo dos anos acaba tendo um decréscimo, porém, ainda permanecia com um percentual alto para uma população em que se buscavam transformações em sua sociedade.

Tabela 12: Índices de analfabetismo da sociedade brasileira -1890- 1920

Especificação	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.112.939.
% de analfabetos	85	75	75

Fonte: Ribeiro (2003, p. 81).

analfabetismo ainda é um problema nacional, devido a emergência e configuração das desigualdades regionais, além de outros fatores que influenciaram neste problema.

A tabela 12 apresenta a quantidade da população brasileira nos anos de 1890, 1900 e 1920, verificando a sua relação com a população que sabia ler e escrever nos anos investigados. O que se notou foi um aumento no número de pessoas sendo alfabetizadas, porém, o índice de pessoas que não sabiam ler e escrever acabou tendo uma pequena diminuição se comparado ao ano de 1890 para os anos de 1900 e 1920. Como se observa, o alto percentual de analfabetos na população brasileira demonstra a situação de precariedade em que se encontrava a escolarização brasileira no período.

No final do século XIX, o país contava com uma população analfabeta de 75%, e para os republicanos que haviam chegado ao poder, isso seria um entrave para o progresso do país, e com a sociedade se desenvolvendo desde a segunda metade do século XIX, o analfabetismo tornava-se um problema, sendo que a escola primária e as técnicas utilizadas na leitura e na escrita, poderiam ser o caminho para a conexão entre modernidade e conhecimento.

Várias campanhas foram sendo proclamadas a fim de difundir a necessidade de expansão do ensino primário, baseada não apenas no combate ao analfabetismo, mas também na formação patriótica e no ensino cívico.

Em 1888, por intermédio do presidente da Província, Dr. Francisco Viveiros de Castro, é realizado na capital Teresina, um recenseamento que apresentava a situação populacional de Teresina. No caso deste estudo, extraímos apenas a quantidade populacional e a escolarização da sociedade neste período. Segundo esse recenseamento, o ensino piauiense estava numa situação preocupante, “o número de habitantes em Teresina era de 7.411, sendo que a população que não sabia ler (2.202) seria mais que o dobro daqueles que sabiam ler (5.209)” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p 565). De acordo com o Relatório da Província de 1899, as informações sobre a instrução pública, em especial a instrução primária, mostra que as verbas destinadas para o ensino não seriam suficientes para estabelecer um sistema organizado de ensino.

Não temos escolas, não temos mestres; não é muito, portanto, o que nos falte o principal e mais seguro fundamento da felicidade pública, que é a instrução do povo.

As nossas escolas funcionam em prédios particulares, alugados a custa do pobre preceptor, que contando com esse desconto forçado em seus vencimentos prefere ordinariamente os mais baratos, porque a barateza do prédio entra forçosamente, no seu plano de economistas. Dai resulta que as escolas públicas da província se acham estabelecidas em verdadeiros

albergues de arquitetura informal, em completo desacordo com as leis impostas á construção das casas escolares. (PIAUHY, 1889, p II).

De acordo com Paiva (1983, p. 85), os índices de analfabetismo no Brasil era algo preocupante para o final do século XIX e início do século XX “O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total, 82,63% os menores de 5 anos, o de 1900 encontrou 75,78% para os 20 Estados, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal”.

Paiva afirma como a escola primária foi sendo difundida e quais reformas contribuíram para essa propagação do ensino:

As novas finalidades atribuídas à escola primária com o advento da República, vieram acompanhadas de reformas no ensino público com a finalidade de escolarizar a massa da população. Em relação a estas políticas públicas, houve várias tentativas de reformas por parte do governo central. A primeira tentativa veio com Benjamin Constant, a frente da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Benjamin Constant tinha como objetivo, o ensino seriado, proporcionando uma maior organização em todos os níveis de ensino e a criação de aperfeiçoamento do magistério. (2010, p. 36).

Nesse sentido, é relevante cotejar as políticas educacionais empreendidas pelas várias instâncias do poder público para a compreensão da significativa expansão do ensino primário. Por isso, o argumento de que o Brasil estava “atrasado intelectualmente”, no início do século XX, nos faz repensar as justificativas para precariedade do ensino.

3.2 As reformas educacionais e o ensino primário noturno no final do período Imperial no Piauí

De modo geral, a educação de jovens e adultos oferecida pelas escolas noturnas teve um tratamento bastante inexpressivo em termos quantitativos e qualitativos no corpo das principais leis e reformas piauienses. No que se refere às escolas primárias, a transferência da capital de Oeiras para Teresina trouxe também algumas mudanças no setor educacional do estado. Predominou neste período as aulas particulares. Queiroz (2008, p. 45) afirma que estas aulas “foram uma constante no panorama educacional do Piauí desde a primeira metade do século XIX. Elas existiram em grande número em Teresina, bem como nas vilas e nas próprias fazendas, pois a instrução pública no interior era ainda mais deficiente do que na capital”.

Em 1868, as instituições escolares eram organizadas de acordo com o sexo dos educandos, e, normalmente as turmas separadas pelo gênero dos discentes, isto é, turmas de meninas e meninos separadas. A implementação das reformas se apresentava como uma preocupação frequente nos discursos dos reformadores piauienses. Duas reformas marcaram o ensino primário na segunda metade do século XIX, a de 1850 e a de 1864. Com a última reforma de 1864 o Ensino Primário no Piauí ficou dividido em 1º e 2º grau.

Os presidentes da província nesse período (José Antônio Saraiva- 1850 e Franklin Américo de Meneses Dória- 1864) acreditavam que o ensino primário seria a salvação da sociedade, embora a ação principal deste ensino fosse ensinar os rudimentos da leitura e da escrita para a maioria da população. Queiroz(2008) mostra que este pensamento se torna mais complexo, quando se aborda a criação de escolas noturnas para a população adulta pobre e sobre a legislação que trata da obrigatoriedade do ensino. Este tema aparece não só nas inaugurações destas escolas, como também na documentação deste período.

Assim, como afirma Pereira da Costa (1974, p. 528):

Em outubro de 1873, pelo regimento expedido pela presidência da Província em virtude da autorização da lei provincial nº 822, de 19 de agosto do mesmo ano, dando nova organização á instrução pública, pelo qual foram às escolas primarias divididas em dois graus e determinadas as matérias de ensino a cada um. O regulamento decretou a liberdade de ensino, quer primário, quer secundário e a sua obrigatoriedade, sob pena de multas pecuniárias; prescreve o fornecimento de livros e mais objetos necessários ao ensino aos alunos pobres; proíbe os castigos corporais, e estatui que, nos lugares em que não houver professores públicos, pode a presidência contratar com os professores particulares a admissão em suas escolas de alunos pobres, de 12 a 15 meninos e de 8 a 10 meninas, mediante a subvenção de 300\$00 anuais; e que nos lugares em que não houver escola nem particular do sexo feminino, pode o professor público, que foi casado, ensinar o mesmo numero e meninas, mediante igual subvenção.

Com relação à educação de adultos, ela se desenvolveu de forma precária e irregular a partir dos anos de 1870, quando quase todas as províncias criam escolas noturnas. Paiva afirma que “A criação de tais escolas, entretanto, estava (com algumas exceções) ligada á valorização da educação em si mesma, sem considerar o seus aspectos instrumentais e sem adequação ás reais necessidades de ensino para a faixa da população a qual eram destinadas” (PAIVA, 1987, p. 75).

A criação de escolas noturnas nos maiores centros de população da província era uma das realidades presente no país neste período, sendo que o perfil do alunado das escolas, na maioria dos casos seria por não ter tido oportunidades

na infância e acabarem adentrando ao mundo do trabalho, e consumindo geralmente todo o seu dia, não restando tempo para a educação, consistindo em muitos casos no abandono da sala de aula. O espaço pensado para abarcar esse público nos anos finais do período Imperial foi um espaço:

Para crianças, jovens e adultos, que já inseridos no mundo do trabalho deveriam inserir-se também no mundo da escola, a fim de adquirirem saberes e habilidades consideradas fundamentais para o trabalhador livre da época, num país que vivia os últimos momentos do regime de escravidão (ANJOS, 2010, p. 03)

De acordo com Paiva:

A primeira escola noturna de que temos notícia é a de São Bento, no Maranhão, dirigida por João Miguel da Cruz e em funcionamento em 1860. A partir de então as escolas noturnas se multiplicaram na maioria das Províncias do Império, através da iniciativa oficial, contando o país com 117 dessas escolas em 1876. Entre 1870 e 1880 praticamente todas as províncias criam classes para esse tipo de ensino e muitas delas regulamentam a matéria. (PAIVA, 1987, p. 167).

A partir de 1870 com a criação da primeira escola noturna na Província do Maranhão, a proposta da criação deste ensino neste horário estava baseada no homem do povo, que vivia do salário e que via na instrução, e nestas escolas um caminho para obter ensino, já que na infância isso não foi adquirido, no entanto, as dificuldades neste ensino também eram acentuadas. Assim :

Não tendo, porém, a lei de orçamento consignado fundos para as gratificações prometidas aos seus professores, não teve essa disposição da lei a desejada execução. No entanto, alguns particulares abriram e sustentaram essas escolas noturnas, mais ou menos frequentadas. (BEISIEGEL, 1974, p. 60).

No Piauí, a mensagem do Vice-Presidente do Estado o Dr. Manoel José Espinola Junior de 1870 nos permite ter uma ideia do lugar conferido à educação das camadas populares neste período. De acordo com o relatório, o Piauí tinha 47 escolas públicas de instrução primária, sendo que destas, 27 eram do sexo masculino, sendo uma delas a do educandário de artificies, e 20 do sexo feminino. Já o ensino particular tinha apenas 3 escolas, sendo uma do sexo feminino e duas do sexo masculino, verificando a implantação de uma escola noturna, que “seria regida por dois redatores do periódico *Imprensa*, Deolindo Mendes da Silva Moura e David Moreira Caldas”. Nesse sentido, a partir de 1870, as escolas noturnas começam a aparecer nas mensagens governamentais do Estado, porém ainda como iniciativa privada. Como foi apresentado, no Piauí, a escola noturna surgiu no

período imperial, por volta de 1870, sendo ela destinada às pessoas adultas e do sexo masculino.

A primeira escola noturna destinada ao ensino dos adultos pobres, foi fundada em 1870 pelos ilustres e nunca esquecidos piauienses Dr. Deolindo Moura e David Caldas. A frequência chegou a 53 alunos. Por portaria de 12 de setembro de 1871, na conformidade do art 15 da lei nº 753, o Presidente Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão, criou uma escola nesta capital. (FREITAS, 1988 p. 115).

Diante desta atitude, foi sugerido que se criasse uma destas escolas na capital, ficando encarregado de regê-la um dos professores públicos, que teria direito a gratificação. Além da criação desta escola, era preciso também reformar o ensino primário, no sentido de tornar a instrução obrigatória. Para isso, a própria legislação e as reformas educacionais colocavam a obrigatoriedade do ensino primário, abrangendo a faixa etária entre 07 e 14 anos. Sendo que os pais poderiam receber penas caso não mandasse seus filhos á escola.

Contudo, a escola noturna fundada e instituída pelo Piauí, só veio a aparecer em 1871 pela resolução de nº 753, publicada no dia 20 de agosto de 1871, a que, no artigo 15, deu ao presidente da província a autorização para criar uma escola noturna para as pessoas adultas e enfatizou a condição dos sujeitos para que frequentassem este tipo de ensino em termos de idade e gênero.

Art 15. Fica o presidente autorizado a crear uma escola nocturna para as pessoas adultas do sexo masculino nos lugares que entender conveniente.

Art. 16. Estas escolas ficarão a cargo dos respectivos professores, que por este trabalho vencerão a gratificação anual de quatrocentos mil reis nas cidades, e duzentos mil reis nas vilas, ficando os mesmos professores obrigados a despesa com as luzes.

Art. 17. Nestas escolas só serão admitidos alunos maiores de quatorze anos que não frequentarem as aulas diárias.

Parágrafo único. Será suprimida pelo presidente da província, sob representação do diretor geral, a escola nocturna que não for frequentada pelo menos por doze alumnos nas cidades, e seis nos demais lugares; e neste caso o professor não terá direito a gratificação, de que trata o art. Antecedente.

Art. 18. A escola nocturna será exercida por um ou dois professores primários. (O PIAUHY, Theresina, 24 de setembro de 1871, numero 189, p. 01).

Na respectiva resolução, os professores recebiam uma gratificação por trabalharem no período noturno nestas escolas primárias, no entanto, algumas despesas da própria escola seriam de responsabilidade do docente. Conforme o orçamento apresentado no relatório provincial de 1871, as despesas com ensino

primário noturno da província eram em torno do pagamento destes professores e de alguns utensílios utilizados pelos mesmos para o exercício da profissão. Artigo 16:

Gratificação aos professores-----	1: 200\$000
Idem as de Piracuruca e Pedro Segundo 200\$ rei-----	400\$000
Utensílios e mais despesas com todas elas, regulando-se para cada um 10\$, termo médio -----	100\$000
	1: 700\$000

(PIAUHY, 1872, p. 51)

Sendo assim, em 1872, as gratificações dos professores das cidades e vilas eram diferentes para exercer a mesma função de professor primário noturno. O que nos mostra o cumprimento do Estado em atender as solicitações expedidas pelo artigo 16 da Resolução nº 753\1871. No entanto, a pouca quantia destinada para as despesas nas escolas ocasionavam gastos, despesas extras aos professores noturnos como: pagamento da energia destas escolas.

O texto da resolução nº 753\1871, determinava também a frequência mínima (12 alunos nas cidades e seis nos demais lugares) para se conservar uma escola noturna no Piauí, sendo que essa se alterava de acordo com a localização das escolas. Além disso, esses alunos deveriam ter uma idade mínima de quatorze anos sendo homens e que não frequentassem as aulas no turno diurno, ou seja, destinada para o público trabalhador que realizavam suas atividades durante todo o dia, e que a noite poderiam frequentar as escolas noturnas nas respectivas cidades, conforme a criação delas nas localidades escolhidas pelo presidente da província e conforme a demanda da população.

Em setembro de 1871, de acordo com a portaria da presidência, foi criada uma escola noturna na cidade de Teresina, sob a regência do professor Tavares Sarmiento e Silva e, segundo Pereira da Costa (1974, p. 518) “no mesmo ano, no dia 07 de outubro foram criadas mais três escolas noturnas, nas cidades de Amarante, Oeiras e Parnaíba”. Em novembro de 1871, mais duas, sendo uma em Piracuruca e outra em Pedro II. Dessa forma, a Lei Provincial de 1871 estabeleceu no Piauí a “criação do ensino primário noturno em algumas cidades do Estado, como, Teresina, Piracuruca, Pedro II, Oeiras, Amarante e Parnaíba, sendo que as aulas iniciavam as 19.00h e se estendia até as 21.00h, no entanto, foram fechadas em 1873”. (PIAUHY, 1871, p. 12). Primeiramente foi criada a escola noturna na capital, posteriormente se estendendo a outras localidades do estado.

Com esta situação, pode se compreender nos relatórios a condição e a implantação das escolas noturnas no Piauí. Vejamos na tabela 13, o número de escolas primárias implantadas no Estado entre os anos de 1870 á 1872, dando destaque às escolas noturnas.

Tabela 13: Número de escolas primárias no Piauí-1870-1872

Escolas	1870	1871	1872
Escolas primárias	47	50	56
Escolas noturnas	1	6	6
Escola do sexo masculino	27	29	34
Escola do sexo feminino	20	21	22
Estabelecimento dos Artificies	1	1	1

Fonte. PIAUHY 1870-1872.

Como se pode notar, o número de escolas primárias no Piauí teve um acréscimo em todos os setores, sendo que as escolas noturnas tiveram um acréscimo de apenas cinco no período de 1871 a 1872.

Assim, as escolas primárias noturnas criadas no Estado entre os anos de 1871 a 1873 acabaram não obtendo êxito, sendo extintas um grande número delas anos depois. Os relatórios mostravam que muitas destas escolas públicas foram abolidas de vez e outras permaneceram apenas na capital. Era comum também observar iniciativas de professores na implantação de ensino noturno, é o caso de Vargem da Cruz, onde “acontecia um trabalho de desobstrução do rio Parnaíba. Assim, o diretor geral da Instrução Pública do Piauí em 1883, Manoel Ildfonso de Souza Lima, visitou esta escola e verificou a ação do professor” e suas condições de trabalho, enfatizando que o ensino era voltado para os trabalhadores homens (PIAUHY: 1883 p. 25).

No Brasil domina por toda parte o pensamento de que a obrigatoriedade é a medida eficaz contra o analfabetismo. As nossas antigas províncias, quase todas, decretaram leis sobre o assunto e o mesmo tem feito todos os atuais Estados federativos, inclusive o nosso. Esses dispositivos têm, entretanto, ficado sem execução; umas vezes por embaraços financeiros, outros, por inaplicabilidade prática.(FREITAS, 1988, p. 83)

Como se observa, o sistema público brasileiro de ensino ainda necessitava de uma ampliação em sua rede de escolas. No entanto, a decisão no investimento das províncias não privilegiava a educação, embora no momento os debates

girassem em torno da oferta de mais escolas para a população. A partir destas ideias, foi se pensando na criação de escolas noturnas nas províncias brasileiras a fim de atender um público que não frequentava as escolas diurnas primárias.

De acordo com Beisiegel (1974, p. 60), as referências em torno da criação de escolas noturnas se espalhavam no período de 1870 nas províncias do país. Na região Norte, mais especificamente na Província do Amazonas, funcionava em 1877, “quatro escolas noturnas, sendo que, três delas, se localizavam na capital, constituindo uma frequência de 129 alunos”. Já em 1878, funcionavam apenas três escolas noturnas, com 146 alunos frequentando.

O desenvolvimento destas escolas aconteceu no mesmo processo de ampliação do ensino elementar comum a todos. E como foi verificado, o ensino noturno teve o seu início no ano de 1870. Vejamos no quadro 1 como ficou estruturado nas províncias da região Nordeste o ensino noturno e a quantidades de alunos que as frequentavam.

Quadro 1 :O ensino noturno no Nordeste no período de 1870- 1884

PROVÍNCIA	ANO	QUANTIDADE DE ESCOLAS	QUANTIDADE DE ALUNOS	CAPITAL	INTERIOR
Maranhão	1884	6 escolas noturnas	Não mencionada	1	5 (São Bento, Rosário, Bacurituba, Turiassu e Caxias)
Piauhý	1883	1 escola noturna	30 alunos	-	1- Vargem Grande
Ceará	1879	3 escolas noturnas e mais algumas no interior	A quantidade não foi mencionada, no entanto, eram destinado duas escolas para homens e 1 para mulheres	3	Não foi mencionado, mais seriam criadas algumas.
Rio Grande do Norte	1877	4 escolas noturnas	-	-	-
Pernambuco	1870		198 alunos na capital		
Alagoas	1872	-	171 alunos		
Bahia	1872	26 criadas pelo governo e 15 por espontaneidade dos professores públicos primários(particulares)	547 nas oficiais e 312 nas particulares	-	-

Fonte: BEISIEGEL, (1974.p. 60-63).

Como se vê, o Piauí apresentava um número bem inferior de escolas noturnas (1) em comparação a outras províncias brasileiras, sendo que a quantidade de alunos também era bem abaixo de outras províncias.

Mesmo com o aumento nas escolas noturnas pelo país, a quantidade de escolas e alunos era bem inferior das escolas diurnas. Além disso, desde o início do funcionamento os sujeitos das escolas noturnas enfrentavam dificuldades, dentre elas: Nas primeiras escolas noturnas do Piauí, a frequência só era permitida a alunos adultos e do sexo masculino, o funcionamento dessas escolas só seria permitida se não interferisse no desempenho dos alunos no período diurno. A legislação, o programa e as disciplinas ofertadas eram as mesmas dos cursos diurnos e as gratificações pagas aos professores variavam de acordo com a localização das escolas.

Em 1878, o ensino noturno começava a ocupar posição importante nos relatórios do Ministro Leôncio de Carvalho.

Faz se mister ainda promover a criação de cursos para o ensino primário de adultos analfabetos, e esta necessidade assume uma importância particular quando se trata de uma reforma, como a do sistema eleitoral, para cujo êxito, poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular. (BEISIEGEL, 1974, p. 64-65).

Os projetos e as reformas propostas pelo ministro em torno do sistema educacional se estendiam ao longo dos anos. Em 1879, Leôncio de Carvalho propôs uma reforma no ensino brasileiro, porém não apresentou um projeto em si, sua idealização aconteceu por meio de decreto. No dia 19 de abril de 1879 é decretada a reforma Leôncio de Carvalho, os objetivos do decreto era a liberdade de ensino, o exercício do magistério e a liberdade de frequência. Dentre essas medidas, o sistema escolar era destaque nesse decreto.

Liberdade de ensino, isto é, a possibilidade de todos os que se sentissem capacitados esporem suas ideias segundo o que lhes parece adequado. Entendia que o segredo da prosperidade dos Estados Unidos e dos países europeus estava na adoção do princípio de liberdade de ensino. O exercício do magistério era incompatível com o de cargos públicos e administrativos. Para que isso fosse possível, necessário se fazia o Estado ter condições de pagar bem e oferecer garantias profissionais. Como reconhecidamente tais condições não existiam, a proibição não seria baixada de imediato. Liberdade de frequência, ou seja, dar liberdade para os alunos dos cursos secundário e superior estudarem como e com quem entendessem. A escola caberia, especificamente, ser severa nos exames. Isto implicava, também, a organização do curso por matéria e não mais por anos, possibilitando ao aluno escolher as matérias e o tempo para cumprir toda a série estipulada. (RIBEIRO, 2003, p. 67).

A reforma insistia na obrigatoriedade do ensino, além dos princípios da moral, inspirados no hábito e no amor ao trabalho. Considerava o ensino obrigatório entre 7 e 14 anos, eliminando a proibição quanto aos escravos, além de preconizar a criação de escolas normais para capacitar os professores. Com isso, a escola primária ficou estruturada em duas categorias, a primeira de 1º grau para crianças de 7 a 13 anos e a de 2º grau para crianças de 13 a 15 anos, sendo que a secundária possuía a duração de sete anos. Esse decreto apresentou uma divisão no ensino, ou seja, escolas primárias em primeiro e segundo grau, possibilitando ao governo a criação de escolas para adultos e analfabetos:

Alterar a distribuição das escolas; subvencionar escolas particulares renomadas que atendessem meninos pobres, contratar professores particulares para ensinar rudimentos do ensino primário; criar ou auxiliar cursos para adultos analfabetos. (MACHADO, 2010, p. 172).

Desse modo, a reforma Leônicio de Carvalho possibilitou a criação de escolas noturnas para livres e libertos no município da Corte, além de se tornar importante para a institucionalização dos cursos noturnos no Brasil. Portanto, o Decreto:

Extrapolou os limites do município da Corte, pois estabeleceu normas de validade nacional. Foi a primeira legislação específica com o intuito de regular o funcionamento das escolas noturnas. Várias províncias, ao criarem seus cursos noturnos, buscaram subsídios nesse Decreto (PERES, 2002, p. 87).

Desta forma, a educação popular tornava-se uma questão importante, os problemas internos mostravam para o país, uma modificação no regime. No entanto, a educação popular não se desenvolveu de forma linear por todo o país, ela aconteceu de forma desigual, sendo que o ensino era escasso e precário.

Portanto, os debates continuaram sobre o conteúdo da escolarização popular e quais seriam as temáticas centrais que a mesma iria contemplar, ou seja, os interesses religiosos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim:

Essa defesa da educação para o povo, ou, como muitas vezes também apareceu, da instrução popular, parecia indicar a existência de um único tipo de escola para todos. Uma escola onde todos receberiam a mesma instrução, independentemente de sua condição social ou racial.(ANANIAS, 2000, p. 09).

Nas últimas décadas do século XIX, as ideias liberais colocavam as novas relações entre as exigências da liberdade individual e a ação educativa do Estado no campo da educação popular. Essas novas ideias apostavam e defendiam o ensino primário público e obrigatório.

O pensamento liberal no Brasil, nesta época, pelos seus “representantes mais autênticos”, empenhava-se na defesa da libertação do trabalho, da autonomia regional e da liberação das consciências oprimidas, seja por uma religião oficial, seja pela organização dada a vista política e administrativa do país. Reivindicava-se, também, a liberdade do ensino em todos os graus. (BEISIEGEL, 1974, p. 54).

No Brasil, a escola popular foi vista como aquela capaz de transformar a nação, e de ser um dos instrumentos de modernização. Durante o século XIX, havia em várias províncias, inclusive no Piauí, uma grande discussão da escolarização da população, em especial, a das camadas populares. Com isso, os debates foram se ordenando sobre a educação escolar, porém, os investimentos das províncias ainda eram muitos baixos.

A instrução elementar, por exemplo, era algo muito distante da sociedade brasileira como um todo, se comparada a demais países no mesmo período, verifica-se que a frequência das escolas primárias brasileiras era muito baixas, segundo Bastos:

Considerando apenas na população de origem germânica de S. Leopoldo (Rio grande do Sul), D. Francisca (Santa Catarina) e Petrópolis (Rio de Janeiro), essa frequência mal atinge a média de 1 aluno por 90 habitantes em todo o Império. Compara-se esse sinistro algarismo com o de alguns dos Estados Unidos, onde a média é de 1 por 7: nem se esqueça que, se na própria capital do império, há apenas um aluno por 42 habitantes, das vinte províncias há sete onde a proporção é superior a 1 por 100, e há mesmo uma (o Piauí) onde excede a 1 por 200. (BASTOS, 1870, p. 145-146).

Assim a realidade escolar presente no ensino primário foi marcada por uma série de discussões, que na maioria dos casos não atentaram para o fato de que as possíveis saídas a serem equacionadas poderiam passar pela relação escola e processo produtivo.

Ao se falar em educação popular, retomamos a ideia de ensino primário. A escola primária era instituição voltada para o povo. A escola primária adequada ao povo seria aquela voltada para o trabalho, abrangendo-o em entendimento da cidadania e formação moral e cívica. Segundo Beisiegel “na verdade, as alusões às necessidades de proporcionar instrução aos adultos iletrados, as disposições legais

sobre a questão e mesmo as primeiras classes noturnas de adultos datam já dos tempos do Império” (BEISIEGEL, 1974, p. 59).

No Piauí, para desenvolver essa educação voltada para o povo, foram criadas escolas noturnas. Essas escolas noturnas, por exemplo, apareciam nos relatórios provinciais do Estado de diversas maneiras: ações do Estado, através de iniciativas de particulares, Organizações Operárias. Um exemplo desta iniciativa foi em 1880 quando o farmacêutico Eugênio Marques de Holanda, natural do Piauí, fez uma visita ao estado e “propôs a fundação de uma escola de primeiras letras para o sexo masculino, destinadas aos adultos que pudessem durante o período noturno, receber a instrução primária”. (JORNAL A IMPRENSA, 1880, p. 02). Para essa ação, solicitou o edifício provincial, que se situava na Praça Saraiva, para ministrar as aulas. A inauguração aconteceu no dia 17 de agosto de 1880 às 7 horas da noite, sob a direção de “José de Castro Lima, Antônio Marques Costa, Gentil Independente Ribeiro Cavalcante e João Augusto Rosa”. Esses professores executavam sua atividade gratuitamente (JORNAL A IMPRENSA, p. 02), podendo se caracterizar como filantrópica.

O intuito dessas escolas era atender principalmente jovens e adultos que trabalhavam durante o dia. De acordo com Pereira da Costa em agosto de 1880:

Foi instalada de forma solene na cidade de Teresina, uma escola noturna, com assistência do vice-presidente da província dr. Firmino de Sousa Martins. Esta escola destinada á instrução gratuita, do sexo masculino, foi fundada e expensas do ilustre piauiense farmacêutico Eugênio Marques de Holanda, que, residindo no Rio de Janeiro, e então de visita á sua terra natal, resolveu e realizou tão patriótico cometimento. Para a fundação da escola foi cedido pela presidência o edifício provincial, sito na praça do Saraiva, em que funcionava uma aula diurna do mesmo sexo, e prestaram-se a lecionar gratuitamente os cidadãos José de Castro Lima, Antônio Marques da Costa, Gentil Independente Ribeiro Cavalcante e João Augusto Rosa.(Pereira da Costa, 1974, p. 539).

A escola noturna do farmacêutico Eugenio Marques de Holanda funcionou até 1882. O próprio presidente da província no relatório comentou sobre seu fechamento, afirmando que “Fechou-se no dia 18 de janeiro de 1882 a última aula noturna que, o farmacêutico Eugênio Marques de Holanda, nesta capital, em consequência da falta de alunos”. (PIAUHY, 1882, p. 20). Por isso, sugeriu que fossem implantadas escolas noturnas para esta população, no entanto, o ensino aplicado nestas escolas não exercia atrativo suficiente para a permanência destes alunos, pois o sistema de ensino apresentava uma desvinculação entre aquilo que o

sujeito estava vivenciando e aquilo que era trabalhado em sala de aula. Além de exigir uma frequência mínima de alunos para a instalação e a manutenção da escola em funcionamento.

No Paraná, por exemplo, na cidade da Lapa em 1882 ocorreu também a iniciativa da criação de uma escola noturna como proposta do presidente Carlos Augusto de Carvalho, tendo como objetivo a abertura de escolas para adultos, remetendo “a um fenômeno que se processou de forma bastante intensa no Paraná na última década do período imperial: a oferta de instrução primária para adultos trabalhadores nas chamadas escolas noturnas” (ANJOS, 2010, p. 02). Isso nos mostra que essa agitação local que aconteceu no Piauí não ocorreu de forma isolada, mais sim como parte de um movimento mais amplo que ocorria igualmente nas demais províncias do império.

Em 1889, sendo o diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí o Dr. Theodoro Alves Pacheco, analisou as condições do ensino no Estado e promoveu algumas reformas, ocasionando várias mudanças na educação piauiense. Vejamos abaixo, quais foram elas:

Extinção da Escola Normal pela deficiência do seu programa e ter na prática demonstrado não ter correspondido aos institutos de sua criação;
 Nomeação dos professores públicos em concurso, vitalícios e inamovíveis desde a data do seu exercício.
 Obrigatoriedade do ensino primário no perímetro das cidades e vilas.
 Supressão das cadeiras do sexo masculino de pouca frequência e criação de escolas mixtas, regidas por senhoras, que terão também preferência para as cadeiras do sexo masculino visto a ciência ter demonstrado a superioridade da mulher como educadora;
 Criação de cursos noturnos na capital;
 Criação de um conselho superior da instrução pública, compostos dos lentes do Lyceu, nomeados anualmente sobre proposta do inspetor geral da instrução pública. (PIAUHY, 1889, p. 23).

Essa disseminação do ensino noturno acompanhou-se ao longo dos anos até chegar às primeiras décadas do século XX, possibilitando uma difusão do ensino popular, pois essa propagação contribuiu para a reforma social que estava atrelada aos princípios de sociedade moderna que se almejava implantar no país, principalmente nas principais cidades brasileiras, e que estava associada à compreensão de que a educação deveria atender as necessidades da grande massa da sociedade, ou seja, voltada para todos.

Assim a educação piauiense caminhou com dificuldade ao longo de todo o século XIX. Portanto, as camadas populares encontravam nesta história dificuldades para uma ascensão social, econômica e educacional.

A educação no Brasil do final do século XIX e início do século XX apresentou algumas particularidades que devem ser consideradas. É o discurso da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho. É neste contexto, e para atender estes objetivos, que os cursos noturnos para jovens e adultos foram projetados e se expandiram em todo o país. A gênese das escolas noturnas de instrução primária está, portanto, intimamente relacionada com as transformações que se processaram na realidade brasileira do século passado. (PERES, 2002, p. 83).

Uma das alternativas para minimizar este quadro seriam as Escolas Noturnas, que vinha com o propósito de atender aqueles que não tinham condições de frequentá-las no turno diurno, tendo como objetivo atender às necessidades dos meninos que precisavam trabalhar. A instrução primária tinha o objetivo de educar o povo, preparando-o para a inteligência e o coração para que possa preencher os destinos da vida.

para além da referida questão, os intelectuais, professores e gestores públicos justificavam a necessidade do estado republicano investir em educação no sentido de regenerar a nação brasileira que se apresentava corrompida em função da cultura política marcadamente centralizadora, aristocrática e herdeira de uma grande vergonha social qual seja: o escravismo. Uma das primeiras ações do Estado brasileiro efetivou no sentido de regenerar a nação ocorreu com a publicação do decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, no qual foram declarados eleitores todos os brasileiros, no gozo de seus direitos políticos e civis, que soubessem ler e escrever. Era o sufrágio universal adotado pelo novo regime, embora restrito ao voto feminino. (PAIVA, 2010, p. 25).

Essa informação nos apresenta que além da repercussão da ideia positivista e liberal marcante neste momento, esse novo Estado tinha a ideia de ampliar o número de cidadãos votantes, mas que deveriam ser alfabetizados. Com isso, consideravelmente a oferta da instrução escolar deveria aumentar.

Verificamos que as ideias positivistas impulsionaram naquele momento as mudanças sociais, culturais e políticas. Percebemos que nos primeiros anos de implantação do regime republicano, as condições da instrução primária em quase todas as unidades da federação eram insuficientes ao cidadão. Utilizando a linguagem liberal, essa nova realidade, apresentava segundo Ribeiro (2003, p. 65) “liberar o trabalho, a consciência, o voto”. Essa corrente estabelecia também alguns pontos em comum em suas metas de ação como:

Abolição dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravatura, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar o papel de esposa e mãe, e a crença na educação, chave dos problemas fundamentais do país. (RIBEIRO, 2003, p. 65).

No final do século XIX e início do século XX, “as mudanças advindas com o fim da escravatura e com a implantação do regime republicano apontavam para novos padrões de comportamento social, veiculadas por uma cultura escrita” (CASTELO BRANCO, 2008, p. 121). Os avanços educacionais ainda não privilegiavam toda a massa piauiense, porém os grupos de elite e classe média piauiense tinham mais acesso e facilidade no ingresso do ensino formal, seguindo do primário ao secundário, num processo mais avançado que os das classes populares.

3.3 As reformas educacionais e suas implicações no ensino primário noturno nas primeiras décadas da República

Com a proclamação da República, os debates direcionados para a educação do povo estavam voltados à formação, baseada no novo regime político, no qual, a participação deles na então democracia fortalecia a busca da consolidação nacional tão almejada na república. Todo esse momento, as ideias defendidas buscavam um projeto de educação para o país, porém ainda era marcado pelo atraso e pelo alto índice de analfabetismo. A partir do momento em que o país entra no período republicano o cenário do Brasil é marcado por duas disputas entre o sistema agrário-comercial e o sistema urbano-industrial. E a partir destas transformações são introduzidos novos pensamentos e novas maneiras de condutas para a população, e a escola passa a ser importante para este processo. A importância da escolarização, nesse contexto, era originada pelas necessidades políticas. Assim

A educação do povo é a pedra angular sobre que repousa a estrutura da organização social. Sem educação do povo não há estabilidade nem solidez em nada. Sempre consideramos a Instrução Pública o primeiro problema nacional. Sempre consideramos a chave para a solução de todos os demais problemas sociais, econômicos, políticos e outros. (NAGLE, 2001, p. 110).

No período de 1891 a 1894, o processo político era liderado pela camada média, que procurava uma mudança na estrutura econômica, buscando na industrialização um dos caminhos para a transformação. Na educação, insistiu na necessidade da extensão das escolas elementares para o povo, como sendo um dos caminhos para a resolução dos problemas do país. Além disso, è por meio da educação que “o povo deveria saber se governar e fazer valer os seus direitos políticos. Todas as pessoas envolvidas com essas construções compartilhavam da crença de que a educação, se não salvaria, pelo menos melhoraria os homens”(ANANIAS, 2000, p. 9).

Nesse sentido, a escola passou a ter uma importância fundamental para a sociedade. Dessa forma “essa realidade foi consagrada legalmente com a Constituição de 1891, que reafirmou a descentralização escolar, já definida em 1834, cabendo agora aos estados à responsabilidade de manter e legislar sobre o ensino primário e o ensino profissional” (ZOTTI, 2004, p. 68).

A estrutura organizacional básica do sistema escolar neste período republicano está correlacionada ao sistema político e econômico do país. É desta forma que no ano de 1898 foi efetivada algumas reformas e reorganização interna feita pela adoção de políticas dos governadores, além da valorização econômica, ou seja, a sociedade brasileira continuava se modernizando, mas esse custo era bastante alto e pago por grande parcela da população.

Esse período foi marcante, pois a educação começou a ser vista como meio de promover o desenvolvimento econômico do país, através da instrução elementar e também na qualificação da mão de obra. Assim “nos anos que seguiram a proclamação da República, em vários estados brasileiros, os governos estaduais buscaram implementar reformas na instrução pública, visando a instituir um moderno aparelho de ensino para a promoção da educação popular (SOUSA, 2008, p. 37).

As discussões educacionais presentes nas primeiras décadas da República estavam centralizadas na ideia de uma educação que cultivasse os laços nacionais, no entanto, o próprio regime encontrou dificuldades, pois o país não se encontrava preparado para receber a educação elementar a sua população. Cabia então aos republicanos organizar o sistema educacional, buscando uma institucionalização concreta da educação. Para eles, era preciso uma transformação em todos os setores, sejam eles político, econômico, social e cultural, pois a República surgia para apresentar um novo país.

Para isso, a ideia da difusão do ensino popular entre os anos de 1870 e 1880 começou a ganhar uma ação mais complexa que desencadeou, por exemplo, a implantação das escolas noturnas para adultos pobres, além da obrigatoriedade do ensino. O desenvolvimento do ensino aconteceu tanto na capital, quanto no interior, ou seja, essa preocupação do Estado era bastante manifestada. O que se percebeu foi um aumento no número de escolas e no número de alunos matriculados, e também mudanças na formação do corpo docente. Porém, mesmo com estas preocupações, as necessidades do Estado e o crescimento da população não aconteciam com a mesma evolução que se imaginava. Queiroz afirma que, “o Piauí continuou como uma das unidades da Federação em que o número de analfabetos guardava maior proporção em relação à população total” (2008, p. 11). Após a República, a instrução primária permaneceu de responsabilidade do Estado e dos governos Estaduais e Municipais.

Entre os anos de 1900 até 1910, o Piauí vivenciou um período de mudanças no seu ensino, com a expansão do ensino por todo o Estado. Conforme Araújo, “a reforma que instaura juridicamente a política educacional no Piauí é de 1910” (2013, p. 122). Em 1910 o ensino noturno começou a ter um destaque maior na legislação.

Em 30 de março de 1910 com a Lei de nº 548 foi realizada uma reforma da instrução pública do Estado, por Antônio Freire da Silva governador na época. A lei determinava que o ensino deveria ser livre, leigo e gratuito, tendo como divisões, o ensino primário, normal e o profissional, sendo que o ensino primário poderia ser tanto particular, quanto público.

Nesse contexto, as reformas de 1910, 1921, 1931 e 1933 ocorridas nas primeiras décadas da República, apresentavam o Ensino Noturno com a mesma intencionalidade pela qual se cuida nas renovações do sistema de ensino. No Piauí, por exemplo, no ano de 1910 a Lei nº 548 prescreve no Art. 12 “O Estado promoverá tanto quanto possível a criação de escolas primárias nocturnas para adultos de ambos os sexos, quer directamente, quer por meio de subvenções e outros auxílios aos particulares, às associações e aos professores públicos primários” (PIAUI, 1910, p. 5).

O que podemos analisar a respeito dessa legislação do ano de 1910, era a preocupação do Estado em oferecer o ensino noturno para os adultos, porém não era algo concretizado, ou seja, eram necessários público e investimento para que o

mesmo fosse instalado, evidenciando uma oportunidade para ambos os sexos de um ensino primário.

Segundo o decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910, as escolas isoladas poderiam ministrar ensino noturno. Vejamos abaixo como o regulamento determinava isso:

Art. 77. As escolas isoladas serão especiais para cada sexo, ou mixtas, em que poderão ser admitidas crianças de um e outro sexo; diurnas ou noturnas, conforme funcionarem durante o dia, ou á noite (PIAUÌ, 1910, p. 125).

Quanto ao ensino noturno, o próprio regulamento determinou no artigo 95 até o 97, como deveria ser o ensino, a qual público se destinava e em quais locais deveriam ser implantadas.

Art. 95. Os cursos públicos primários noturnos são destinados a ministrar a instrução de adultos que não poderão adquirir essa instrução ou completa-la e serão criados, a juízo do governo; onde se verificar a existência de uma população escolar de 40 alunos.

Parágrafo único. O ensino nesses cursos serão numa só sessão, das 6 as 9 horas da noite.

Art. 96. As escolas noturnas de instrução primária, serão sempre isoladas, podendo ser mantidas diretamente pelo governo, ou mediante subvenção á particulares e associações, ou ainda aos professores públicos primários.

Parágrafo único. A subvenção será concedida pelo governador, dentro da verba respectiva, precedendo requerimento do interessado e o parecer do conselho superior da instrução.

Art 97. Em caso algum poderão ser mixtas as escolas noturnas. (PIAUÌ, 1910, p. 129- 130).

As determinações relativas à criação das escolas noturnas sofreram algumas alterações em relação ao período Imperial, dando início a uma definição sobre os sujeitos aos quais se destinavam. Os cursos noturnos teriam a duração de três horas diárias, sem intervalo, e nesse caso, as escolas seriam oferecidas para ambos os sexos, possibilitando o ensino tanto para o sexo masculino, quanto para o sexo feminino, desde que ambos não dividissem a mesma sala.

Embora frágil, há uma preocupação com este ensino no texto da reforma, mostrando que o governo promoveria, quando fosse possível, a criação de escolas noturnas, onde se pudesse contar com a frequência mínima de 40 alunos para a sua manutenção. Em Minas Gerais, neste mesmo período, Nogueira (2012, p. 48) afirma que “a exigência da frequência era de 30 alunos”, com isso, percebe-se que a frequência desses alunos era de primordial importância para que estas escolas

permanecessem abertas, já que em períodos anteriores, seu fechamento aconteceu por esse motivo.

O período até aqui analisado mostra uma série de medidas em torno do ensino noturno e a vontade de querer expandir essa iniciativa voltada para os trabalhadores piauienses. Na reforma de 1921, baixada pelo Decreto nº 771 de 06 de setembro de 1921, não houve menção ao ensino noturno.

Na reforma de 1931, estabelecida pelo Decreto nº 1.301 de 14 de setembro de 1931, o ensino noturno aparece como parte integrante do ensino primário como na reforma de 1910, sendo que as escolas isoladas seriam também aquelas que poderiam fornecer este tipo de ensino, porém com uma redução no tempo escolar, ou seja, as aulas neste turno teriam a duração de duas horas e meia, sendo que em 1910, a duração das aulas era de três horas, e neste novo decreto o tempo de início da aula é alterado de 18h em 1910 para 18h30min em 1931, enquanto que nas diurnas, a duração das aulas não se alterou, manteve a duração de quatro horas.

Na reforma educacional que ocorreu em 1933, o ensino noturno aparece nas determinações do Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933, contemplado como componente do ensino primário, no entanto com algumas modificações, dentre elas: o ensino noturno seria agora encontrado em escolas singulares e não mais em escolas isoladas como acontecia no ano de 1910 e 1931, os horários seriam modificados, passando a funcionar das 18h30min às 21h30min em 1933 e não mais às 18.00 até às 21h30min, como em 1910. Além disso, volta novamente a duração das aulas em três horas conforme o decreto de 1910, porém permanece vigente o horário de início estabelecido pelo decreto de 1931. Dentre essas mudanças, algo permanecia sem alteração na reforma da legislação: as escolas noturnas seriam ofertadas para ambos os sexos, mistas, entretanto, os indícios apontam que os sujeitos que frequentavam estas escolas permaneciam sendo do sexo masculino conforme a reforma de 1910 e 1931.

Com a reforma de 1933, o ensino primário sofreu algumas alterações em torno da classificação, surgindo agora a divisão em fundamentais e complementares e a subdivisão de cada nível de ensino. A denominação escola isolada presente no ano de 1910 e 1931, não apareceu mais nesta reforma, passando a existir as escolas singulares e as escolas agrupadas, além do novo modelo de escola adotado em 1910 no Piauí, “os grupos escolares”. Conforme o capítulo V da reforma de 1933 seria nas escolas singulares que o ensino noturno iria se encontrar, além disso:

CAPÍTULO V

Das escolas singulares

Art. 96- As escolas singulares, especiais para cada sexo, ou mixtas, e diurnas, ou noturnas, serão mantidas ou creadas onde quer que se verifique, pela estatística escolar, haver mais trinta crianças no caso de receberem instrução primária. (PIAUI, 1933, p. 27-28).

Diante disso, constatamos que as reformas de 1910, 1931 e 1933 destacaram no corpo do seu texto o ensino noturno como parte do ensino primário, no entanto com algumas modificações entre elas. Assim, o ensino noturno foi pensado ao longo dos anos como um segmento educacional que almejava no primeiro momento alfabetizar a população, mas não apenas isso, pois estava atrelado ao direito do voto e articulado com o processo de urbanização, considerado elemento essencial para o progresso e a modernização do Estado.

Por mais que tenha iniciado no período Imperial, o ensino noturno teve que se adaptar ao novo modelo político e às novas conjunturas sociais e econômicas do país. A ampliação da oferta do ensino primário noturno objetivou o acompanhamento das mudanças políticas, a situação eleitoral e a busca em formar cidadãos para este novo regime.

No quarto capítulo iremos abordar a organização escolar das escolas primárias noturnas no Piauí, analisando o currículo aplicado nestas escolas, os sujeitos presentes neste ensino e em quais municípios foram criadas estas escolas.

4. A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NOTURNAS NO PIAUÍ: CURRÍCULO, TEMPO ESCOLAR, MATERIAL DIDÁTICO E SUJEITOS

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão sobre os principais sujeitos das escolas primárias noturnas piauienses: alunos (as) e professores (as), além de um olhar sobre a organização e o funcionamento destas escolas.

Certamente há vários pontos em comum em torno da experiência escolar das escolas primárias noturnas do final do século XIX e início do século XX com a atualidade das escolas noturnas piauienses: o público atendido, algumas finalidades de seus agentes, a precariedade na execução de sua política educacional, mas também há suas diferenças. Uma delas, é que atualmente há a extensão da rede de atendimento, destacando principalmente a continuidade dos estudos pelos alunos das escolas noturnas primárias, o que não fazia parte da proposta das escolas noturnas piauienses do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Embora tenha havido experiências educacionais direcionadas às classes populares, nesse momento é essencial fazer o uso de cada termo em sua época.

Procurando entender a dinâmica interna do funcionamento escolar das escolas primárias noturnas no Piauí no final do século XIX e início do século XX, percebemos que a escola é produtora de uma cultura.

Assim, um dos aspectos que consideramos de grande importância para a constituição da história do ensino primário noturno no Estado refere-se a sua organização e seu cotidiano. Assim, fizemos alguns questionamentos que pretendíamos que fossem respondidos ao longo deste capítulo: Quem eram os professores que lecionavam o ensino noturno? Os conteúdos ensinados aos alunos do ensino noturno eram os mesmos das escolas diurnas? Qual o critério para o ingresso nas escolas primárias noturnas?

Começaremos nossa discussão pelos aspectos relacionados aos programas de ensino, analisando o processo de organização dos conteúdos a serem aplicados a esta modalidade de ensino.

4.1 Os programas de ensino aplicados nas escolas primárias noturnas conforme as reformas educacionais do Estado .

Neste tópico, analiso os programas de ensino propostos para as escolas primárias noturnas no Piauí. Geralmente os programas de ensino destas escolas eram impulsionados pelas reformas da instrução pública primária e, bem assim, do ensino primário diurno, ou seja, a organização dos conteúdos a serem aplicados nestas escolas, pelos indícios, seguia a mesma linha das escolas diurnas do estado.

As reformas educacionais foram de grande importância para entender como os programas de ensino foram sendo construídos ao longo do período analisado, e como esses programas seriam aplicados nas escolas primárias noturnas. Os programas de ensino eram impulsionados conforme as reformas educacionais que são implantadas ao longo dos anos, devido às demandas sociais e seguindo um modelo educacional vigente no país. Entretanto, quando retomamos a ideia de reforma vários são os questionamentos e explicações para este termo. Viñao afirma o que reforma seria:

Uma “alteración fundamental de las políticas educativas nacionales” que puede afectar al gobierno y administración del sistema educativo y escolar, a su estructura o financiación, al currículum- contenidos, metodología, evaluación -, al profesorado- formación, selección- y a la evaluación del sistema educativo(2001, p. 26)

Assim, percebemos que uma reforma pode alterar vários aspectos do sistema educativo, além disso, o referido autor ainda assegura que as reformas seriam em síntese, “esfuerzos planificados para cambiar las escuelas con fin de corregir problemas sociales y educativos percebidos”(VIÑAO, 2001, p. 26).

Assim, as reformas educativas do estado nos ajudam a compreender as mudanças nas escolas primárias. Considerando isso, existiu no Piauí, no período analisado uma produção legislativa, com diversos regulamentos, leis, portarias e resoluções criando um marco legal para estruturar o processo de escolarização. Essas leis são importantes, pois “revelam informações sobre a instrução pública e privada, a organização administrativa e os currículos escolares” (CARVALHO, 2011, p. 208).

Pela análise da legislação brasileira e piauiense, a escola primária era destinada a maioria da população do Estado, e para formá-los era necessário difundir alguns saberes elementares e os rudimentos das ciências físicas, naturais e sociais, “enquanto que a escola secundária, atendendo as elites dirigentes das classes média em ascensão permaneceria como guardiã da cultura geral e de caráter humanista” (SOUZA, 2008, p. 12).

Com as primeiras décadas da República, os conteúdos da escola primária foram sendo redefinidos no Brasil em função das novas ideias atribuídas à educação popular. Com isso, novas matérias foram sendo introduzidas a fim de ampliar e modernizar os programas de disciplinas e acompanhar a renovação didático-pedagógica e administrativa que o ensino primário estava passando. Os questionamentos eram inevitáveis com estas novas mudanças, no entanto, para responder eles era necessário examinar a seleção destes conteúdos de ensino e a sua importância e disseminação na educação popular.

As profundas transformações que ocorreram no final do século XIX e no início do século XX no Brasil fizeram com que os conteúdos aplicados nas escolas primárias sofressem profundas transformações. No Piauí não foi diferente, devido aos acontecimentos políticos e sociais do período acompanhados das novas mudanças nos programas do ensino primário do Estado, os conteúdos acabaram sofrendo algumas alterações, devido às mudanças e aos questionamentos sobre o que ensinar ao povo.

Nas discussões acerca das reformas que impulsionaram o ensino primário no Estado, pelos indícios, verificamos que o ensino noturno possuía um programa de disciplina que assemelhava as escolas diurnas primárias. De acordo com o relatório provincial de 1872, as escolas públicas primárias estavam divididas em escolas de instrução elementar de 1º grau e escolas de instrução primária de 2º grau. Os conteúdos aplicados em cada grau variavam, porém fundamentada na formação moral e cívica:

Nas primeiras se ensina a instrução moral e religiosa, leitura e caligrafia, elementos da gramática portuguesa, as quatro operações fundamentais da aritmética e o sistema métrico decimal, e além disso, nas do sexo feminino, trabalhos de agulha. Nas segundas, além das matérias já declaradas, elementos da geografia e história universal, com especialidade a sagrada e a do Brasil, as quatro operações de aritmética sobre números inteiros, quebrados e proporções com aplicação à regra de juros. (PIAUHY, 1872, p. 46).

Os conteúdos das escolas de primeiro grau eram elementares em comparação com os das de segundo grau, sendo que essa divisão não acontecia apenas no Piauí. Em Minas Gerais, em 1872, as matérias eram divididas em duas partes:

A primeira com instrução moral e religiosa; leitura e escrita; noções práticas de gramática portuguesa; princípios elementares de aritmética; e suas operações e noções práticas do sistema métrico. A segunda era composta por elementos de história e geografia do Brasil; desenvolvimento da aritmética e suas aplicações; leitura dos evangelhos e noções de história sagrada; leitura da constituição; noções de geometria; desenho linear; e música (CARVALHO, 2011, p. 217).

Comparando os conteúdos e estruturas das duas províncias, verificamos semelhanças entre os mesmos e algumas diferenças. Contudo, em termos gerais, a estrutura curricular seria a mesma. No currículo, por exemplo, as leis apontavam orientações mínimas no que se refere ao conteúdo do ensino, com programas curriculares diferenciados para meninos e meninas.

Em 1875, a Sociedade Recreio Familiar e Instrutivo de Príncipe Imperial¹⁶ em consonância com a Lei nº 16 de 03 de setembro de 1875 cria nesta vila uma escola noturna. Ela seria frequentada pelos sócios dessa sociedade e após a lei nº 16, foi decretado o regimento para ser aplicado nesta escola. Segundo os relatórios da Instrução Pública de 1875, as matérias ofertadas eram:

Art. 6. As seguintes matérias lecionadas pelos melhores professores desta vila, formão o curso de estudos do ensino noturno;

1. Primeiras letras pelo método misto;
2. Aritmética
3. Gramática portuguesa
4. Francês e conversação
5. Geografia e história

Art. 7. O ensino de Francês e conversação, geografia e história não será feito nas aulas noturnas, os alunos estudarão durante o dia em suas casas e irão dar suas lições nas casas dos professores que estarão prontos para recebê-los das treze a seis horas da tarde. (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1875, p. 01-04).

¹⁶Fundada em 04 de setembro de 1874, a sociedade criou uma escola noturna, devido a grande necessidade que assolava não só o país como também o Estado pela falta destas escolas. Percebemos que a falta de instrução e a criação desta escola seria uma ações importantes não só para sociedade, mas para os sujeitos que a frequentaram. Atualmente, a cidade Príncipe Imperial é conhecida no Piauí como Pedro II, localizada no Centro-Norte do Estado.

Nesta descrição, a escola privilegiava o ensino de primeiras letras através do método misto e buscava enfatizar a matemática e os conhecimentos geográficos e históricos, além do uso de outra língua, neste caso, o Francês. Entretanto, o ensino destas últimas matérias não acontecia no mesmo horário das aulas noturnas, mas sim no horário diurno e nas casas dos professores. Isso mostrava que além do horário que os educandos cumpriam à noite, eles ainda tinham que se organizar para cumprir essas outras disciplinas. Mas será que esses alunos cumpriam com estas obrigações exigidas pela escola? Segundo dados levantados pelo Relatório da Instrução Pública de 1875 cabiam aos professores a função de verificar se os seus alunos estavam cumprindo com os deveres estabelecidos pela escola, caso os mesmos não fizessem os professores “seriam obrigados a escrever nos livros das partes, os resultados de suas aulas, mencionando o nome dos alunos que se distinguirem, assim como também os nomes que deixarem de cumprir os seus deveres” (DIREÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1875, p. 04). Além disso, os professores deveriam fornecer a sociedade um mapa geral comunicando o resultado de todos os exames, nomes dos alunos que se tornarem recomendáveis pela sua conduta e aplicação ou qualquer informação que julgarem convenientes.

Com o decreto nº247, de 19 de abril de 1879, o ensino primário e secundário acaba sendo reformulado novamente, agora com o novo ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho. O decreto adotou o ensino livre, a livre frequência e dividiu o ensino nas escolas primárias em primeiro e segundo grau, com duração de quatro anos. Apresentou outras questões novas como:

Que os alunos acatólicos não eram obrigados a frequentar as aulas de ensino religioso e estabelecia, também, a coeducação dos sexos até a idade de dez anos. O decreto previa ainda a criação de jardins de infância para crianças de três a sete anos de idade, pequenas bibliotecas, museus, entre outras disposições especificam sobre o funcionamento das escolas. Para aumentar a arrecadação de verbas para a educação, instaurou, em cada distrito do município, caixas escolares¹⁷ para receber donativos a serem aplicados na educação. (MACHADO, 2010, p. 172).

Com este decreto, o governo poderia alterar a distribuição das escolas, subvencionar as escolas particulares, contratar professores particulares para lecionar nas escolas primárias e criar escolas noturnas para adultos analfabetos.

¹⁷ Dentre outras, a implantação da caixa escolar se configuraria em mais uma das ações desenvolvidas com o objetivo de organização do ensino público primário, em vias de estatização e de nacionalização de um único modelo, tendência universal, já iniciada nos países da Europa, como Bélgica, Holanda, França, Rússia, e até mesmo as Repúblicas do Chile e da Argentina.

Os conteúdos do ensino primário seguiram os princípios da instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios da aritmética, sistema de pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil, mas com acréscimo de outras matérias como: elementos de desenho linear, rudimentos da música, solfejo e canto, ginástica e costura simples para as meninas. As escolas de ensino de 2º grau seguiam os conteúdos ensinadas nas escolas de 1º grau somadas ao ensino de química, física, álgebra, geometria, princípios e aplicações da indústria, noções de deveres do homem cidadão, organização política, lavoura e horticultura e, para os meninos, economia social e prática manual de ofícios, e para as meninas, trabalhos de agulha e economia doméstica.

Em 1880, no Piauí, era publicado um novo regulamento de nº87, com mudanças no que se refere à administração pública. Posteriormente o regulamento nº 91 de 02 de outubro de 1882 tratava da organização da instrução pública e o de nº 93 de 04 de agosto de 1883 era voltado para aspectos administrativos e pedagógicos.

Desse modo, o Regulamento nº 93 determinava novamente a divisão das escolas em dois graus (1º e 2º grau), sendo que as escolas de 1º grau “ensinarão princípios da moral e da religião, leitura e caligrafia, elementos da gramática portuguesa, as quatro operações aritmética sobre inteiros e decimais e sistema métrico decimal” (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1883, p. 02), nas escolas femininas, trabalhos de agulhas.

As escolas de 2º grau seguiriam com os mesmos conteúdos citados no parágrafo anterior, acrescidos de elementos da geografia e história universal, com especialidades da sagrada e do Brasil, análises gramatical, as quatro operações da aritmética sobre números inteiros, quebrados, proporções com aplicação à regra de juros. A menção ao ensino noturno aparece como parte integrante do ensino primário diurno, o que induz a pensar que seria trabalhado o mesmo conteúdo deles.

Com o advento da República, e as mudanças no regime político brasileiro, o que se esperava era que as iniciativas de reformas atendessem as perspectivas geradas. Algumas iniciativas foram sendo feitas neste primeiro momento, como a criação da Secretaria de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos¹⁸. No Piauí, o Decreto nº 37, baixado em 10 de maio de 1890 pelo governador Dr.

¹⁸ Esta iniciativa aconteceu no governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca, por meio do Decreto nº 346, de 19 de março de 1890, no qual o seu primeiro titular foi Benjamim Constant.

Taumaturgo de Azevedo, volta a persistir nos princípios da obrigatoriedade do ensino primário. A Resolução nº 13 de 1890 estabeleceu um novo Regulamento para a instrução pública, que abrangia o ensino primário e secundário. Porém, em se tratando de ensino noturno, não há menção de conteúdos diferentes das escolas diurnas primárias.

Devido à regulamentação da reforma de 1909, a Diretoria da Instrução Pública no mesmo período realizou uma inspeção na instrução primária. A inspeção aconteceu no dia 27 de julho de 1909 nas escolas públicas primárias da capital, localizadas no perímetro urbano, sendo o inspetor responsável pelas visitas Daniel Paz, que em seu relatório afirma:

O número de matrículas em quase todas as escolas aconteceu de forma satisfatória, em se tratando de frequência, a mesma também se colocava de forma satisfatória, no que se refere ao adiantamento dos alunos, não é satisfatório, reconhece a capacidade dos professores, a disciplina e a ordem em seu trabalho. A condição dos edifícios são confortáveis e higiênicos. A mobília e o material escolar necessitam de substituição. (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1909, p. 01-03).

Como se observou no relato do inspetor de ensino, as escolas que ele visitou apresentaram uma matrícula e frequência de acordo com os mapas que eram emitidos pelos professores, porém notamos que em muitos relatos dos governadores do Estado em se tratando de educação e a suas má condições no período, o mesmo atribuiu essas condições ao descuido dos pais em não matricular seus filhos nas escolas e a falta de capacidade e amor pela profissão dos professores, porém o que percebemos nestas inspeções era que os professores, segundo Daniel da Paz, possuía capacidade, disciplina e ordem em seu trabalho. Nesta inspeção que aconteceu na capital não se observou menção a respeito de visitas do inspetor em escolas públicas primárias noturnas.

Ao longo da Primeira República, cada vez mais os programas do ensino primário determinavam regras para a prática dos professores, explicitando de forma minuciosa a maneira de lecionar. Em 1910, o sistema de ensino delineia uma estrutura de rede oficial, com escolas primárias ainda modestas, porém já definitivamente instaladas. Assim, o Decreto nº 434, de 19 de abril de 1910, expedida pelo Regulamento da Instrução Pública do Estado definiu a nova estrutura

geral do ensino no Estado, dividido em primário¹⁹, secundário²⁰, normal²¹ e profissional²² e estabelecendo os princípios de cada ensino. Preconizava o método intuitivo e prático e assegurava às associações e particulares a liberdade em ministrar o ensino em todos os níveis e ramos, no entanto, sujeitos à fiscalização do Estado no que se refere à moralidade, higiene e para fins estatísticos. Contudo, pelos indícios, os conteúdos aplicados nas escolas noturnas continuavam seguindo os das escolas diurnas.

O Regulamento de 1910 torna-se um documento da mais alta relevância para o Piauí, tendo sua vigência se estendido até 1933, com algumas modificações da estrutura do ensino mantido pelo estado (BRITO 1996, p. 46). Além dessa importância educacional, a reforma se insere num contexto histórico, econômico, social e político que clamava por mudanças.

Historicamente, a reforma situa-se no período da 1ª República, sendo estabelecida na 2ª década do regime republicano, quando ainda o país procurava adaptar-se ao novo regime. Os intelectuais brasileiros, que orientavam o processo, viam na educação a solução para os problemas sociais do país, atribuídos aos elevados contingentes de analfabetos que as estatísticas registravam aproximadamente 80%. (BRITO, 1996, p. 46).

O programa de ensino era organizado e detalhado, a divisão de cada um dos anos do curso e os limites de ensino de cada uma delas, assim os conteúdos das escolas primárias correspondia a: “Leitura, gramática, escrita, caligrafia, aritmética, geometria, geografia geral e do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, música, desenho, ginástica, exercícios militares e trabalhos manuais” (PIAUI, 1910, p. 125).

A duração do curso nas escolas públicas do Estado seria de quatro anos, sendo que três de ensino elementar e um de complementar. Como se pode observar, um currículo complexo para ser ministrado num curto período de quatro anos para crianças do sexo masculino de 07 aos 14 anos e de 12 anos para o sexo feminino.

¹⁹Ensino primário- divide em particular e público, podendo ser ministrado pelo estado, municipalidades e por professores particulares e associações.

²⁰ Ensino secundário- será dado no Lyceu Piauiense e tem por finalidade proporcionar a cultura intelectual.

²¹ Ensino Normal- será dado na Escola Normal da capital, destinada exclusivamente para o sexo feminino, podendo mais tarde, serem instituídas outras para o mesmo sexo ou não, onde achar conveniente.

²²Ensino profissional- será dado como complemento do ensino primário e tem por finalidade preparar os alunos para o melhor desempenho dos ofícios práticos apropriados para cada sexo.

Com relação ao ensino noturno, o decreto determina a criação destes cursos primários noturnos conforme a ação do governo, no entanto, a sua existência aconteceria em locais onde estivesse uma população escolar de 40 alunos, sendo destinados ao público adulto. Estas escolas seriam sempre isoladas, porém, elas poderiam ser mantidas pelo governo ou mediante subvenção de particulares e associações, ou ainda, por ações de professores primários.

Os regulamentos de 1931 e 1933 descrevem que o ensino primário diurno e noturno deveria “adotar as conquistas positivas, da escola nova: lições variadas, concisas, vividas ao alcance da mentalidade infantil, deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir conhecimentos por si, reservado ao professor o papel de guia esclarecido” (PIAUI, 1933, p. 42). Assim, a intenção dos regulamentos era para participação dos educandos e economicamente produtiva na vida social.

O tempo escolar e o que seria aplicado a esses alunos das escolas noturnas é algo a se pensar e especificamente a analisar, pois em outros locais do país em que estavam sendo implantadas estas escolas, o conteúdo aplicado seria diferente das escolas primárias diurnas.

4.2 A organização do tempo escolar no ensino primário do Piauí

Em se tratando de tempo escolar, o que seria este tempo da escola primária noturna? Sem dúvida os tempos escolares são “múltiplos e, tanto quanto à ordenação do espaço, fazem parte da ordem social e escolar” (FARIA FILHO, 2014, p. 102). O Intuito de delimitar o tempo da instrução previa uma distribuição anual, mensal, semanal e diária do tempo das aulas dos grupos escolares, já nas escolas isoladas era determinada apenas a sequência das disciplinas a serem seguidas.

No caso das escolas primárias noturnas em 1910, o curso seria dado em apenas uma sessão, iniciada às 18:00 e finalizada às 21:00 horas. Já nas escolas primárias diurnas a duração do curso era de quatro horas, sendo que as escolas de apenas um sexo, o funcionamento delas só acontecia no período da manhã de 07 às 11 horas. No que se referem às escolas mistas, os turnos seriam pela manhã e tarde, porém com diferença nos sexos, sendo pela manhã, a instrução feminina e a tarde destinada ao masculino. (PIAUI, 1910, p. 133)

A organização do horário era estabelecida pelo Diretor Geral da Instrução, porém a definição do horário só era instituída para as escolas primárias diurnas, enquanto para as noturnas, essa organização não era mencionada no decreto.

Com as mudanças geradas pelo novo regime político e pelas ideias iluministas propendidas no final do século XIX, o contexto social também sofria alterações resultantes do surgimento das massas populares na política, assim, a classe proletária começava a ter representatividade. No Piauí, nota-se a organização dos centros proletários e associações de trabalhadores.

Nessa organização da classe trabalhadora, o Centro Proletário se destaca na criação da escola noturna “14 de julho”, que tinha seu regulamento para as escolas de instrução primária. O Centro Proletário de acordo com seu programa beneficente oferecia ensino primário leigo e gratuito diurno e noturno para os sócios e familiares. As escolas seriam mistas ou distintas para cada sexo, sendo dividida em três graus, com seus respectivos conteúdos.

1º Grau

Lições de coisas, com observação espontânea

Leitura; ensino proporcionado ao desenvolvimento do aluno.

Exercícios de análise sobre pequenos trechos, lidos de modo a poder o aluno compreender e ficar conhecendo a construção de frases e sentenças, sem decorar regras gramaticais.

Escrita graduada até aplicação das regras da ortografia

Aritmética elementar, quatro operações fundamentais, frações ordinárias e decimais, regra de três simples

Ensino prático do sistema de pesos e medidas

Desenho de mão livre

Noções de geografia geral e física

2º Grau

Continuação de lições de coisas

Leitura de autores nacionais e manejo dos dicionários

Escrita com atenção as regras da ortografia e exercícios caligráficos

Continuação do estudo de aritmética, regra de três composta, extração de raízes, divisão em partes proporcionais, aplicação de problemas a vida comum, regras sobre conversão de moedas sobre cambio.

Gramática elementar da língua nacional

Continuação de estudos sobre geografia física ,

Desenho linear, incluídos elementos de projeção geométrica, e desenho topográfico elementar

Exercícios de composição
3º Grau

Leitura de autores clássicos nacionais com análise para conhecimento de sintaxe.

Gramática da língua nacional.

Desenho com aplicação às artes

Geografia física e descritiva

Noções elementares práticas da história natural

Cosmografia

História do Brasil, especialmente a do Piauí, leitura explicativa da constituição da República e a do Estado e dos códigos civil e penal brasileiro

Exercícios de declamação e estilo.

(PIAUÍ, A Instrução no Centro Proletário, 1909, p. 08-09)

As escolas primárias diurnas em 1910 seguiriam os seguintes conteúdos “Leitura, gramática, escrita, caligrafia, aritmética, geometria, geografia geral, geografia do Brasil e cosmografia, história do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, música, desenho, ginástica, exercício militares e trabalhos manuais” (PIAUÍ, Decreto nº 434, 1910, p. 125).

Como percebemos, a base dos conteúdos seria o mesmo para ambos os turnos, o que ia diferenciar uma da outra seria a divisão dos conteúdos para cada um dos anos do curso e o limite do ensino para cada um deles. (PIAUÍ, Decreto. Nº 434 , 1910, p. 125)

Além dos conteúdos mencionados acima, em todos os graus seriam ensinados educação moral e cívica e exercícios físicos. O conteúdo das escolas femininas seria acrescido, divididas por graus, do seguinte: no “1º grau – costura simples, no 2º- costura, crochê, cortes sobre moldes, labores mais comuns e economia doméstica, no 3º- costura, corte e levantamento de moldes , trabalhos diversos de agulha, bordados úteis e economia doméstica” (PIAUÍ, A Instrução no Centro Proletário, 1909, p. 09-10).

As escolas noturnas seguiam conteúdos semelhantes aos das escolas diurnas, o que diferenciava era o tempo destinado a ministração dos conteúdos aos alunos. Além disso, os conteúdos da escola 14 de julho eram bastante semelhantes ao das escolas noturnas mineiras. Os conteúdos presentes contemplavam “Leitura 1ª e 2ª classe, Aritmética, Língua Pátria, Geometria, desenho e Geografia” (NOGUEIRA, 2012, p. 120). Assim, percebemos semelhanças dos conteúdos com os que estavam sendo aplicados na escola 14 de julho.

A preocupação com o tempo e a sua utilização era presente neste processo modernizador, e as escolas tentavam acompanhar essa nova representação da cultura escolar. Na escola do Centro Proletário, o horário e a duração das aulas seriam marcados semestralmente pelo Conselho de Instrução. O culto a pátria e o canto do hino eram ações presentes no início e no término de cada aula.

Outro aspecto que marca o cenário educacional do Estado são os conteúdos do ensino primário, pois por meio da diretoria geral da instrução pública em consonância com as leis que regiam a instrução primária, eram encaminhados às escolas, os livros adotados em cada ano do ensino primário e o que deveria ser ensinado aos alunos. Com relação ao Ensino primário Noturno nas fontes analisadas, não foi possível identificar nenhuma orientação diferente para este ensino, assim há um indicio de que seguiram as do ensino primário diurno.

Com as novas reformas educacionais, o Estado apresentou uma nova grade curricular nas escolas primárias, sendo que 1920, os conteúdos permaneciam os mesmos da reforma de 1910.

Com o Decreto 1301 de 14 de setembro de 1931, as escolas noturnas ainda estavam situadas nas escolas isoladas, que além deste turno, oferecia escolas também no turno diurno. A duração do curso seria de três anos e nos locais em que fossem criados grupos escolares, as escolas isoladas iriam desaparecer. O curso primário devia seguir os seguintes conteúdos:

- a) Literária : leitura e escrita; língua materna.
- b) Cívica; história, noções de educação moral e cívica; geografia.
- c) Social: línguas; urbanidade.
- d) Científica: matemática; rudimentos de ciência física e naturais; noções de cosmografia.
- e) Artística: canto e música; desenho; caligrafia.
- f) Biológica : noções de higiene; ginástica.
- g) Prática: lições de coisas; rudimentos de agricultura e pecuária;
- h) Manual: trabalhos

As matérias a distribuir nos cursos de escolas isoladas e reunidas serão:

- a) Leitura e escrita; língua materna.
- b) História sumária do Piauí e do Brasil; noções de geografia ;
- c) Aritmética e calculo; noções de geometria;
- d) Noções de higiene e urbanidade, ginástica.
- e) Canto; desenho ; caligrafia
- f) Lições de coisas; noções de agricultura e pecuária.
- g) Trabalhos manuais

(PIAUHY, 1931, p. 51)

O decreto só entrou em vigor em 01 de janeiro de 1932 e nele foi encarado o problema de ensino como um problema de conjunto, em que “fixaram normas à prática da política educacional piauiense de acordo com as novas necessidades, recursos e condições” (DIÁRIO OFICIAL, 1932, nº 56, p. 01).

O ensino primário, em qualquer turno, deveria, sobretudo ser educativo, prático e concreto, além disso, se esperava que o ensino primário adotasse as novas conquistas positivas da escola nova, sendo que a divisão dos conteúdos visava a formação do homem civilizado. A formação do sentimento cívico seria feita por meio do estudo da organização política do Brasil e do Piauí. A adoção dos livros para a instrução Primária seria resolvida conforme a aprovação do Conselho Superior de Ensino. O conselho determinou a adoção dos seguintes livros divididos por ano, sendo que:

1º ano- cartilha Analítica de Arnaldo Barreto; Cartilha Proença de Antônio Firmino Proença; Sei Ler, (leituras intermediárias) de Teodoro de Moraes da série Cesário Mota; Corações de Crianças 1º livro, de Rita M. Barreto.

2 ano- Sei LER (1 livro) de Teodoro de Moraes; Corações de crianças 2º livro de Rita M. Barreto; Cartilha de Higiene de Almeida Junior

3º ano- Sei Ler (2º livro) de Teodoro de Moraes; João Pergunta de Newton Craveiro; Corações de Crianças (3º livro) de Rita M. Barreto; Nossa Pátria de Rocha Pombo; Cartilha de Higiene de Almeida Junior.

4º ano- Trabalho de Tales de Andrade; Corações de Crianças (4º livro) de Rita M. Barreto; João Pergunta de Newton Craveiro; Saudades de Tales de Andrade; Cartilha de Higiene de Almeida Junior.

Secretária do Conselho Superior de Ensino em Teresina, 15 de fevereiro de 1932.

O Secretário Moacyr Piauiense de Carvalho
(DIÁRIO OFICIAL DO PIAUÍ, 1932, p. 02).

Esses livros não eram adotados apenas no Piauí, outros estados também utilizavam algumas dessas obras em suas escolas primárias. Segundo Paiva, na Paraíba, algumas destas cartilhas adotadas no Piauí também eram aplicadas no Estado, sendo que no caso da Cartilha Analítica, por exemplo, “marcou a ascensão do método analítico, baseado na apresentação dos conteúdos partindo do todo para as partes, do geral para o específico”(2010, p. 98). Não se pode esquecer também que para os republicanos, o interesse em alfabetizar estava relacionado na ideia de formar o cidadão nos preceitos da cidadania e do civismo.

Com o Regulamento de 1933, o ensino primário continua sendo o centro das atenções, pois atribuía a este ensino o preparo eficiente do educando, capacitando-o para participar da vida social. O Decreto nº 1438 de 31 de janeiro de 1933 revê e altera o Regulamento Geral do Ensino.

No caso das escolas noturnas, nesta nova reforma as escolas isoladas desaparecem e surgem as escolas singulares²³, que, neste caso, seguem com as mesmas particularidades das escolas isoladas, ou seja, podem ser mistas ou para cada sexo, diurnas e noturnas. A duração destas escolas era de 03 anos, e como na reforma anterior, em lugares em que fossem criados grupos escolares, as escolas singulares deviam desaparecer. Os cursos populares noturnos teriam a duração de 02 anos, destinados à educação de adultos para ambos os sexos. Sendo que o 1º ano voltado para a alfabetização e o aprendizado dos cálculos aritméticos e o 2º ano para o estudo da Linguagem, Geografia e História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais.

Já nas escolas primárias diurnas o conteúdo seria:

- a) Literária : leitura e escrita; língua materna.
- b) Cívica; história, noções de educação moral e cívica; geografia.
- c) Social: línguas; urbanidade.
- d) Científica: matemática; rudimentos de ciência física e naturais; noções de cosmografia.
- e) Artística: canto e música; desenho; caligrafia.
- f) Biológica : noções de higiene; ginástica.
- g) Prática: lições de coisas; rudimentos de agricultura e pecuária;
- h) Manual: trabalhos

As matérias a distribuir nos cursos de escolas isoladas e reunidas serão:

- i) Leitura e escrita; língua materna.
 - j) História sumária do Piauí e do Brasil; noções de geografia ;
 - k) Aritmética e calculo; noções de geometria;
 - l) Noções de higiene e urbanidade, ginástica.
 - m) Canto; desenho ; caligrafia
 - n) Lições de coisas; noções de agricultura e pecuária.
 - o) Trabalhos manuais
- (PIAUHY, 1933, p. 43)

A partir destas informações, podemos afirmar que a rotina e o cotidiano das aulas noturnas pouco diferenciavam das aulas diurnas no que se refere aos conteúdos às matérias, o modo de avaliar e as preocupações com o comportamento dos alunos, porém, por outro lado possuem também suas peculiaridades: Assim, sobre o tempo:

Um tempo de duração das aulas menor; um horário diferenciado; Cada uma dessas diferenças constituiu-se em determinadas práticas que ajudam a compreender algumas características da instrução dos adultos trabalhadores naquele período. O tempo de duração das aulas, três horas na escola noturna contra as quatro horas e meia praticadas nas escolas diurnas, indica que os alunos dispunham de pouco tempo para serem

²³ São escolas de um só professor, multigraduadas e que só poderiam ser instaladas em comunidades que oferecessem no mínimo de 30 crianças em idade escolar.

instruídos, pois ao contrário das crianças, já estavam inseridos no cotidiano do mundo do trabalho. (ANJOS 2010, p. 07)

Contudo, todas estas propostas inovadoras não transformaram radicalmente o dia-a-dia das escolas, como almejavam os reformadores do ensino público, pois “as inovações foram experimentadas em várias escolas e por inúmeros professores, mas acabaram se constituindo em mais um repertório de atividades enriquecedoras” (SOUZA, 2008, p. 81).

Assim, os programas de ensino primário foram se aperfeiçoando a fim de atender e racionalizar a atividade educativa, por isso, a indicação pelo conteúdo e o método de ensino desenvolvido de cada conteúdo. Verificamos também que os conteúdos ofertados pelo ensino primário diurno ao longo dos anos permaneceram presente nas escolas primárias noturnas. Isso nos levou a inferir que não havia um programa específico para este tipo de escola, o que a diferenciava seria o tempo e a duração das aulas.

4.3. Os sujeitos das escolas primárias noturnas: alunos e professores

Conforme já visto neste trabalho, as escolas primárias noturnas foram criadas como forma de atender a um público que não se encaixava na obrigatoriedade escolar, que tinha como público alvo crianças na faixa etária de 07 aos 14 anos. Assim, os sujeitos que não se enquadravam nesta faixa etária escolar acabavam tendo dificuldades, além daquelas já encontradas nas escolas primárias do Piauí.

Diante desta situação e atreladas a outras já mencionadas, o Estado acabou implantando as escolas noturnas no Piauí, porém com algumas restrições para público e acesso. Assim, a primeira Resolução do Estado em que aparece a menção sobre a implantação da escola noturna é a Resolução nº 753 de 1871. Nesta resolução o Estado apresenta as condições para se ingressar na escola e a faixa etária do aluno noturno. Segundo a Resolução nº 753, de 29 de agosto de 1871, “Art. 17. Nesta escola só serão admitidos alunos maiores de quatorze anos, que não frequentarem aulas diurnas”. (JORNAL O PIAUHY, 1871, p. 01).

A criação destas escolas era uma necessidade para a província, porém a implantação só aconteceria nos maiores centros populacionais. Assim, a insuficiência das escolas públicas primárias era destaque nos relatórios provinciais,

mas com as reformas e o impulso de idealizadores e de outras províncias implantando estas escolas, o Estado acabou criando escolas noturnas, principalmente para as classes menos abastadas e trabalhadoras, que não tinham acesso ao ensino diurno: “é, pois de supor que exista um prodigioso número de artistas, que de boa vontade frequentarão durante a noite as escolas de instrução primária” (JORNAL O PIAUHY, 1871, p. 43).

A ida desses sujeitos a estas escolas não era por obrigação, já que não havia nenhuma lei em que obrigasse essa faixa etária dos alunos noturnos, aqueles que estavam nestas escolas estavam por vontade própria e com o intuito de obter as primeiras noções de leitura, escrita e de cálculo.

No primeiro momento, sua criação aconteceu na capital e posteriormente elas foram se estendendo a outras localidades no Piauí. Em menos de um mês, no dia 07 de outubro, foram criadas mais três escolas, Amarante, Oeiras e Parnaíba, o motivo da implantação destas escolas nestes lugares era a demanda de sujeitos para frequentá-las. Após um mês de implantadas estas três escolas, Piracuruca e Pedro II, acabaram recebendo estes cursos, por intermédio da portaria de 25 de novembro de 1871. (PIAUHY, 1871, p.03).

Em 1872, a quantidade de alunos nas quatro escolas noturnas era de 90 alunos, porém, a escola de Amarante ainda não havia sido aberta até o momento da divulgação dos dados no relatório da instrução pública em 12 de junho de 1872, e a escola de Pedro II, o professor acabou não remetendo o mapa de matrículas. Vejamos na tabela 14, a estruturação do ensino primário noturno no Piauí em 1872.

Tabela 14: Escolas primárias noturnas no Piauí-1872

Localidades	Nº de alunos	Observações
Teresina	37	
Oeiras	14	
Amarante	—	Não foi ainda aberta
Parnaíba	20	
Piracuruca	19	
Pedro Segundo	—	O professor ainda não mandou o mapa da matrícula
Total	90	

Fonte: PIAUHY, 1872, p. 05.

Embora não tenhamos encontrado dados específicos sobre essas escolas, os relatórios provinciais de 1872 apontava que a maioria dos alunos localiza-se na capital do Estado, sendo a admissão destes alunos por meio da resolução que expediu a criação destas escolas, destinada aos sujeitos que tivessem na faixa etária de 14 anos. Estas escolas deveriam ser abertas para um sexo, no caso, o masculino e conseqüentemente, os professores também seguiam a mesma regra.

Neste mesmo período as escolas primárias diurnas de ensino primário, situadas nas mesmas localidades das escolas primárias noturnas, apresentavam a quantidade de alunos maior que as noturnas, o que mostra que o ensino noturno ainda não estava sendo frequentado pelo público para o qual era destinado. A tabela 15 apresenta uma visão das escolas primárias diurnas situadas nas mesmas localidades das escolas noturnas.

Tabela 15: Escolas primárias diurnas- 1872

Localidades	Nº de alunos	Observações
Teresina	96	
Oeiras	49	
Amarante	-----	Não foi remetido o mapa
Parnaíba	60	
Piracuruca	71	
Pedro Segundo	38	

Fonte: PIAUHY, 1872, p. 01.

Como se observou na tabela 15, o número de alunos das escolas diurnas (314) era bem maior que as escolas noturnas (90), independente da sua localização, o índice de matrícula era superior.

Costa (2011, P. 03) afirma que estas escolas que foram sendo criadas nas províncias brasileiras eram destinadas a “esses infelizes, desafortunados da sorte, e que com o ingresso nestas escolas, pudessem receber a instrução necessária, mesmo que a custa de suas poucas horas de descanso”, ou seja, a criação destas escolas tinha um objetivo, neste caso e no momento em que foram implantadas, a intenção era instruir esses adultos e jovens trabalhadores com um ensino necessário para se “libertar das trevas da ignorância”, mas a continuidade dos estudos, não era um interesse respaldado por aqueles que criaram estas escolas.

Porém a sua conservação dependia da frequência destes alunos nas escolas, caso isso não acontecesse o seu fechamento ocorria. Em 1873, ocorreu o fechamento de algumas escolas noturnas devido à falta de alunos para frequentá-

las. As escolas noturnas acabaram não sendo privilegiadas nas reformas educacionais posteriores, o que se observou foi uma ausência nos relatórios da província e nos relatos da diretoria da instrução pública do tema. O que se notava era ações de particulares ou subvenções do estado para manter algumas escolas na região.

Em 1880, nota-se em anexo do relatório do presidente da província Sinval Odorico de Moura, uma referência ao ensino noturno na capital Teresina, e neste caso, a escola contava com 56 alunos, todos do sexo masculino. Na tabela 16 e gráficos 7 e 8, poderemos observar não só a faixa etária dos sujeitos da escola, mas também quais eram as profissões dos alunos do ensino noturno na capital, a naturalidade dos mesmos, o estado civil, no qual se observará a presença mais de solteiros do que casados e quem realizavam a matrícula destes alunos.

Tabela 16: Relação das idades dos alunos matriculados no curso noturno masculino da capital- 1880

Idade	Número de alunos
12	2
14	10
15	4
16	12
17	1
18	2
19	3
20	3
21	2
22	4
23	1
24	2
25	1
26	2
28	2
29	1
32	1
33	1
35	1
36	1
Total	56

Fonte: PIAUHY, 1880, anexo II.

Assim, a despeito da definição de um recorte etário inicial nestas escolas, os mapas de matrícula e a composição etária destas aulas nos mostram que numa mesma aula, havia o convívio entre as diferentes idades. Assim, como se pode ver, a faixa etária destes alunos variava entre 12 a 36 anos, sendo que o público jovem é

aquele com o maior número de matriculados, o que nos mostra que as escolas noturnas estavam sendo frequentadas por alunos jovens e adultos, sendo que não havia uma definição da faixa etária como acontecia no início da sua criação em 1871, onde o critério para se ingressar nestes cursos seria ter uma idade mínima de 14 anos. O que se observou foi à presença de alunos com a idade de 12 anos que por estarem trabalhando no período diurno acabavam se matriculando nas escolas noturnas. O critério relaciona-se com o trabalho, ou seja, que o aluno estivesse trabalhando no horário diurno e por isso impedido de frequentar a escola.

Em se tratando desta questão e das mudanças que vinha acontecendo não só no Brasil, mas também no Piauí, devido às transformações econômicas, o critério estabelecido para o ingresso dos alunos nestas escolas seria “ser trabalhador”, por isso, iremos notar, uma variedade de profissões dos sujeitos dos cursos noturnos da capital em 1880, conforme podemos observar no gráfico 7:

Gráfico 7 :Profissões dos alunos da escola primária noturna de Teresina 1880



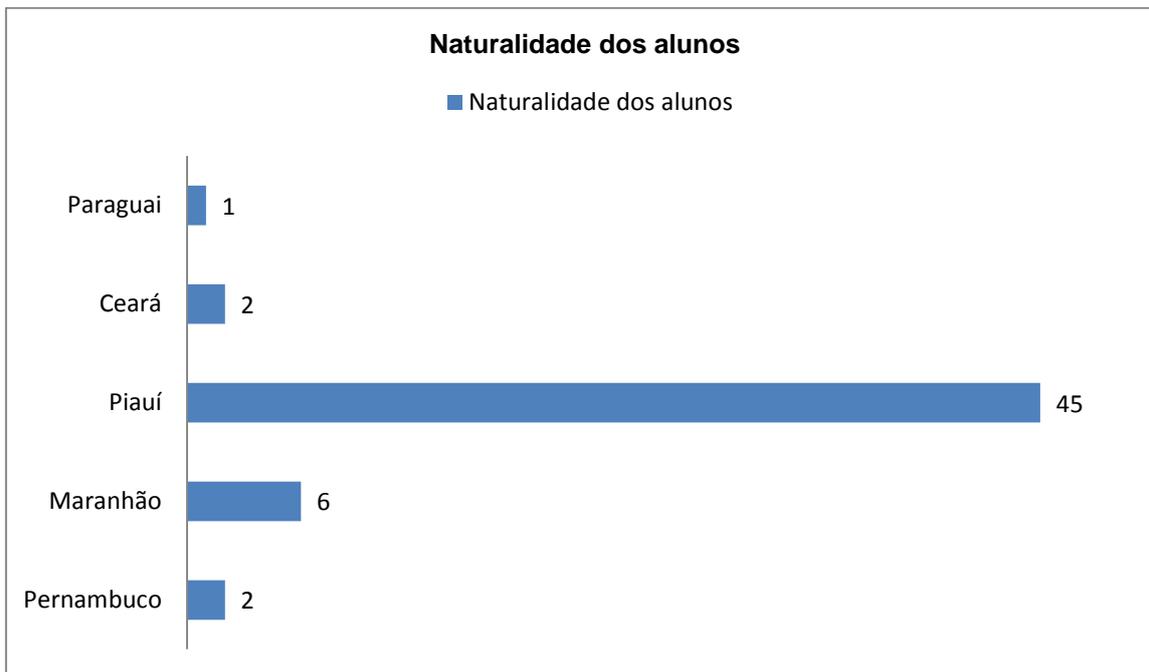
Fonte: PIAUHY, 1880, anexo II.

O gráfico 7 mostrou a variedade nas profissões destes alunos, que buscavam no ensino noturno a oportunidade de desvelar o universo do mundo letrado, sendo que as profissões que acompanhavam esses alunos eram da classe

pobre. Além disso, a maioria dos alunos era analfabeto ou semianalfabeto, e como a característica destas escolas era atender aquela parcela da população que não podia frequentar os cursos diurnos, o público que estava ingressando nas escolas, condizia com a proposta idealizada pela legislação. Essa pluralidade nas profissões exercidas pelos alunos das escolas noturnas não era uma exceção do Estado, em Lapa no Paraná, Anjos (2010) mostra também essa variedade nas profissões dos sujeitos dos cursos noturnos, no qual apresenta que:

A Escola Noturna Municipal desta Cidade da qual sou professor é atualmente frequentada por 42 alunos, sua matrícula, porém, consta de 53 dos mesmos dos quais são livres 37, escravos 11 e ingênuos 5. Quanto às suas profissões são carpinteiros 8, sapateiros 11, alfaiates 3, pedreiro 1, pintores 3, ferreiro 1, carnicheiro 1 e jornaleiros 2, o excedente não tem profissão. (ANJOS, 2010, p. 11)

Isso é indício de que nas escolas noturnas os alunos em sua maioria tinham alguma ocupação profissional. Ananias (2000, p. 07) afirma que em Campinas, para que os alunos pudessem ter acesso às aulas, os mesmos deveriam “comprovar uma ocupação profissional. Essa exigência demonstra a preocupação que havia em ensinar os já alocados no mercado de trabalho”. Isso nos mostra a relação das profissões com o acesso ao ensino noturno. Outro fator que deve ser ressaltado é a naturalidade destes alunos, observando-se à presença também, de outros estados e países na escola noturna de Teresina em 1880, conforme gráfico 8.

Gráfico 8: Naturalidade dos alunos da escolar noturna de Teresina em 1880

Fonte: PIAUHY, 1880, anexo II.

Neste caso, em relação à naturalidade, é visível que a maioria destes alunos seria do próprio estado, mas, percebemos a presença de alunos do estado do Maranhão, como também sujeitos oriundos do Ceará e de Pernambuco. Em se tratando de quem realizava as matrículas destes alunos, o que se observamos foi que o relatório aponta que a maioria eram os pais que concretizava a ação, com exceções de algumas mães que executavam este papel, para os alunos que tinham a faixa etária correspondente a 12 anos. Um dos alunos destas escolas noturnas, a mãe era uma escrava. Em 1896, os relatos da instrução pública confirmam a intenção dos cursos noturnos atrelados ao sufrágio universal e voltados aos trabalhadores. Segundo o relato:

Me pause de grande utilidade a criação de cursos noturnos na capital, destinado aos artistas e aos seus filhos , que passam o dia ocupados no trabalho e não tem tempo de procurar a escola durante o dia.

Hoje que o sufrágio eleitoral exige como principal requisito saber ler e escrever acha que o Estado tem a necessidade de facilitar aos seus concidadãos os meios de obtê-los. Se não for a sabia disposição legislativa que fez reverter o estado à instituição confiada as municipalidades não vos poderia apresentar esta estatística escolar, visto como a autonomia municipal interpretada entre nós não se julgaria obrigada a custear senão os respectivos conselhos. (PIAUHY, Instrução Pública, 1896, p. 02).

Com as novas reformas na Primeira República no Piauí, os cursos noturnos acabam sendo mencionados nas respectivas leis de 1910, 1931 e 1933, sendo que a estipulação de faixa etária para compor estas escolas acaba desaparecendo e sendo apresentada como requisito, que sejam trabalhadores, porém a instalação destas escolas só aconteceria com uma população escolar de 40 alunos, caso isso não acontecesse a criação era suspensa. Como acontecia no final do século XIX, as escolas noturnas também eram oriundas de ações de particulares e de associações.

Em 1907, a escola 14 de julho ministrava ensino noturno em seu estabelecimento. Esta escola era destinada aos trabalhadores, porém funcionava em dois turnos, diurno e noturno, mas o que observamos foi que a maioria dos alunos matriculados estudava à noite, com exceções de alguns alunos que estudavam pela manhã, e em alguns casos, nos dois turnos. O que se percebeu foi a variedade na faixa etária destes alunos, tendo alunos de 09 anos frequentando as escolas noturnas, o que nos mostra que o público na primeira república acaba se alterando. Desse modo, no final do século XIX eram apenas jovens e adultos e, neste momento, encontram-se crianças trabalhadoras nestes ambientes escolares.

Essa mudança do público das escolas primárias noturnas estava atrelada a concepção de infância que acabou sendo alterada no Estado, e em especial na Capital no começo do século XX. E por meio desta nova mudança, o universo da criança passou a ser compreendido de outra forma, conforme a realidade destas crianças. Segundo Castelo Branco:

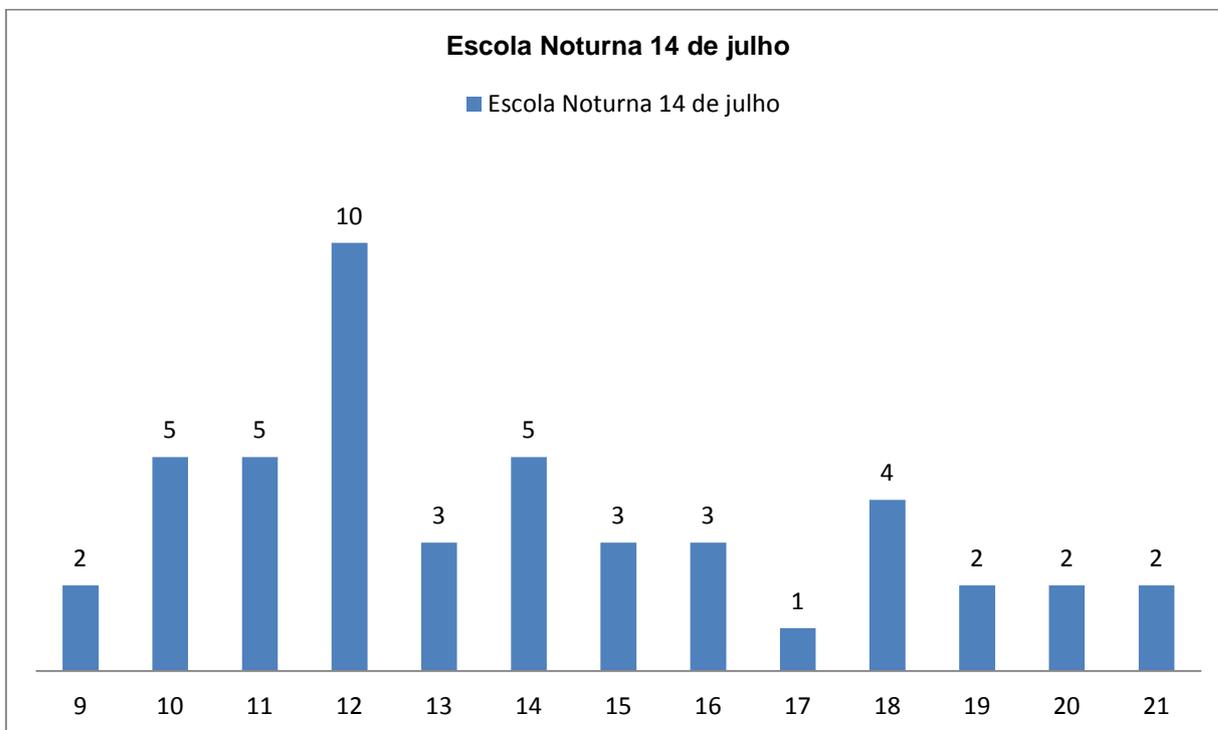
As crianças, neste período, viviam vinculadas ao meio rural ou ao mundo das pequenas cidades e de suas sociabilidades. A ausência das condições médico-sanitárias apropriadas tinha como consequência uma maior insegurança quanto à sobrevivência infantil. Deste modo, as crianças só ganham maior visibilidade, quando percebidas como continuadoras da linhagem, do nome familiar. Não havia a percepção da infância como fase da espécie humana, as crianças não eram percebidas como seres frágeis, em formação, carentes de cuidados e atenções especiais. Não havia instituições que se voltassem exclusivamente para atendê-las e educá-las, aos sete ou oito anos, estando a maior parte delas, nessa idade, já engajada no mundo do trabalho, dividindo espaço com os adultos para aprender algum ofício. (CASTELO BRANCO, 2008, p. 58-59)

Deste modo, as crianças que frequentam estas escolas noturnas acabavam vivenciando esta nova realidade, no qual, além de dividirem o mesmo espaço de trabalho, acabavam dividindo a mesma escola com os jovens e adultos trabalhadores. Peres (2002, p. 113) afirma que os cursos noturnos foram projetados

para abarcar trabalhadores, e era com essa condição de trabalhadores “que crianças do sexo masculino podiam frequentar as aulas, já que o trabalho infanto-juvenil era uma realidade em Pelotas”. Neste caso, elas eram tratadas como trabalhadoras e não como crianças. Além disso, acrescenta que “era também relativamente comum que, neste período, crianças trabalhassem apenas em troca de moradia e comida, principalmente em serviços domésticos”. (PERES, 2002, p. 113)

Na escola 14 de julho, essa heterogeneidade de público também afetava a frequência destes alunos. Isso pode ser observado nos mapas de frequência dos alunos. Como era uma escola voltada para os sócios deste centro, os alunos tinham que seguir o regimento adotado por esta escola, observamos também que o público ainda permanecia sendo do sexo masculino. Vejamos a distribuição etária desta escola no ano de 1907; no gráfico 9:

Gráfico 9: Faixa etária e a quantidade de alunos da escola noturna 14 de julho-1907



Fonte: Centro Operário, 1907, anexo²⁴

²⁴ Faixa etária: 9 anos- 2 alunos; 10 anos- 5 alunos; 11 anos- 5 alunos; 12 anos- 10 alunos; 13 anos- 3 alunos; 14 anos- 5 alunos; 15 anos- 3 alunos; 16 anos- 3 alunos; 17 anos- 1 aluno; 18 anos- 4 alunos; 19 anos- 2 alunos; 20 anos- 2 alunos; 21 alunos- 2 alunos.

A maioria dos alunos se encontra na faixa etária dos 12 anos de idade, sendo que o público desta escola era exatamente crianças e jovens trabalhadoras. A frequência destes alunos variava conforme a idade, sendo que havia alguns alunos que se matriculavam nas escolas, porém a frequência dos mesmos era zero, conforme a tabela 17:

Tabela 17: Frequência dos alunos da escola 14 de julho em 1907

IDADE	DIAS DE FREQUÊNCIA
9	32
9	22
10	23
10	16
10	43
10	26
10	15
10	103
11	57
11	30
11	36
11	0
11	0
12	2
12	6
12	0
12	13
12	0
12	25
12	0
12	9
12	0
12	19
12	0
13	16
13	27
13	41
14	39
14	0
14	4
14	17
14	0
14	32

15	21
15	9
16	60
16	8
17	65
18	47
18	37
18	1
18	63
19	23
19	31
20	20
20	47
21	1
22	9

Fonte: Centro Proletário, 1907, anexo.

Como observamos na tabela 17, os alunos que mais frequentavam as aulas da escola 14 de julho eram os alunos com idade de 10 e 18 anos. A faixa etária exigida pelo Regimento do Centro era superior a dez anos. Contudo, foi observado na tabela 17, alunos com idade inferior a 10 anos. Isso nos mostra que a escola estava contrariando o parágrafo único do artigo 13.²⁵ Além disso, alguns alunos acabavam se matriculando e não frequentando as aulas noturnas. A faixa etária em que mais ocorria esse problema era a faixa etária dos 11 e de 12 anos.

Com as reformas que foram sendo idealizadas nos anos de 1921, 1931 e 1933, o perfil dos alunos nestas escolas acaba sendo alterado. Embora a legislação indique que as escolas seriam para ambos os sexos, o que se observamos foi a presença dos alunos do sexo masculino. Além disso, o perfil dos alunos das escolas noturnas vem sendo alterado conforme a mudança do sistema econômico e social do país. Assim o sujeito trabalhador atendido por essas escolas, além de jovens e adultos trabalhadores, engloba as crianças. Assim, a legislação era fator de importância como indicio da regularização almejada do perfil dos alunos destas escolas, e esta situação não era diferente em outros estados.

²⁵ Também não serão admitidos nas escolas diurnas alunos menores de 5 anos, nem maiores de 15 anos e nas escolas noturnas os menores de 10 anos. Os dois alunos que apareceram na tabela 17 com idade de 9 anos, são alunos que frequentavam as escolas no período diurno e noturno.

No Amazonas (1932), os cursos noturnos, obrigava todas as firmas, indústrias e proprietários de castanhas e seringais, desde que empreguem mais de 80 homens, a manterem cursos para maiores de 15 anos, sob pena de multa. As legislações do Maranhão (1932), do Piauí e de Sergipe dispõem de escolas noturnas. O mesmo se dá na Paraíba em que pessoas de 16 anos poderiam receber ensino noturno: no mesmo estado, dispõe-se sobre a possibilidade de as escolas complementares do interior manter cursos comerciais, de funcionamento noturno. Em Pernambuco, desde 1928, estabelecia-se que, para os adultos, a quem as dificuldades da vida não proporcionassem ensejo de aprender, as noções indispensáveis ao exercício de suas profissões seriam dadas em cursos noturnos. (BEISIEGEL, 1974, p. 66).

Os sujeitos das escolas noturnas como percebido na legislação piauiense era, especialmente de trabalhadores jovens e adultos, embora houvesse a presença de crianças como em outras localidades do Brasil. Por exemplo, também, em Minas Gerais:

As escolas mineiras eram frequentadas por crianças, jovens e adultos trabalhadores, de ambos os sexos, pertencentes à camada popular, cujos pais e\ou responsáveis tinham formação primária e exerciam profissões tipicamente urbanas, com raras exceções. (NOGUEIRA, 2012, p. 158).

A condição apresentada para ser aluno nas escolas noturnas mineiras nos mostra semelhanças e divergências num mesmo contexto histórico. Verificamos que o perfil dos que frequentam as escolas era semelhante, mas ao abordar a questão do gênero, notamos que no Piauí as escolas primárias noturnas ainda estavam sendo frequentadas por homens, as mulheres estavam “excluídas” deste ensino neste horário. Assim, não encontramos indícios da presença de mulheres como alunas desses cursos.

Pode-se dizer que a condição para ingressar nestas escolas era, portanto, ser trabalhador, e essa condição fez com que os piauienses tivessem de assentir com o “tempo social e o tempo escolar”, orientado pelo mundo do trabalho, onde crianças, jovens e adultos ocupavam o mesmo espaço escolar e produtivo. Assim, as escolas noturnas nos anos finais do período imperial foram “um espaço pensado para crianças, jovens e adultos, que já inseridos no mundo do trabalho deveriam inserir-se também no mundo da escola”, tendo como objetivo, adquirir saberes e habilidades consideradas fundamentais para o trabalhador livre da época (ANJOS, 2010, p. 09).

No entanto, as escolas noturnas não são formadas apenas por alunos, os professores são outro fator de extrema importância para a composição dos sujeitos escolares das escolas noturnas. A condição para se tornar professor foi sendo

alterado conforme as reformas educacionais, mas enfatizando aqueles docentes que já lecionavam no ensino primário diurno e que com um adicional acabava lecionando também no período noturno. Mas quem eram esses professores? Segundo a Resolução nº 753 de 1871 define que:

Art. 16- Estas escolas ficarão a cargo dos respectivos professores, que por este trabalho vencerão a gratificação anual de quatrocentos mil reis nas cidades, e duzentos mil reis nas vilas, ficando os mesmos obrigados a despesas com luzes,

Art. 18- A escola noturna desta capital será exercida por um ou dois professores que for designado pelo presidente.

(Jornal O PIAUHY, 1871, p. 01).

Diante destas condições, os professores acabavam exercendo dupla jornada, pois os professores que lecionavam durante o dia na escola primária completavam sua jornada na escola primária noturna com um acréscimo salarial por exercer esta função em horário contrário do seu trabalho. Assim, “os professores primários das escolas de 1º grau recebiam um ordenado anual de 600\$000 reis, e os de 2º grau o de 720\$000 reis” (PIAUHY, 1871, p. 46). No caso dos professores das escolas primárias noturnas, além desse ordenado de seiscentos mil reis referente ao trabalho de professor nas escolas diurnas, eles recebiam uma gratificação de quatrocentos ou duzentos mil reis pelo exercício da docência na escola noturna.

Nas escolas primárias mineiras, no ano de 1899, os vencimentos dos professores variavam também conforme a função, a localização e do gênero da escola. Neste caso, “os professores da escola noturna da cidade de Itapeverica percebiam a metade dos vencimentos dos demais professores, isto é, 360\$ ano para escola noturna, dos demais 720\$ ano” (NOGUEIRA, 2012, p. 138).

Em Campinas, por exemplo, a seleção para o acesso às aulas era baseada em critérios tanto para os alunos como para os professores. No caso dos professores, esses “deveriam ser profissionais reconhecidos pela sociedade. Um dos itens que legitimavam esse reconhecimento era o exercício do magistério em colégios de renome da cidade”. (ANANIAS, 2000, p. 07).

A cada ano, os professores deveriam remeter os mapas de suas escolas para que o Estado pudesse analisar e observar a frequência e a matrícula, pois, a permanência de uma escola em determinada localidade se dava por meio da quantidade de alunos que frequentavam estes cursos, caso se observasse a

desistência e a diminuição no número de alunos, estas escolas acabavam fechando. No quadro 2, vemos as escolas noturnas e seus respectivos professores:

Quadro 2: Escolas noturnas piauiense e seus respectivos professores

Localidades	Nome dos professores	Observações
Teresina	Juvêncio Tavares Sarmento e Silva	
Oeiras	Leonel Bernardinho de Souza	
Amarante		Não foi ainda aberta
Parnaíba	João José Pinheiro	
Piracuruca	José Felix Pereira	
Pedro Segundo	Domingos da Silva Mourão	O professor ainda não mandou o mapa da matrícula.

Fonte: PIAUHY, 1872, p. 05.

Assim, o que observamos no quadro 2, a presença dos mesmos professores das escolas diurnas nas escolas noturnas, com exceção de Pedro Segundo, que os professores das escolas diurnas eram diferentes e Amarante que na emissão desse mapa, a escola noturna ainda não havia sido aberta. Vejamos, o quadro 3 com professores das escolas diurnas:

Quadro 3: Escolas primárias diurnas piauiense e seus professores- 1872

Localidades	Nome dos professores
Teresina	Candido Alves de Noronha Juvêncio Tavares Sarmento e Silva
Oeiras	Leonel Bernardinho de Souza
Amarante	Fontanelle Cezar Burlamarque
Parnaíba	João José Pinheiro
Piracuruca	José Felix Pereira
Príncipe Imperial	Miguel Antônio de Melo Barreto José Ribeiro de Brito

Fonte: PIAUHY, 1872, p. 01.

Conforme o relatório provincial do Piauí de 1872, os professores destas escolas eram todos vitalícios, com exceção de Amarante, onde o professor era suplente, sendo que os mesmos deveriam exercer as mesmas funções que executavam no ensino diurno, os direitos e os deveres eram os mesmos. Por isso, quando algum professor não podia assumir a cadeira noturna, o mesmo deveria comunicar, pedindo e apresentando para isso motivo atendível, para que esse pudesse prover a substituição. Este fato aconteceu em 06 de setembro de 1872, com o professor de Amarante Manoel Ribeiro Gonçalves, que sua questão de saúde, teve que avisar a comissão, para que a mesma pudesse substituí-lo por

outro. (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, p. 01). Neste caso, o professor que assumiu a cadeira de professor interino foi o professor Fontanelle Cesar Bulamarque.

A escolha dos professores das escolas noturnas dependia do caráter dessa escola. Nas escolas criadas por associações a condição para ser professor era diferente. De acordo com a Diretoria da Instrução Pública do Piauí em 1876, da escola noturna criada pela Sociedade Recreio Familiar e Instrução de Príncipe Imperial, foi estabelecido o critério de serem escolhidos para lecionar as matérias os “melhores professores desta vila, formão o curso de estudos do ensino noturno” (DIREÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, p. 02).

Ser professor nas escolas noturnas em algumas localidades do país era considerado uma prestação de serviço social, ou até mesmo “redentores de uma geração” (PERES, 2002). Na sala com os alunos, os professores deveriam considerar a cordialidade e a amizade afetuosa como forma de tratamento, além disso:

Art.12. Os professores serão obrigados a escrever nos livros das partes, os resultados de suas aulas, mencionando o nome dos alunos que se distinguirem , assim como também os nomes que deixarem de cumprir os seus deveres.

Art. 13. Não faltarão as aulas por justo motivo, levando com antecedência ao conhecimento do presidente da sociedade a sua falta a fim de substituir por outro professor.

Art. 14. Os professores fornecerão a sociedade ou ao seu presidente , um mapa em cada trimestre , com o nome e o número dos alunos declarando a frequência e o aproveitamento dos mesmos cujo mapa será remetido ao Doutor Diretor da Instrução Pública.

Art. 15. Serão os professores igualmente obrigados a fornecer a sociedade um mapa geral comunicando o resultado de todos os exames, nomes dos alunos que se tornarem recomendáveis pela sua conduta e aplicação e qualquer informação que julgarem conveniente.

Art. 16. Os professores presidirão os exames finais de seus alunos que serão feitos por três examinadores convidados pela sociedade. (DIREÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1875, p. 03)

Desse modo, as exigências para a docência não era condição exclusiva do professor do ensino primário noturno, mas sim dos docentes do ensino primário. As condições do exercício da profissão pouco se alteraram ao longo dos anos, o que se viu foram críticas dos presidentes em relação a formação dos professores e a falta de amor à profissão. Com relação às escolas, o que se percebia ao longo dos anos era o incentivo para a criação destes cursos noturnos por professores. Um exemplo disso é que em 1882, devido à desobstrução do rio Parnaíba em Vargem da Cruz,

observamos, por meio do relatório provincial do mesmo ano, a iniciativa de um técnico da própria construção que vendo a situação de seus trabalhadores, acabou fundando uma escola noturna destinada a estes profissionais, o Bacharel Neto, “sacrificou o seu tempo livre, para ensinar estes alunos à educação elementar”. (PIAUHY, 1882, p. 29).

Esse tipo de ação era vista em diversos momentos. Em 1880, por iniciativa do professor Eugênio Marques de Holanda, foi fundada uma escola noturna na capital e neste caso, a ação deste professor teve ainda a iniciativa de solicitar ao palácio do governo, o prédio provincial, localizado na Praça Saraiva para instalar a escola para ensino de adultos, indicando que até esse momento, as escolas noturnas funcionavam ou em prédios alugados e cedidos, ou na própria residência dos professores (JORNAL A IMPRENSA, 1880, p. 02).

Era comum também professor do ensino primário noturno ensinando sem nenhuma remuneração. Em Pedro II, em 1884, foi instalada uma escola para adultos do sexo masculino por Franquilino Nelson de Moura Wanderley, no qual “tomou para si, o louvável encargo de ensinar gratuitamente a todos os alunos que frequentarão”. (PIAUI, 1872, p. 03).

Em algumas situações, os professores eram apresentados como os redentores de toda uma geração, os prestadores de um serviço social inigualável. Eram quase que endeusados, como se o oferecimento de seus préstimos à causa da educação do povo os tornasse diferentes - melhores - na hierarquia social, especialmente considerando que no primeiro ano de funcionamento dos cursos (1877), lecionavam gratuitamente na Biblioteca. Somente na metade do ano de 1878 é que a instituição garantiu, através de um subsídio da Assembléia Provincial, o pagamento de salário. Desempenhar as funções de professor nas aulas noturnas gratuitamente tornava-os ainda mais merecedores dos créditos da sociedade. As expressões mais comuns eram: distintos professores, dignos preceptores, generosos, hábeis, patrióticos, incansáveis professores, sustentáculos do estabelecimento, esforçados, dedicados, infatigáveis, inteligentes professores, novos pais, abnegados, empenhados, zelosos profissionais, e outras tantas qualificações semelhantes. (PERES, 2002, p. 112).

Com a República e as novas reformas educacionais no Estado, o ensino noturno acabou recebendo algumas mudanças no seu público, porém, os professores ainda permanecem com as mesmas funções exercidas nas escolas diurnas primárias.

As escolas primárias noturnas na Primeira República ainda permaneciam com esse caráter de não ser apenas uma ação do Estado, mas também de ações de particulares ou subvencionadas pelo Estado, sendo que os professores continuavam

sendo do sexo masculino e suas funções nas escolas estavam direcionadas a formar “o caráter dos seus alunos nas regras da moral sã e estável e a uma perfeita compreensão dos deveres individuais, sociais e políticos” (CENTRO PROLETÁRIO, 1909, p. 11). No caso da escola 14 de julho, o regimento das aulas e as penas eram de responsabilidade do professor, os castigos físicos eram proibidos, porém penas disciplinares eram implantadas, no entanto, a gravidade destas penas e suas consequências tinham proporções diferentes na escola. O professor tinha a possibilidade de repreender os alunos, a retenção e a suspensão já eram ações do conselho de instrução, e a pena de expulsão poderia ter recurso à diretoria. Para ser professor desta escola, os professores deveriam atender alguns requisitos:

- Associado do Centro
- Ser maior de 15 anos
- Ter habilitações notadamente conhecidas
- Ter boa conduta moral e cívica
- Não padecer de moléstia incurável

(CENTRO PROLETÁRIO, 1909, p. 15)

No exercício da função de professor efetivo ou adjunto da Escola do Centro Operário, os professores deveriam “conduzir o ensino com desvelo, tratando os alunos com brandura e solicitude paternas, de modo a fazer da escola um espaço de prazer e não de aversão”. (Nascimento, 2012, p. 121).

Além disso, os professores da Escola Noturna do Centro Proletário da Capital eram pagos pelo Estado. Assim, o decreto nº 421 de 19 de fevereiro de 1910 concedia:

Abri o crédito especial de 300\$000 para ocorrer o pagamento do professor da escola noturna, do Centro Proletário da Capital.
O presidente da Câmara Legislativa, em exercício do Cargo de Governador do Estado do Piauí, pondo em exercício o disposto no art, 13 das disposições permanentes da vigente lei orçamentaria, usando da faculdade que lhe permite o § 2 , art 5 desta lei.(PIAUÍ, 1910, p. 61).

De acordo com o Decreto nº 427 de 19 de fevereiro de 1910, a Secretária da Fazenda abriu um crédito especial de trezentos mil reis como subvenção para a escola noturna do centro proletário. Este dinheiro era destinado ao pagamento do professor, sendo que o valor era pago dividido em prestações mensais de vinte e cinco mil reis.

Com o decreto nº 434 de 1910, a legislação trouxe no capítulo quinto do decreto exigências para o pessoal docente primário. Para exercer a função, as mulheres deveriam ser maiores de 18 anos e os homens maiores de 20 anos.

Esta ação não se altera nas outras reformas de 1921, 1931 e 1933, o que nos mostra que os professores das escolas noturnas, além de reclamarem pelas condições materiais que estas escolas possuíam, tinham a responsabilidade de pagar a luz para que seu ofício fosse executado. Em outros momentos se percebeu que estes professores eram que implantavam estes cursos em suas próprias moradias, sem ajuda de custo do Estado, apenas como um gesto de filantropia. (PIAUHY, 1872, p. 02)

E o que mais chamou atenção ao longo destas décadas foi que em nenhum momento, nas fontes, se observou a menção de professoras nessas escolas noturnas, sendo que isso acontecia em outros Estados brasileiros. Nogueira (2012) aborda a ação de Maria da Glória de Moura Costa, que passou de professora do curso noturno à diretora do Grupo Escolar Noturno, além do mais, outras professoras também exerceram esta função nos grupos escolares mineiros entre os anos de 1914 a 1967²⁶. Na Paraíba essa ação também acontecia, Paiva (2010) afirma em sua pesquisa, que entre os anos de 1916 a 1921, as escolas públicas na capital da Paraíba funcionavam para ambos os sexos, ou seja, escolas masculinas e femininas, conseqüentemente, os professores destas escolas femininas eram mulheres²⁷.

Diante destas situações verificamos que no Piauí a legislação direcionava um ensino para ambos os sexos, porém, na prática, o que observamos, considerando as fontes utilizadas, era que o ensino primário noturno no Estado estava voltado para o sexo masculino. Contudo, é importante destacar que as escolas que forneciam o ensino primário noturno no Piauí foram expandindo ao longo do final do século XIX. Entretanto, ao adentrar ao século XX, houve uma queda no número de escolas. Diante desta situação, iremos verificar como estas escolas surgiram no Piauí durante o período analisado.

²⁶Veja mais a respeito desta ação, no livro: A Escola Primária Noturna em Minas Gerais (1881-1924), 2012.

²⁷Veja mais a respeito desta divisão das escolas noturnas na Paraíba, na dissertação de Paiva(2010, p. 77).

4.4 Escolas primárias noturnas no Piauí

No Piauí, como já afirmamos, o ensino noturno surge em 1870, devido à ação de dois redatores do jornal imprensa que implantaram na capital uma escola noturna destinada aos alunos jovens e adultos que trabalhavam durante o dia.

No Piauí, antes da iniciativa do governo provincial, já em 1870, Deolindo Moura e David Caldas criaram uma escola noturna primária para adultos pobres, cuja frequência atingiu o número de 53 alunos. Em 1880, por iniciativa e expensa do farmacêutico Eugenio Marques de Holanda, piauiense radicado no Rio de Janeiro, foi instalada em Teresina uma escola primária noturna. (COSTA FILHO, 2000,p. 117).

Em 1871, o Estado por meio da Resolução nº 753, nos artigos 15, 16, 17 e 18 legislou sobre escolas noturnas no Piauí, indicando que a instalação dessas escolas ocorreria onde o presidente da província achar conveniente serem criadas, atendendo a um público específico. Considerando a possibilidade criada pela legislação, em quais localidades do Estado, foram criadas estas escolas? Conforme o Relatório Provincial de 1871 foram criadas seis escolas, sendo elas em: Teresina, Parnaíba, Amarante, Oeiras, Piracuruca e Pedro II. (PIAUI, 1871, p. 250).

Em 1872, as reclamações de algumas localidades do Estado em prol da criação de escolas noturnas já estavam acontecendo. O motivo alegado por elas eram que a lei determinava a criação de escolas noturnas onde o presidente da província acha-se conveniente a sua criação, no entanto, vilas mais populosas acabavam não tendo estas escolas e outras que eram bem menores estavam sendo beneficiadas com a implantação delas. Isso nos mostra a disputa por escolas noturnas entre as localidades piauienses.

Esse fato aconteceu quando o professor de Campo Maior João Miguel Jarrinha encaminhou ao diretor da província Pedro Afonso Ferreira a criação de uma escola noturna em sua localidade. A notícia gerou descontentamento por parte de outras localidades como Valença, Jaicós, Barras, União, que também desejando a criação destas escolas, alegaram por meio de um documento emitido pelo Diretor da Instrução Pública Manoel Miranda de Osório que a criação destas escolas deveria acontecer se não em todas as vilas e povoações, ocorressem então nos lugares mais populosos da província, considerando que as condições financeiras do Estado não eram muito satisfatórias. Diante destas reclamações, o Diretor da Instrução

Pública não achava conveniente a sugestão dada pelo professor de Campo Maior para a instalação desta escola em sua região, por que

Existiam na província muitas localidades como, as vilas de Jaicós, Valência, União, Barras, que sendo mais populosas do que a de Campo Maior não tem escolas noturnas, além de muitas que não são inferiores. Assim entendo que não há razão para que seja a mesma. Além disso, a falta de aptidão de professores de Campo Maior que se dedica ao ensino diurno, não garante o bom resultado que se deseja na criação de uma escola noturna na mesma localidade. (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PIAUÍ. 1872 p. 02).

Com o fechamento das escolas noturnas em 1873, as iniciativas de particulares e as subvenções acabaram sendo a porta de acesso desse público a estas escolas. Em 1876, os relatórios provinciais não apontam a criação de escolas noturnas ou de iniciativas de particulares, no entanto, a Diretoria da Instrução Pública apresenta na localidade de Príncipe Imperial, uma escola noturna fundada pela Sociedade Recreio Familiar de Príncipe Imperial²⁸. A escola era voltada para as pessoas desta localidade, sendo uma escola de iniciativa particular, contudo, suas aulas eram gratuitas para aqueles que a frequentassem.

A escola foi criada por intermédio da Lei nº 16 e publicada em 03 de setembro de 1875, e destinada aos sócios desta sociedade, que por meio de Assembleia Geral decretou a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado nesta vila um ensino noturno as expensas da sociedade.
 Art. 2º- o ensino funcionara em um edificio , para isso destinado pela sociedade , e será grátis para todos que a frequentarem.
 Art. 3º. O fornecimento de papel, tinta, pena, livros, será feito pelos pais dos alunos com exceção daqueles que forem nimamente pobres , que será feito pela sociedade.
 Art. 8. O ensino começara às seis e meia horas e se concluirá às nove da noite.
 Art. 9. Serão feriados os dias de 10 de dezembro a 16 de janeiro, os de domingo da septuagésimo a quarta-feira de cinzas, inclusive os de domingo de ramos ao de Páscoa e os de festa nacional, assim como também o dia quatro de setembro , por ser o dia que foi instituída a sociedade.
 Art. 10. Os exames serão públicos e anunciados pelo jornal da sociedade e, como também pelos jornais da capital.(DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1876, p. 01-04).

Como se percebeu, a escola possuía prédio próprio, era gratuito para aqueles que a frequentassem, havendo distribuição de materiais para os alunos cujos pais fossem pobres. A duração do ensino era de duas horas e meia. E com

²⁸Teodoro Assis Barbosa, presidente da Sociedade Recreio Familiar e Instrutivo de príncipe Imperial

relação aos exames, a própria sociedade por meio do jornal da sociedade e também pelos jornais da capital divulgaria este processo.

A instalação destas escolas noturnas também acontecia através de estabelecimentos particulares. Em 1886, funcionava na residência do proprietário e diretor Jugurta Couto, “uma escola que prometia fazer dentro de um ano, a alfabetização” (QUEIROZ, 2008, p. 63). Essa escola possuía apenas instrução primária e após um ano de sua fundação já contava com mais outro diretor, Leônidas e Sá, cobrando uma mensalidade de 3\$000. Após varias reuniões, foi decidido criar uma aula de música e uma aula noturna no Colégio Jugurtiano, sendo que esta aula era voltada para as pessoas pobres, “funcionando a partir de 1º de setembro as segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana” (QUEIROZ, 2008, p. 64). Isso mostra que o ensino noturno neste estabelecimento de ensino funcionava apenas três vezes na semana. Segundo Queiroz (2008), não foi possível investigar se após essa decisão de implantação da escola se deu a continuidade do colégio e nem se a aula noturna teve efeitos práticos como a de Eugênio Marques de Holanda em 1880.

A implantação destas escolas em outras localidades também ocorria por intercessão de professores. Nos relatórios provinciais não eram mencionadas, mas nos relatórios da instrução pública encontramos ações destes tipos. Em Barras em 1891, Arthur Romão Leal que neste período era professor da escola primária diurna, acabou implantando em 11 de fevereiro de 1891, por intermédio do regulamento de 1890, uma aula noturna, frequentada por 21 alunos adultos. Infelizmente não foi possível encontrar os mapas que mostrassem a frequência destes alunos nesta iniciativa deste professor, mas isso nos faz observar que desde o fechamento da escola primária noturna financiada pelo Estado, as iniciativas de particulares acabam sendo a forma de acesso de escolas noturnas para este público. (DIREÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1891, p. 02).

Entre os anos de 1880 a 1910 encontramos nos relatórios da Instrução Pública três iniciativas de professores que criaram em seus locais de trabalho ou de atuação profissional escolas noturnas destinadas a jovens e adultos trabalhadores, conforme podemos ver na tabela 18.

Tabela 18: Iniciativas de professores para a criação de escolas primárias noturnas no Piauí (1880-1910)

Professor	Ano	Local
Marques de Holanda	1880	Teresina
Antônio de Souza Mello Neto	1883	Parnaíba
Arthur Romão Leal	1891	Barras
Cromwell Barbosa de Carvalho- Escola Onze de Agosto	1910	Oeiras

Fonte: Elaborado conforme os dados obtidos no relatório provincial de 1883 e no relatório da Instrução Pública em 1880 e 1891. . Oeiras- Jornal Correio de Oeiras- 1910. Pedro II-

Essas iniciativas de professores mostravam a importância destes docentes em ensinar os rudimentos da leitura e da escrita a estes trabalhadores que não tinham acesso a escola devido o seu horário de trabalho. De acordo com o Nortista de 1901, Estevam Ferreira Medeiros era ex-professor primário e decidiu implantar uma escola noturna para adultos homens, sendo que estes sujeitos era “operários, discípulos de oficinas e criados de casas de família” (O NORTISTA, 1901, p. 02). Além disso:

O curso está funcionando no pavimento térreo do sobrado Vista Alegre, contigue á casa do professor José Miranda, das seis horas da tarde as nove da noite. Recebem também em classe separada, rapazes empregados no comercio ou em outra qualquer ocupação, proporcionando-lhes, o ensino de português e aritmética. Para os que desejarem aprender a ler, aproveitem tão mal e vantajosa instrução matriculando-se no curso noturno (O NORTISTA, 1901, p.02).

Desta forma percebeu-se que a duração das aulas noturnas era de três horas, e que não havia até o momento prédio próprio para a instalação desta escola, funcionando próximo à residência do professor Miranda.

Em 07 de fevereiro de 1909, o Jornal o Apóstolo anunciava o ensino noturno para os meninos pobres no colégio Diocesano. Assim, o colégio aceitava os seguintes alunos:

Aceitam-se alumnos internos, semi-internos e externos.
 Pensões por trimestres
 Internos- 165\$000
 Semi- internos-100\$000
 Pensões mensaes
 Curso primário- 4\$000
 Secundário- 5\$000 por cada preparatório , havendo redução si o alumno estudar mais de três , a juízo do Director.
 Abertura do Collegio será a 1º de março
 Haverá também aula noturna para os meninos pobres.
 (O APÓSTOLO. COLÉGIO DIOCESANO, 1907, p. 03).

Com a Proclamação da República e as mudanças nas reformas educacionais do Estado, a criação destas escolas ainda acontecia por meio de iniciativas de particulares e subvenções. As Leis de 1910, 1931 e 1933 acabam ressaltando a criação destas escolas no Estado. No entanto, as iniciativas dos particulares permaneciam presente nesta nova mudança política do país. Assim, a criação destes cursos noturnos não foi apenas uma iniciativa das elites econômicas, políticas e intelectuais, mas também “as iniciativas de organização escolar dos próprios trabalhadores e os cursos noturnos como espaços contraditórios de formação e de oportunidades de organização” (PERES, 2002, p. 94).

Outro tipo de iniciativa na implantação de escolas primárias noturnas era pela ação dos municípios. Nas documentações foram percebidas estas ações em alguns municípios do Estado. O mesmo ocorria em outros estados, como podemos ver em Nogueira (2012), o Senador defendeu que a “instrução fosse sistematizada e ficasse também a cargo que afim que municípios e distritos, reduzindo a ação do Estado a determinados pontos, pois o orçamento não contemplaria toda a despesa com a instrução pública”. Assim verificou-se a presença de algumas escolas noturnas municipais como as criada em 1901, em Floriano e em 1922, em Pedro II.

Cada município tinha sua ação para a instalação destas escolas primárias noturnas em suas localidades. Em Floriano, a Lei Estadual nº 268 de junho de 1901 havia decretado que “nos municípios onde existirem escolas mantidas pelas Intendências, o Estado continuará a pagar duas, sendo uma de cada sexo”. (PIAUÌ, 1901, p. 04). Entretanto, o município além de possui duas escolas custeadas pelo Estado mantém “duas outras: uma noturna, nesta cidade, e outra diurna, na povoação denominada de Periphery, conforme a Lei municipal de nº 17 de dezembro de 1900”. (PIAUÌ, 1901, p. 01). Em Pedro II, também existiu uma escola noturna mantida pelo município.(PIAUÌ, 1901, p. 01).

Assim, as escolas noturnas eram iniciativas municipais, estaduais, de associações de trabalhadores e de particulares. No jornal o Correio de 1901 percebemos uma propaganda de curso noturno na Escola David Caldas, sendo que o ensino seria de “primeiras letras e de português secundário, sob direção do Professor Benedito Lemos, das 6 horas as 9 horas”. (O CORREIO, 1901, p. 01). O que extraímos dessa propaganda é o que acontece em quase todas as outras

escolas noturnas: um único professor, três horas de duração, com ênfase no ensino de primeiras letras.

Os jornais que circulavam no Estado também divulgam em suas páginas algumas notas sobre o sistema educacional. Dentre estes jornais, um chamou a atenção, o Jornal o Artista de 1902, que publicou uma nota a respeito da escola noturna e a sua concepção sobre este ensino. A notícia veiculada pelo jornal mostra que este ensino era uma necessidade que o Estado reconhecia, porém, a sua extensão não ocorria da forma como era almejada. Além disso, a escola mencionada na nota estava situada na capital, sendo que a mesma era de responsabilidade do município, mas regida por normas estaduais, o que criticava o articulista:

A escola noturna criada pelo município era uma necessidade que se impunha, mas não tal como nos apresentou. E sempre uma infelicidade impertinente essa que acompanha o nosso ensino popular. A municipalidade de Therezina, que ainda não se havia lembrado de criar uma casa de instrução, ao fazê-lo, nada veio trazer-nos digno de um povo que se diz civilizado. Foram criadas duas escolas. Uma diurna mista, e outra noturna, para o sexo masculino. Só existe porém uma disposição da lei orçamentária do corrente ano criando essas escolas e mandando –as regerem-se pelo regulamento estadual do ensino, e mais nada. Ora, se a gente não considerasse que houve nisso apenas um descuido a nossa ilustre edilidade, mesmo porque as coisas do ensino desta terra são sempre resolvidas como as que menos merecem, deveria dizer que tal disposição envolve uma invasão de poder. A escola municipal que é nosso assunto, é um desses partos sem gestação, verdadeiro aleijão no organismo do ensino. Vejamos. Escola Municipal, regendo pelo regulamento do estado, sem uma disposição, sequer, que lhe seja própria, é um caso bem esquisito, de veras. Que ela ficasse sob o regulamento estadual naquilo que nada se repelisse, como o programa de disciplinas. (O ARTISTA, 1902, p. 01)

Assim, a escola noturna criada na capital era vista como uma necessidade para a sociedade piauiense. No entanto, continuava sendo oferecida para o sexo masculino, e seu regimento acompanhava o regulamento do Estado.

As reclamações feitas pelo jornal direcionavam também para um ensino diferente para duas escolas que eram regidas pelo mesmo regimento estadual. A principal reclamação notada foi que o professor da escola diurna era o mesmo da noturna, porém sua atuação era diferente, “pois ao chegar ao segundo turno, o professor não estava com o mesmo engajamento para lecionar as mesmas disciplinas da diurna, para uma turma de 30 ou 40 alunos”. Além disso, a estrutura física da escola teria que ser repensado, pois o público atendido era diferente, ou seja, “este local não satisfaz os princípios higiênicos indispensáveis a um

estabelecimento para onde se recolhem adultos, suarentos, fadigados, da luta pelo pão cotidiano” (O ARTISTA, 1902, p. 01).

Por isso, os problemas que a escola noturna municipal estava enfrentando em 1902 não era só a falta de alunos ou as condições físicas das escolas, embora reconhecesse que o esforço feito pelo professor da escola deveria ser lembrado, contudo reconhecia-se que o investimento no ensino primário noturno tornava-se algo importante para a instrução primária e para a educação popular.

Com o propósito de fomentar a educação popular, principalmente pela necessidade de educação para o trabalho e as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos em estudar durante o dia, acabou sendo criada em 1907 por iniciativa de organizações de trabalhadores, a escola do Centro Proletário, sociedade beneficente e instrutiva, que criou uma escola noturna denominada de “14 de julho”²⁹ destinada a instrução gratuita dos sócios e de seus parentes do sexo masculino.

A experiência iniciou-se em 1907, com uma turma somente para meninos, que foi instalada, provisoriamente, em um prédio na Avenida Frei Serafim, com três professores alfabetizadores, Modesto Costa, Gentil Basílio e Gerson de Figueiredo e um diretor responsável pela condução da escola o professor Hamilton de Moura Rios. (NASCIMENTO, 2012, p. 118).

No mesmo regulamento estava prevista a comemoração cívica obrigatória, com o canto do hino nacional e o hasteamento da bandeira no início e final das aulas, assim como lições, sabatinas e exercícios práticos.

No caso das matrículas, só seriam admitidos os filhos dos sócios e seus parentes, sendo que:

Art. 13. Não poderão ser matriculados nem frequentar as aulas os que tiverem moléstias contagiosas.
Paragrafo Único. Também não serão admitidos nas escolas diurnas alunos menores de 5 anos, nem maiores de 15 anos e nas escolas noturnas os menores de 10 anos.(CENTRO PROLETÁRIO, 1909, p. 14).

Em 1909, foi publicado o Regulamento da Instrução Primária do Centro Proletário que se unificou de modo orgânico ao seu estatuto e a um regimento

²⁹O nome da escola foi uma homenagem ao 14 de Julho, dia em que na França comemora-se a queda da Bastilha. A França era berço das concepções clássicas de educação. Concepções essas que incluíam a idéia de uma educação voltada para o desenvolvimento social, para o qual eram necessários homens completos, pois todo homem, por ser cidadão, tinha direito à educação. O imaginário construído pela tomada da Bastilha impunha os ideais da República de conquista de direitos reclamados.(NASCIMENTO, 2012, p. 121).

interno de funcionamento da câmara geral. O projeto de educação do Centro era “transmitir, para os associados, a atmosfera dos costumes, de forma a operar uma força de controle social e moral de hábitos, criando uma coesão social no grupo”. (CENTRO PROLETÁRIO, 1909, p. 16). Normas estas, que deveriam ser compartilhadas no grupo e que se incorporavam aos comportamentos e orientações individuais e coletivas. No regulamento a proposta de ensino era dividida em três graus de modo que todas as crianças tivessem acesso a algum deles, de acordo com seus talentos e com suas condições de aprendizagem.

Em 1920, o Jornal o Artista publicou em suas páginas, uma nota se referindo à criação de uma Escola Noturna na cidade de Parnaíba. Percebeu-se que essa ação partia da Diretoria da União Progressista³⁰ que era uma associação de trabalhadores. O intuito da criação da escola seria combater o analfabetismo, assim, fundou-se uma escola noturna na sede social, onde os artistas e seus filhos poderiam “colher alguns conhecimentos de Português, Aritmética, tão necessários ao homem”(O ARTISTA, 1920, p. 03), além disso, :

O ensino será ministrado gratuitamente.

O corpo docente será composto dos membros da Directoria, que para isso foram designados pelo presidente. Abrir-se as aulas no dia 07 de janeiro. Para inscrição, os alunos interessados deverão procurar o 2 secretário. (O ARTISTA, 1920, p. 03).

Dessa nota do jornal destacamos três ideias. A primeira é que não era apenas na capital que o ensino noturno funcionava por meio de associações de trabalhadores, o que nos mostra o movimento de associações e a busca de qualificar os membros nos preceitos básicos do ensino primário. Segundo, que os conhecimentos destinados a esse alunos são respectivamente a leitura e as noções de matemática, o que mostra a intenção da criação deste ensino para combater o analfabetismo que neste período ainda era bem amplo. E terceiro, o ensino era fornecido de forma gratuita aos membros e filhos dos que compõem este órgão, e, o corpo docente que atuava nesta escola deveria ser composto por pessoas que compõem a associação.

• ³⁰ Órgão oficial da Sociedade “ União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba”.

Com isso, verificamos que a escola, também era parte desse universo cultural mais amplo. Mas a escolarização de adultos e jovens das classes populares foi dificultada pelas poucas escolas públicas primárias noturnas, embora houvesse iniciativa de particulares para a implantação destas escolas.

Como se pode notar, o Estado tinha recursos para subvencionar a iniciativa particular, porém não tinha para criar escolas públicas para este público. A tabela 19 mostra esse panorama das escolas primárias noturnas ao longo dos anos de 1871 a 1922.

Tabela 19 : Escolas primárias noturnas no Piauí- 1871-1922

Escola	Ano	Tipo
Teresina- Juvêncio Tavares Sarmiento e Silva	187\1872	Pública
Oeiras- Leonel Bernardinho de Souza	187\1872	Pública
Amarante- Fontanelle Cezar Burlamarque	1872	Pública
Parnaíba- João José Pinheiro	187\1872	Pública
Piracuruca- José Felix Pereira	187\1872	Pública
Pedro Segundo- Domingos da Silva Mourão	187\1872	Pública
Príncipe Imperial- Sociedade Recreio Familiar	1875	Organização de trabalhadores
Teresina- Marques de Holanda	1880	Iniciativa de Professor
Parnaíba- Antônio de Souza Mello	1883	Iniciativa de Professor
Colégio Jugurtiano	1887	Particular
Barras- Arthur Romão Leal	1891	Iniciativa de Professor
Floriano	1901	Municipal
Escola David Caldas- Teresina	1901	Federal
Estevam Ferreira de Medeiros	1901	Iniciativa de professor
Teresina	1902	Estadual
Escola 14 de julho	1907	Organização de trabalhadores (CENTRO PROLETÁRIO)
Colégio Diocesano	1907	Particular
Oeiras- Cromwell Barbosa de Carvalho	1910	Iniciativa de Professore
Parnaíba	1920	Organização de trabalhadores (União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba”).

Pedro II

1922

Municipal

Fonte: Piauí, 1871-1922.

Diante disso, notou-se que entre os anos de 1871 a 1872 o número de escolas noturnas oriundas do estado foi bem maior do que no início do século XX. Entretanto, mesmo com esse declínio, as iniciativas de professores, dos municípios e de organização de trabalhadores foram essenciais para que este ensino permanecesse ativo no estado.

O que percebemos é que no Piauí esse tipo de ação também acontecia, porém, o Estado procurava incentivar a iniciativa particular através de subsídios dados aos professores para a implantação destas escolas, como em outras localidades do Brasil, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde foram subsidiadas algumas escolas noturnas como a “da Associação Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa, os do Lycêo de Artes e Offícios e da Associação Auxiliadora da Indústria Nacional” (COSTA, 2011, p. 57) , que funcionava no prédio da Inspeção Geral da Instrução.

Assim, foi possível verificar que as escolas noturnas continuaram presente no estado, no entanto, seu público e o tipo de escola sofreram alterações conforme as reformas educacionais que impulsionaram o sistema educativo piauiense. Apesar disso, seu objetivo permanecia voltado para os trabalhadores e continuavam com dificuldades para a sua formalização e consolidação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi descrever e analisar o ensino primário noturno no Piauí no final do século XIX e início do século XX. Foi visto, ao longo desse trabalho, que este ensino esteve inserido nas discussões sobre educação voltada para o povo, ou seja, voltada para a formação daqueles indivíduos menos abastados .

Ao longo deste estudo, a expansão da escolarização primária foi um dos pilares dos debates educacionais nas províncias e estados brasileiros. No Piauí, não foi diferente, sua expansão ocorreu devido a vários fatores, dentre eles, a da obrigatoriedade escolar, que surgiu no Estado em 1845, pelo então presidente Zacarias de Goes Vasconcelos, determinando a faixa etária entre 10 aos 14 anos. Porém, ao longo dos anos analisados, a faixa etária não se ampliava o que nos fez perceber que o aluno sujeito da escola noturna acabava sendo “excluído” desta obrigatoriedade escolar que tanto se falava nesta época e que impulsionava os debates em torno da expansão da escolarização primária.

Embora reconhecendo a importância da expansão primária para a sociedade piauiense, as reformas educacionais direcionavam para outras questões importantes para impulsionar o ensino primário, sendo a habilitação e qualificação docente nestas escolas algo importante e discutido nas falas e mensagens governamentais.

Assim, o ensino noturno foi pensando primeiramente como importante para alfabetizar a grande massa da população, mas não era somente isso, estava vinculado também ao processo de urbanização, elemento significativo para a modernização e o progresso.

A ideia da pesquisa foi compreender o modo como a partir do final do século XIX desenvolveu-se no Piauí uma ação educacional para a população jovem e adulta trabalhadora, especialmente via instrução primária noturna, configurada nas reformas do ensino público. A constituição dessa política se deu mediante grandes debates e em alguns momentos ausências do Estado diante da implantação deste ensino. Além disso, resultou não somente as iniciativas oficiais com a participação do Estado, mas também das iniciativas de professores do ensino primário diurno , das associações e Organizações Operárias e dos Municípios.

Essa política educacional se configurou por meio de um conjunto de normas iniciada em 1871 pelo Regulamento nº 753, que indicava a possibilidade de criar escola noturna em locais no qual o presidente da província achava conveniente a sua implantação. Ao longo dos anos, as reformas foram sendo realizadas tendo a intenção de garantir a nova ordem social. Como afirma Nogueira (2012, p. 179), em relação a Minas Gerais “essas modificações foram empreendidas no sentido de garantir a nova ordem social e formar o bom cidadão-trabalhador para a República”. Nesse sentido, o olhar dos reformadores no Piauí esteve focando no horizonte de outras províncias e estados brasileiros, mas também de outros países, sendo que os mesmos estavam cientes das suas limitações para alcançá-los. Limitações essas de ordem financeira, corpo docente, estrutura física, dentre outras.

O cidadão a ser constituído pela e para a República, por sua vez, deveria ser educado, ou apenas instruído como defendiam alguns legisladores, a partir da infância. Formar então o trabalhador tornou-se um dos princípios fundamentais para a formulação da política educacional do estado. Conforme os pressupostos da época em conformidade com a expansão da escolarização das massas e da política da educação popular implantado no Brasil, a política educacional no Piauí seguiu como referência a infância e, ainda que colocasse o adulto como também destinatário das medidas reformadoras, era a criança que possuía o centro do pensamento educacional, ou seja, as propostas curriculares e quais saberes seriam socializados.

Apesar de remontar o período imperial, o ensino primário noturno precisou-se adequar ao novo modelo político, havendo uma queda a partir da mudança do regime político.

Um ponto que se apresentou ao longo do estudo foi a mudança do alunado da escola noturna, o tempo escolar, e quem fornecia este tipo de ensino no Estado. Sobre a primeira, embora a resolução de 1871 determinasse a faixa etária de quatorze anos, o que vimos foi que as escolas noturnas se constituíram ao longo de toda a Primeira República, como um espaço de encontro de gerações, cujo traço que definia os diferentes sujeitos como alunos, não era o recorte etário, mas sim, a condição social, isto é, a condição de serem trabalhadores. Essa condição parece ter justificado a presença de crianças nas aulas noturnas.

Destacamos também, nesse momento, o indício da permanência dos mesmos programas aplicados nas escolas primárias diurnas às escolas noturnas. Diante disso, não se viu uma preocupação ou um reconhecimento na presença do adulto nas escolas noturnas. Poderíamos assim entender que nesse momento em outros estados brasileiros ocorreram mudanças nos programas específicos para as escolas noturnas, enquanto que no Piauí, pelos indícios, isso não ocorreu. Além disso, entendemos que por mais que nesse momento estivesse acontecendo mudanças no sistema educacional, o Estado se preocupou em definir quem seria o público e a identidade do aluno da escola noturna. Identidade cujo principal seria o trabalho, visto que ser trabalhador seria o critério principal que unificava os sujeitos que frequentavam as escolas noturnas- crianças, adolescentes, jovens.

Outra questão que este trabalho ajuda a pensar diz respeito à forma de atuação do Estado em relação à política educacional. O que se pode perceber é que as ações de criação de escolas foram orientadas por um conjunto de normas oriundas do Estado que se colocou como instituição central nesse processo. Com o fechamento dessas escolas, o Estado continuou atuando, através de subsídios aos particulares e associações. A ação do Estado tornou-se mais efetiva, em 1910, quando regularizou o movimento de expansão das escolas e o custeamento da política de financiamento aos particulares e associações. Essa forma de atuação política seria mesmo um descompromisso ou uma determinada forma de atuação que se tornou recorrente na história das escolas noturnas no Brasil?

Também foi intenção deste estudo colaborar com as reflexões acerca do campo da história da educação, em especial do ensino primário noturno no Estado, propiciando uma compreensão em torno da organização do ensino noturno, destinado à instrução e educação de trabalhadores. Adentrar no interior nas escolas permitiu realizar um acompanhamento dos sujeitos escolares e da política educacional que visava à construção desta escola.

Desta forma, destacamos que muito ainda precisa ser pesquisado sobre este tipo de escola, visto que no Piauí, poucos foram os estudos que encontramos que citavam este tema. Além disso, a falta de fontes que tratam do ensino primário noturno no período de 1871-1933 foi uma das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa.

Por tudo isso tem-se este estudo não como um trabalho concluído, mas sim como uma janela que se abre para o diálogo com outras leituras e interpretações.

Desse modo, esperamos que esse debate abra um leque de novas interpretações. Enfim, desejamos que este trabalho esteja aberto a novas visões e olhares, interpretações, leituras e questionamentos.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A Escola Noturna- Jornal o artista- Therezina 04 de maio de 1902, p. 01.

Aula Noturna- Jornal o Nortista- Therezina 18 de maio de 1901, p. 02.

Ata de instalação da Escola Noturna em Teresina- JORNAL A IMPRENSA. Ano 1880, 21 de agosto de 1880, Theresina, p. 03.

CENTRO PROLETÁRIO. Regimento Interno da Câmara Geral Composto e Impresso na Libro – Papelarias Veras, Therezina, Piauhy, 1909.

Collégio Diocesano- JORNAL O APÒSTOLO. Ano II, 1909.07 de fevereiro de 1909 n 87 ,p. 03.

Curso Noturno- David Caldas -O Correio nº 1 Theresina 01 de novembro de 1901, p. 04.

Discurso do Sr. Eugênio Marques de Holanda para a criação da escola noturna- JORNAL A IMPRENSA. Ano 1880, 21 de agosto de 1880, Theresina, p. 03.

Ensino Noturno- JORNAL DIÁRIO DO PIAUÍ, Ano 1913, p. 02-04.

Escolas- Jornal o artista- 1920- 01 de janeiro numero 04- Ano I, p. 03.

Escolas Noturnas- JORNAL A IMPRENSA. Ano 1880, 21 de agosto de 1880, Theresina, p.02 .

DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA- A Resolução nº 13, de 31 de julho de 1890, baixada pelo Governo do Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá.

_____ - regulamento nº 91 de 02 de outubro de 1882.

_____ - o Decreto nº 158, de 15 de janeiro de 1900.

FUNDO DO PALÁCIO DO GOVERNO. Série \ municípios. Sub-série- Floriano. Anos: 1900-1948.

Oeiras- CORREIO DE OEIRAS, Ano II, nº 2, 1910, p. 02.

O PIAUHY. Órgão do partido Conservador, Theresina, 24 de setembro de 1871, número 189, p. 01.

PIAUHY. Diário Oficial, ano II- 43 nº 29, Theresina, terça 16 de fevereiro de 1932, p. 02.

_____. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Ano de 1910.** Theresina: imprensa Oficial, 1913. (Decreto n.º 434, publicado em 19 de abril de 1910). PIAUÍ.

_____. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Ano de 1910.** Theresina: imprensa Oficial, 1910. (Lei n.º 548, publicada em 30 de março de 1910).

_____. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Ano de 1921.** Theresina: imprensa Oficial, 1921. (PIAUHY. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao Regulamento Geral da Instrução Pública).

_____. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Ano de 1921.** Theresina: imprensa Oficial, 1931. (PIAUHY. pelo Decreto nº 1.301 de 14 de setembro de 1931).

_____. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Ano de 1933.** Theresina: imprensa Oficial, 1933. (Decreto 1.438, publicada em 31 de janeiro de 1933).

_____ Lei n 198 de 06 de outubro de 1845.

_____ RESOLUÇÃO nº 13, 31 de julho de 1890.

_____, Programa do Ensino Primário, 1927.

_____. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo sr. Governador do Estado o capitão. Coriolano de Carvalho e Silva em 02 de junho de 1892. Teresina. Typ do Piauí. 1891.

_____. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo sr. Governador do Estado o capitão. Coriolano de Carvalho e Silva em 02 de junho de 1892. Teresina. Typ do Piauí. 1892.

_____. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo sr. Governador do Estado o capitão. Coriolano de Carvalho e Silva em 02 de junho de 1893. Teresina. Typ do Piauí. 1893.

_____. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo sr. Governador do Estado o capitão. Coriolano de Carvalho e Silva em 11 de junho de 1894. Teresina. Typ do Piauí. 1894.

_____. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo sr. Governador do Estado o capitão. Coriolano de Carvalho e Silva em 07 de setembro de 1895. Teresina. Typ do Piauí. 1895.

_____. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo sr. Governador do Estado o capitão. Coriolano de Carvalho e Silva em 01 de junho de 1896. Teresina. Typ do Piauí. 1896.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa a 01 de junho de 1897 pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos Governador do Estado Teresina. Typ do Piauí. 1897.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa a 02 de junho de 1898 pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos Governador do Estado Teresina. Typ do Piauí. 1898.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa a 01 de junho de 1899 pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos Governador do Estado Teresina. Typ do Piauí. 1899.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa a 01 de junho de 1990 pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos Governador do Estado Theresina. Typ do Piauhy. 1900.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa Estadual pelo Exm Sr. Arlindo Francisco Nogueira governador do Estado, no dia 01 de junho de 1901. Theresina. Typ do Piauhy. 1901.

_____. Mensagem apresentada a Camara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira governador do Estado . Governador do Estado, no dia 01 de junho de 1902. Theresina – Typ do Piauhy. 1902.

_____. Mensagem apresentada a Camara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira governador do Estado . Governador do Estado, no dia 01 de junho de 1903. Theresina – Typ do Piauhy. 1903.

_____. Mensagem apresentada a Camara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira governador do Estado . Governador do Estado, no dia 01 de junho de 1904. Theresina – Typ do Piauhy. 1904.

_____. Mensagem apresentada a Camara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Alvaro de Assis Osorio Mendes governador do Estado . Governador do Estado, no dia 10 de junho de 1905. Theresina – Typ do Piauhy. 1905.

_____. Governador, 1906 (Alvaro de Assis Osorio Mendes) Mensagem apresentada a Camara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Alvaro de Assis Osorio Mendes. Governador do Estado, no dia 01 de junho de 1906. Theresina – Typ do Piauhy. 1906.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Alvaro de Assis Osorio Mendes. Governador do Estado, no dia 01 de junho de 1907. Theresina – Typ do Piauhy. 1907.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Desembargador José Lourenço de Moraes e Silva, presidente do Tribunal de Justiça no dia 01 de junho de 1908. Theresina – Typ do Piauhy. 1908.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Anísio Auto de Abreu, governador do Estado no dia 01 de junho de 1909. Theresina – Typ do Piauhy. 1909.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Manoel Raymundo da Paz Anísio Auto de Abreu, governador do Estado no dia 10 de março de 1910. Theresina – Typ do Piauhy. 1910.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Antonino Freire da Silva , governador do Estado no dia 01 de junho de 1910. Theresina – Typ do Piauhy. 1910.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Antonino Freire da Silva , governador do Estado no dia 01 de junho de 1911. Theresina – Typ do Piauhy. 1911.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Antonino Freire da Silva , governador do Estado no dia 01 de junho de 1912. Theresina – Typ do Piauhy. 1912.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1913. Theresina – Typ do Piauhy. 1913.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1914. Theresina – Typ do Piauhy. 1914.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1915. Theresina – Typ do Piauhy. 1915.

_____. Governador, 1916 – 1920 (Euripides Clementino de Aguiar). Mensagem apresentada á Camara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar, a 1º de junho de 1920. Therezina: Imprensa Official, 1920.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1921. Theresina – Typ do Piauhy. 1921.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1922. Teresina – Typ do Piauhy. 1922.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1923. Teresina – Typ do Piauhy. 1923.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. João Luiz Ferreira Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado no dia 01 de junho de 1924. Teresina – Typ do Piauhy. 1924.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, governador do Estado no dia 01 de junho de 1925. Teresina – Typ do Piauhy. 1925.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, governador do Estado no dia 01 de junho de 1926. Teresina – Typ do Piauhy. 1926.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, governador do Estado no dia 01 de junho de 1927. Teresina – Typ do Piauhy. 1927.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, governador do Estado no dia 01 de junho de 1928. Teresina – Typ do Piauhy. 1928.

_____. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa pelo EXm, Sr. Dr. João de Deus Pires Leal, governador do Estado no dia 01 de junho de 1929. Teresina – Typ do Piauhy. 1929.

_____. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador João de Deus Pires Leal a 1º de junho de 1930. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

_____. Relatório apresentado pelo interventor Landri Sales Gonçalves ao Presidente da República referente ao exercício de 1931-1935. Teresina: Imprensa Oficial, 1935

_____, Presidente, 1845-1847 (Zacarias de Gois e Vasconcelos). Relatório do Presidente da Província do Piauí na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 01 de agosto de 1845. Oeiras: Typografia provincial, 1845.

_____, Código das Leis piauienses. 1870 – 1872. Tomo 28. Parte 1ª. Secção 1ª. Resolução nº 753, publicada em 29 de agosto de 1871. Reforma o Liceu desta capital e cria diversas disposições relativas à instrução primária. 1872. (86-93).

_____, Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de julho de 1870 pelo 1ª Vice- Presidente da Província , o Exm .Sr. Dr. Manoel José Espinola Junior. Therezina: Typ da Pátria, praça de Aquidaban, 1870.

_____,Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, no acto de sua instalação no dia 01 de julho de 1871 pelo presidente da mesma, Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão. San Luiz do Maranhão: Typ B. de Mattos- imp, por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871.

_____, Relatório com que o EXM. SR. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão passou a administração da Província do Piauí ao EXM. SR. 4º Vice- presidente Tenente- Coronel José Amaro Machado, no dia 27 de fevereiro de 1872. Maranhão . Typ. do Paiz. Imp. Por M.F.V. Pires. 1872.

_____, Relatório com que o EXM. SR. Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo pelo Director Geral da Instrução Pública, Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 29 de maio de 1873.

_____, Diretor Geral da Instrução Pública, 1874 (Polidoro Cesar Bularmarque) Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello em 25 de 1874a.

_____, Relatório com que o EXM. SR. Dr.Delfino Augusto Cavalcanti D'Albuquerque , abriu a Assembleia Legislativa Provincial do Piauí , no dia 04 de junho de 1875, acompanhada do Relatório com que lhe passou a administração da mesma província para o 1º vice-presidente , Exm. Sr. Tenente Coronel Odorico Brazilliano D'Albuquerque Rosa, no dia 28 de abril do mesmo ano. Maranhão . Typ. do Paiz . Imp. por Manoel F. V. Pires. 1875.

_____, Relatório com que o EXM. SR. Dr.Delfino Augusto Cavalcanti D'Albuquerque , passou a administração da província do Piauí , em 04 de agosto de 1876. Ao Exm, Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barboza. Theresina. Typ. do Piauí. 1876.

_____,Relatório com que o EXM. Sr. Luiz Eugenio Horta Barboza passou a administração da Província do Piauhy ao excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Graciliano de Paula Baptista. No dia 02 d e janeiro de 1877. Theresina. Typ. do Piauhy. 1877.

_____, Presidente, 1877(Graciliano de Paula Baptista). Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauhy em sua sessão extraordinária de 13 de abril de 1877 pelo Exmo. Sr. Graciliano de Paula Baptista Presidente da mesma Província. Therezina: Typ. Da Moderação, 1878.

_____, Relatório com que o EXM. Sancho de Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauhy ao Exm Sr. 4ª Vice-Presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura no dia 13 de dezembro de 1878. Theresina . 1879.

_____,Relatório com que o Excellentissimo Senhor Dr João Pedro Belfort Vieira, passou a Administração da Província do Piauhy ao Excellentissimo Senhor Dr Manoel Ildefonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província, no dia 11 de dezembro de 1879. Therezina; Typ. do – Semanário . Rua Paysandú. 1880.

_____,Relatório com que o Excellentissimo Senhor Firmino de Souza Martins, passou a Administração da Província do Piauhy ao Excellentissimo Senhor Sinval Odorico de Moura no dia 07 de fevereiro de 1881. Theresina. 1881.

_____,Relatório com que o Excellentissimo Sr. Manoel Idelfonso de Souza Lima abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 01 de maio de 1882. Theresina. 1882.

_____,Relatório com que o Excellentissimo Sr. Dr. Miguel Joaquim D'Almeida e Castro passou a administração na mesma província ao Exm. Sr. Dr. Firmino de Souza Martins , 2º vice-presidente , no dia 05 de abril de 1883. . Theresina. 1883.

_____,Relatório com que o Excellentissimo Sr. 2º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins passou a administração da província do Piauhy ao Esm. Sr. Presidente da Dr. Torquato Mendes Vianna no dia 06 de setembro de 1883. Theresina. 1884.

_____, Relatório com que o Excellentissimo Senhor Dr. Raymundo Theodorico de Castro e Silva passou a Administração da Província do Piauhy ao excellentissimo Senhor Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima, no dia 01 de setembro de 1885. Theresina: Typographia da época 1885.

_____, 1886 (Prado). Relatório do Presidente da Província Manoel José de Menezes Prado passando a administração da Província a Antonio Jansem de Mattos Pereira, em 07 de setembro de 1886.

_____, Relatório com que o Exm. SR. DR. Antônio Jansem de Mattos Pereira passou a Administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro no dia 06 de julho de 1887. Theresina. Typ. de Telephone, rua Bella. 1887.

_____, Relatório com que o Exm. SR. DR. Theophilo Fernandes dos Santos passou a Administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro no dia 06 de julho de 1887. Theresina. Typ. de Telephone, rua Bella. 1887.

_____, Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Firminio Licínio da Silva Soares, 1ª vice-presidente da província do Piauí passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Raimundo José Vieira da Silva no dia 26 de setembro de 1888. Theresina.. 1888.

_____, Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Raimundo José Vieira da Silva, 2ª vice-presidente da província do Piauí passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Firminio de Souza Martins no dia 27 de junho de 1889. Theresina.. 1889.

_____, Relatório com que o Exm. SR. Firmino Licínio da Silva Moraes . 1º vice-presidente da província do Piauí passou a Administração da mesma ao Exm. Sr. 5ª vice-presidente Barão de Urussuí, no dia 10 de outubro de 1889. Theresina. Typ. da actualidade 1890.

_____, **Resolução nº 655** de dezembro de 1869.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. Instrução Pública no Piauí. Therezina: Papelaria Piauíense, 1922.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABREU, Sandra Elaine Aires. **As fontes de pesquisa e a escrita da História da Educação em Goiás: o Grupo Escolar Antensina Santana de Anápolis.** Goiânia, v. 17, n. 2, p. 520-542, jul./dez. 2015.

ALVES, Miriam Fábila; VALDEZ, Diane. A obrigatoriedade escolar nos discursos oficiais em Goiás: império e primeiras décadas da república. **Obrigatoriedade Escolar no Brasil.** Mato Grosso: EDUFMT, 2013.

ANANIAS, Mauricéia. **Propostas de educação popular em Campinas: "As aulas noturnas".** Cadernos Cedes, ano XX, nº 51, novembro 2000. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a05v2051.pdf>

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos . **A instrução primária de trabalhadores na cidade da Lapa, província do Paraná, em 1882.** 2010.- [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Historia da Educacao/Trabalho/08 29 20 A INSTRUCAO PRIMARIA DE TRABALHADORES NA CIDADE DA LAPA,PROVINCIA DO PARANA, EM 1882.PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Historia_da_Educacao/Trabalho/08_29_20_A_INSTRUCAO_PRIMARIA_DE_TRABALHADORES_NA_CIDADE_DA_LAPA,PROVINCIA_DO_PARANA,EM_1882.PDF)

ARAÚJO, José Carlos Souza. Republicanismo e escola primária nas Mensagens dos presidentes de Estado de Minas Gerais (1891-1930). **Escola Primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada,** Araraquara,Sp: Junqueira&marin, 2012.

ARAÚJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A Escola Primária e o Ideário Republicanismo nas Mensagens dos Presidentes de Estado: Investigações comparativas (1893- 1918). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil; investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930).** Curitiba: EdUFMT, 2013.

ARAÚJO, Marta Maria de. A criança, Educação de Escola (São Paulo e Nordeste do Brasil, 1889-1930). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil; investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930).** Curitiba: EdUFMT, 2013.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, 1839-1875. **A província: estudo sobre a descentralização no Brasil.** 3.ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.

BEISIEGEL, Celso de Rui, (1974). **Estado e educação popular.** São Paulo: Pioneira.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>

BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem :a elite política imperial e Teatro de Sombras :a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume-Dumará, 1996

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do Século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

CASTRO, César Augusto. Os percursos da obrigatoriedade escolar no Maranhão. **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Mato Grosso: EDUFMT, 2013.

CELLARD, André. A análise documental. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n. 2, p. 177-229, 1990.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. **O ensino noturno em Juiz de Fora - MG**: O Grupo Escolar Estevam de Oliveira. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

COSTA, A.L.J. **À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da Corte. 2007**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CURY, Carlos Roberto Jamil; Horta, José Silvério Baía Horta; Fávero, Osmar. A relação educação –sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas-Sp: Autores Associados, 1996.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

FARIA FILHO, L. M.; Veiga, C. G. **500 Anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150.

_____, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906\1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

_____, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. **Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina, 1996.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GIL, Natália de Lacerda. Os limites das estáticas educacionais por aqueles que as produziram. In: XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar, FERREIRA, Antônio Carlos P. (Org.). **História da educação no Brasil: matrizes interpretativas , abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória : Edufes, 2010. P. 193-217.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Elisabeth Blanck; Neto, Amarílio Ferreira. **Práticas Escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)**; Carvalho, Carlos Henrique de. **Legislação, civilidade e currículo: processos de escolarização primária em Minas Gerais (1935-1889)**. Vitória, Espírito Santo: EDUFES, 2011.

GOUVEA, M. C. S.; SCHUELER, A. F. M. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F.; PINTO, R. N. (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012. p. 329-351

IBGE. **Censo Demográfico 1940.1958**. Rio de Janeiro.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. A escolarização das crianças no Piauí: obrigatoriedade escolar, família e escola. **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Mato Grosso: EDUFMT, 2013.

_____, Antônio de Pádua Carvalho. Imagens do masculino e do feminino: co-educação e profissão docente no Piauí (1874-1910). FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

MACHADO, MARIA Cristina Gomes. Estado e políticas da educação no império brasileiro. **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Alquimias da escrita: alfabetização , história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime**. Bragança Paulista. Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MARTINS, Ana Maria gomes de Sousa Martins- **Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova – 1920 a 1947**. Teresina, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós –Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Piauí, 2009.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A legislação educacional**: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira. Campinas: HISTEDBR, [200_]. Texto disponibilizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” .

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão; SILVA, Acildo Leite da; AMORIM, Elizangela Santos de. O Estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na primeira república. **Escola Primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**, Araraquara,Sp: Junqueira&marin, 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. Educação na imprensa: O jornal como fonte para a História da educação operária no Piauí – 1889 a 1937- 2004- GT 06 – Educação, Movimentos Sociais e Direitos Humanos

NASCIMENTO, Jorge carvalho de. **Notas para uma reflexão acerca da escola primária Republicana em Sergipe (1889-1930)**, 2012, p. 220.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A escola primária noturna em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

NUNES, Odilon J. **Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da província**. Teresina: FUNDAPI, 2007.

OLIVEIRA, A. de Almeida. **O Ensino Público**. Brasília (DF): Senado Federal, 2003.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, 1987

PAIVA, Bruna Maria Morais de. **Escolarização na Primeira República: organização e funcionamento do Ensino Noturno na Parayba do Norte (1916-1931)** 2010, 125f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal do Paraíba, Paraíba, 2010.

PEREIRA COSTA, F.A. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Teresina: Artenova, 1974.

PERES, Eliane. **"TEMPLO DE LUZ": OS CURSOS NOTURNOS MASCULINOS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE (1875 - 1915)**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí 1880-1930**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

REIS, AMADA DE CÁSSIA CAMPOS. **História e memória da educação em Oeiras**. Teresina, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós – Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Piauí, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação Brasileira: a organização escolar**. 18.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SENE, José Eustáquio de. **As reformas educacionais após a abertura política no Brasil e na Espanha: uma análise crítica do Ensino Médio e da Geografia**. São Paulo, 2008. Tese- Programa de Pós graduação em Geografia Humana- Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, MARIA DO AMPARO HOLANDA da . **HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE JOSÉ DE FREITAS- PI (1928 – 1971)**, 2012. (Dissertação de Mestrado)- Programa de Pós –Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Piauí, 2010.

SILVA, VERA LÚCIA Gaspar da; VALLE, Ione Ribeiro. **Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade pela força á força da obrigatoriedade. Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Mato Grosso: EDUFMT, 2013.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

SOUSA NETO, Marcelo de Sousa . **Entre vaqueiros e fidalgos : sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**- 2009- (Tese de Doutorado)- Programa de Pós Graduação em História, Recife, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (Ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

SUCUPIRA, Newton. O ato adicional de 1834 e a Descentralização da Educação. . **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas-Sp: Autores Associados, 1996.

VIÑAO, Antônio. Fracasan las Reformas Educativas La Respuesta de um Historiador. **Educação no Brasil: história e historiografia**\Sociedade Brasileira de História da Educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados: SBHE, 2001.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 1980**. Campinas, Sp: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.